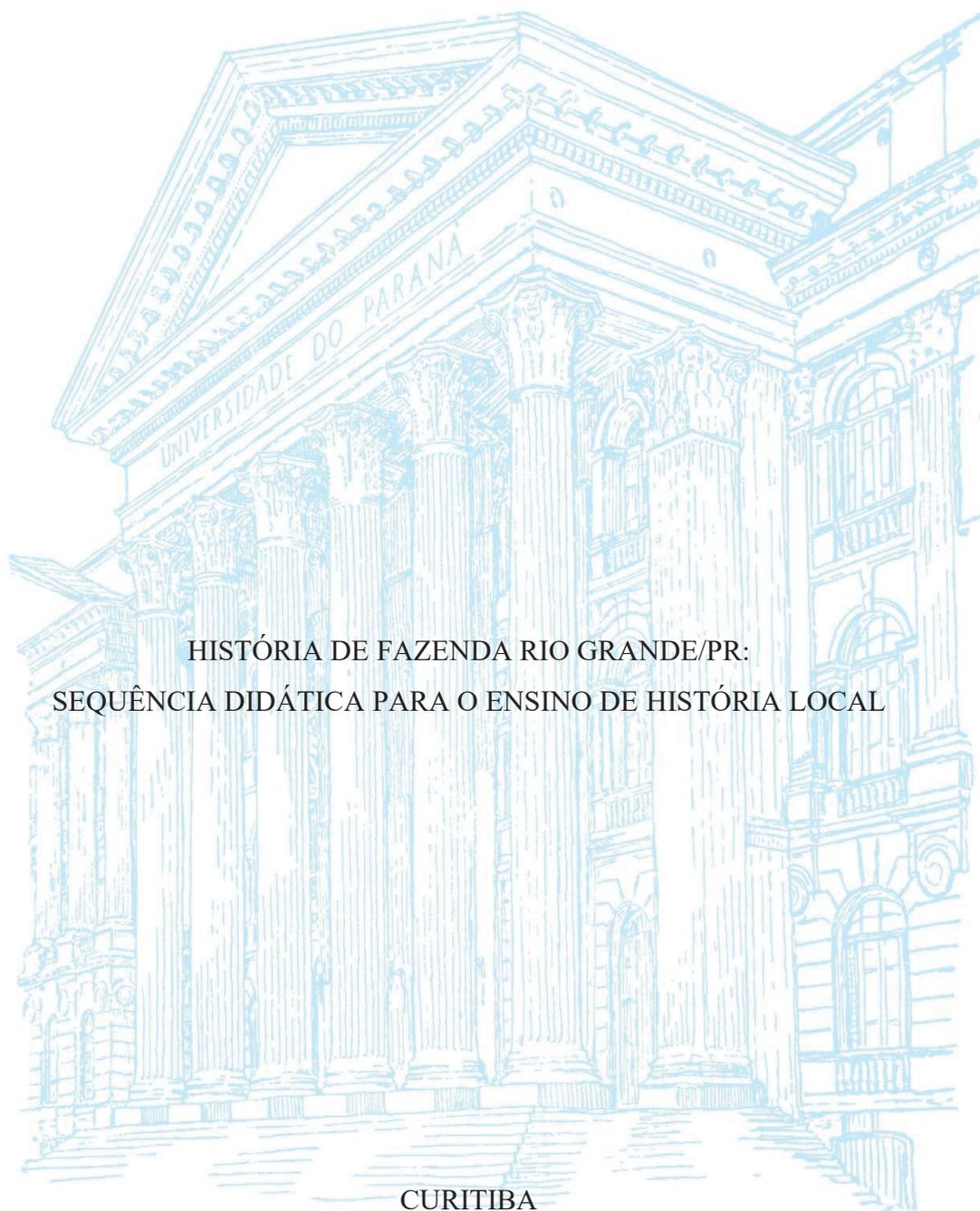


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
LUIZ PAULO BENTO DE LIMA



HISTÓRIA DE FAZENDA RIO GRANDE/PR:
SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL

CURITIBA
2025

LUIZ PAULO BENTO DE LIMA

HISTÓRIA DE FAZENDA RIO GRANDE/PR:
SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Ensino de História, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nadia Gaiofatto Gonçalves

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Lima, Luiz Paulo Bento de

História de Fazenda Rio Grande/PR : sequência didática para o ensino de história local. / Luiz Paulo Bento de Lima. – Curitiba, 2025.
1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nadia Gaiofatto Gonçalves.

1. História – Estudo e Ensino. 2. Fazenda Rio Grande (PR) - História. 3. História local. I. Gonçalves, Nadia Gaiofatto, 1971-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ENSINO DE
HISTÓRIA 31001017155P1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ENSINO DE HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LUIZ PAULO BENTO DE LIMA**, intitulada: **História de Fazenda Rio Grande/PR: sequência didática para o ensino de história local**, sob orientação da Profa. Dra. NADIA GAIOFATTO GONÇALVES, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Março de 2025.

Assinatura Eletrônica

27/03/2025 18:17:15.0

NADIA GAIOFATTO GONÇALVES

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

27/03/2025 20:10:56.0

JEAN CARLOS MORENO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ)

Assinatura Eletrônica

28/03/2025 14:41:35.0

WILIAN CARLOS CIPRIANI BAROM

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rua Dr. Faivre, 405. Dom Pedro II, 6º andar, sala 610 - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-140 - Tel: (41) 3360-5105 - E-mail: profhistoria@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 436546
Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 436546

Dedico este trabalho a minha esposa Pamella
e ao meu querido Leonardo, amo vocês.

AGRADECIMENTOS

Em agradecimento para a realização desta dissertação primeiramente a Professora Nádia Gaiofatto Gonçalves, principalmente pela paciência e por estar sempre disponível para a orientação deste simples aluno de pós-graduação. Felicidades para sempre.

Agradeço a gentileza da banca, tanto na qualificação quanto na defesa, um abraço aos professores Jean Carlos Moreno e Wiliam Cipriani Barom.

No mais agradeço apenas ao meu filho Leonardo, que mesmo pequeno teve a sensibilidade de entender os momentos de estudo do papai.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma sequência didática sobre História Local, utilizando o município de Fazenda Rio Grande como guia, ao longo de sua formação e emancipação. O município tem um desenvolvimento muito rápido e recente, em consonância com o processo de industrialização da capital e da criação da Cidade Industrial de Curitiba. É um lugar de migração muito recente, com uma identidade dinâmica e pouco trabalhada, motivo pelo qual esta dissertação é produzida. Visando contribuir para a abordagem em História Local foi elaborada uma sequência didática na qual estão presentes fontes sobre a história de Fazenda Rio Grande, focando mais na primeira década após a sua emancipação em 1990. A presente dissertação foi dividida em três momentos: no primeiro capítulo foram discutidos aspectos sobre História local, ensino de História, memória, identidade e consciência histórica. No segundo capítulo foi trabalhada a história de Fazenda Rio Grande, passando mais brevemente pelos períodos mais antigos e focando mais do século XX em diante. No terceiro capítulo se apresenta a sequência didática, focando na utilização em sala de aula, abordando temas como a identidade e a consciência histórica, dos estudantes. Palavras-chave: Ensino de História; História Local; Fazenda Rio Grande.

ABSTRACT

This work presents a didactic sequence on Local History, using the municipality of Fazenda Rio Grande as the object of research, throughout its formation and emancipation. The municipality has a very rapid and recent development, evolving in the wake of the industrialization process of the capital and the creation of the Industrial City of Curitiba. It is a place of very recent migration, with a very dynamic and underexplored identity, which is why this dissertation is produced. Aiming to contribute to the approach in Local History, a didactic sequence was developed that includes sources about the history of Fazenda Rio Grande, focusing more on the first decade after its emancipation in 1990. This dissertation is divided into three parts: the first chapter discusses aspects of local history, history teaching, memory, identity, and historical consciousness. The second chapter addresses the history of Fazenda Rio Grande, briefly covering the older periods and focusing more on the 20th century onwards. The third chapter presents the didactic sequence, focusing on its use in the classroom.

Keywords: History Teaching; Local History; Fazenda Rio Grande.

INDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de Fazenda Rio Grande e Capocu 1800.....	52
Figura 2 – Casa de Francisco Ferreira Filho, 1977.....	53
Figura 3 – Primeira Igreja de São Gabriel da Virgem Dolorosa.....	61
Figura 4 – Plano Preliminar Urbanístico de Curitiba, 1965.....	63
Figura 5 – Placa no Parque Industrial de Mandirituba, 1984.....	64
Figura 6 – Mapa: Localização da Cidade Industrial de Curitiba e Fazenda Rio Grande – 2000.....	67
Figura 7 – Jantar de Emancipação de Fazenda Rio Grande.....	68
Figura 8 – Mapa da Localização do município de Fazenda Rio Grande.....	69
Figura 9 – Protesto em Fazenda Rio Grande, Abril de 1998.....	71
Figura 10 – Pirâmide etária Fazenda Rio Grande, 2024.....	72
Figura 11 – Fonte 1 – Mandirituba: Eis uma realidade a avaliar.....	82
Figura 12 – Fonte 2 – Rua Castanheira Década de 1990.....	83
Figura 13 – Fonte 3 – Rua Castanheira, 2022.....	83
Figura 14 – Fonte 4 – Colégio Estadual Jorge Andriguetto, 2018.....	84
Figura 15 – Fonte 5 - Colégio Estadual Jorge Andriguetto, década de 1990....	84
Figura 16 - Fonte 6 - Jornal Tribuna da Fazenda – Abril de 1998.....	86
Figura 17 - Fonte 7 - Trecho da matéria: Explosão na Fazenda Rio Grande....	86
Figura 18 - Fonte 8 - Trecho da Matéria: Explosão na Fazenda Rio Grande....	87
Figura 19 - Fonte 9 - Trecho da Matéria: Explosão na Fazenda Rio Grande....	88
Figura 20 - Fonte 10 - Trecho da Matéria: Explosão na Fazenda Rio Grande..	88
Figura 21 - Fonte 11 - Projeto de Lei 354/89 PR R.....	91
Figura 22 - Fonte 12 – Lei nº 9213/90.....	92
Figura 23 – Fonte 13 – Festa e apoio a Alvaro Dias – 1990.....	93
Figura 24 - Fonte 14 – Crescimento de Fazenda Rio Grande – Jan/98.....	94
Figura 25 – Fonte 15 - Circular Fazenda Verdade Março de 1999.....	97
Figura 26 - Fonte 16 – Antiga Bandeira de Fazenda Rio Grande.....	101
Figura 27 - Fonte 17 - Atual Bandeira de Fazenda Rio Grande.....	102
Figura 28 - Fonte 18 - Projeto de Lei 08/99 de Fazenda Rio Grande.....	103
Figura 29 – Fonte 19 - Concentração da população negra na RMC.....	104

INDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Referencial Curricular do Paraná – Ensino fundamental	30
Quadro 2 – População Urbana – Curitiba 1940 – 1980	62
Quadro 3 – Ficha de Entrevista – Atividade de História local	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. O ENSINO DE HISTÓRIA E AS PERSPECTIVAS ADOTADAS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DE FAZENDA RIO GRANDE	24
1.1 A HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO DE HISTÓRIA	24
1.2 CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E IDENTIDADE	38
2. BREVE HISTÓRIA DE FAZENDA RIO GRANDE	48
2.1 DOS PRIMEIROS MORADORES ATÉ O FINAL DO SÉCULO XIX.....	48
2.2 O SÉCULO XX E FAZENDA RIO GRANDE	52
2.3 DE DISTRITO DE MANDIRITUBA A “MUNICÍPIO QUE MAIS CRESCE NO PARANÁ”	64
2.3.1 FAZENDA RIO GRANDE E O CONTEXTO ESTADUAL E NACIONAL DOS ANOS DE 1990	73
3. PROPOSIÇÃO DIDÁTICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DE FAZENDA RIO GRANDE	76
3.1 SEQUÊNCIA DIDÁTICA	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	111
ANEXOS	119

INTRODUÇÃO

Em minha prática profissional ao longo dos anos como professor de História, no município de Fazenda Rio Grande, trabalhei em diversas instituições, como o Colégio Estadual Fazenda Rio Grande, o Colégio Estadual João Hoinatz, o Centro Estadual de Ensino Profissional Erotides Ângelo Nichele, o Colégio Estadual Anita Canet e o Colégio Estadual Valdivino Parolin Acordes. Em todos eles, percebi que faltava aos estudantes um melhor entendimento sobre o lugar onde vivem, justamente por não terem a compreensão do processo de construção do ambiente do qual fazem parte e onde são indivíduos ativos. Percebi também que, além do ensino das civilizações clássicas e do ensino da História de sua localidade como um todo, é fundamental que seja proporcionado a eles o ensino da sua História local, dialogando com o currículo mais amplo. Para Urban e Sukow (2020, p. 50):

O aluno, ao entender o movimento dialético entre o todo e o específico, enxergar-se-ia como sujeito histórico, evitando a compartimentalização ocasionada pelo processo da globalização. Estas perspectivas refletem-se na própria concepção de localidade presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), onde aparece associada a ideia de pluralidade, diversidade e de formação do cidadão.

Esta dissertação traz a produção de uma sequência didática, a partir da História local, que poderá ser utilizada para turmas do Ensino Fundamental e Médio do município de Fazenda Rio Grande, no Paraná, indicando possibilidades de atividades que ajudem a desenvolver a identidade, a memória e a consciência histórica dos estudantes, tendo por objetivo elaborar um conjunto de atividades que contemplem a questão da História local, com alunos da rede pública de ensino no município de Fazenda Rio Grande/PR.

O desenvolvimento desta pesquisa se deu no município de Fazenda Rio Grande, no Paraná. A região do atual município tem seus primeiros registros ainda no século XVII, mais precisamente em 1690, com uma autorização para construção de uma capela na região. Antes disso, os primeiros moradores foram os indígenas tupis-guaranis do tronco caingangue e desde 1689 até por volta de 1779, as terras pertenceram à Igreja Católica, que nesse ano foram vendidas (Barbosa, Zonta, 2000, p.16). No final do século XIX, chegaram à região os primeiros povoadores brancos, ou como são conhecidos no município, os

“pioneiros” (nome atualmente dado a um bairro da cidade), numa visão eurocêntrica, visto que como dito acima, a região já era habitada pelos indígenas. Na segunda metade do século XX a região cresceu constantemente, devido à criação da Cidade Industrial de Curitiba, oficialmente em 1973, o que contribuiu para um grande êxodo rural para a capital e seus arredores. Em 1960, a região foi desmembrada de São José dos Pinhais, surgindo o município de Mandirituba, que posteriormente teria a Fazenda Rio Grande como seu distrito administrativo. Posteriormente, em 1990, o distrito teve sua emancipação, acompanhada de um grande crescimento urbano (Fazenda Rio Grande, 2023).

Para o recorte temporal escolhido (1990-2000), utilizamos uma data administrativa do município, marcando a data entre a emancipação do local até o ano 2000. Esse período, além de permitir uma comparação entre a primeira década com o status de município, acaba coincidindo também com uma maior riqueza de fontes para o que é planejado neste trabalho. Esse tipo de recorte engloba eventos que saem de um ponto A indo para um ponto B. Os marcos político-administrativos não são um problema, se bem contextualizados, como diz Durval Junior (2008, p. 56): “A noção de região, por exemplo, tem origem militar, vem do latim *regione*, e nomeava originalmente uma área sob o comando, que vem da palavra latina *regere*, de uma dada força militar, de uma dada legião romana, de um regimento”, isto é, a noção de região está ligada a realizações políticas de alguma forma, que também servem de marco na História.

Ainda sobre o recorte temporal escolhido de 1990, ele se justifica pelo fato de que trabalhar toda a História de Fazenda Rio Grande, de forma profunda e com qualidade seria inviável neste momento. Então trazer e elaborar materiais sobre Fazenda Rio Grande no passado e compará-los com o lugar em que os estudantes vivem hoje, acrescenta à memória, à História e à consciência histórica.

A história das localidades, por vezes, passa despercebida, os indivíduos que ali vivem dão pouco valor às narrativas próximas, e acabam geralmente, apenas “consumindo” a memória e as narrativas de outros lugares.

Ao trabalhar a História no sentido de destacar histórias e memórias locais em Fazenda Rio Grande pretendemos:

A partir da experiência cotidiana dos educandos é possível desenvolver atividades relacionadas à história do seu município levando em consideração os seguintes aspectos: os primeiros povoadores; por que e quando vieram; o que construíram; o porquê do nome; as mudanças e permanências que ocorreram ao longo do tempo; as diferentes histórias contadas sobre Fazenda Rio Grande; o que são fatos históricos ou histórias do senso comum (Silva, 2016, p. 15).

As questões acima expostas são simples, mas geralmente de pouco conhecimento para os estudantes, às vezes entender o nome da cidade já promove uma carga de curiosidade e esclarecimento aos indivíduos e, principalmente, faz com que eles pesquisem tais indagações, torna a pesquisa muito mais significativa.

O município possui pouca bibliografia sobre a sua história. No entanto, existem alguns estudos acadêmicos sobre a cidade, tanto no campo da História como em outras áreas do conhecimento, como o trabalho de Adelar José Barbosa (2000), historiador e memorialista da região de Mandirituba e Fazenda Rio Grande; o trabalho do Programa de Desenvolvimento Educacional, da professora Marcia Ambrósio Silva (2016); um estudo sobre a economia da região, de Asthon Dal Pozzo Monda (2010); e outro sobre a identidade na região, de Maria Salete Sachweh (2017).

Há pouco tempo, a prefeitura municipal implantou, dentro da Secretaria de Cultura, uma divisão de História e Memória, focada em produzir material para o município, atuando, em especial, nas redes sociais, porém seus trabalhos ainda são incipientes. No ano de 2024, esta divisão lançou uma cartilha sobre a história de Fazenda Rio grande, entretanto o material é limitado para ensino municipal no fundamental I, por sua simplicidade e superficialidade em relação ao conteúdo.

Para a realização desta dissertação, foram consultados os acervos da Divisão de História e Memória de Fazenda Rio Grande, além de fontes jornalísticas disponíveis na Biblioteca Pública do Paraná, na Casa da Memória de Curitiba e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Também foram analisadas leis relevantes ao tema, acessadas por meio da Assembleia Legislativa do Paraná e da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande.

Vale ressaltar que o trabalho com História local geralmente utiliza o recorte administrativo das cidades, pois apesar de se poder utilizar outros recortes, o uso da cidade facilita as relações entre os indivíduos e as narrativas

que estão sendo trabalhadas, em especial num contexto que não é global, mas que também não é pequeno demais, geograficamente falando. Segundo Sandra J. Pesavento (2007, p. 14), “a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos”. Fazenda Rio Grande é um núcleo urbano no qual seus indivíduos compartilham de diversas visões, que fazem parte da vida no município e que passam de geração em geração.

O trabalho com memória e História para os estudantes da Fazenda Rio Grande pode também contribuir com essa produção de conhecimento histórico sobre a cidade, ou como reforço desta cultura de memória no município. Segundo Maria Toledo (2010, p. 755), trabalhos escolares podem sim criar bibliografia para as cidades, sendo previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais e usando fontes diversificadas para a elaboração destas atividades. Segundo a autora, neste processo o indivíduo pode usar sua percepção histórica construindo relações sócios-temporais para a criação de seus relatos históricos sobre determinado objeto.

Estudar a história da própria região é tão importante quanto explorar um reino medieval ou uma revolta regencial, pois, na maioria dos casos, há um grande distanciamento entre o indivíduo e esses eventos distantes no tempo e no espaço.

Segundo Aryana Costa (2019, p. 132), as pessoas por vezes ficam acostumadas ao ver na televisão ou na internet as capitais nacionais e mundiais como referências da história mundial, locais onde se tem patrimônio e onde “as coisas acontecem”. Assim, “quando olhamos ao nosso redor, nos nossos bairros, associações, para as pessoas com quem convivemos, não enxergamos história neles e tampouco em nós mesmos”. Por não ver pessoas comuns como personagens da História, geralmente os indivíduos podem chegar à conclusão errônea de que estas pessoas em seus bairros e pequenas cidades não fazem parte da história.

Segundo Geysy Germinari (2012, p. 58), as pessoas mais pobres acabam perdendo a sua identidade individual e coletiva de forma mais acentuada porque de diversas formas, esta juventude mais marginalizada, é privada de recursos de socialização e perspectivas de futuro visível, fazendo com que ela desenvolva

problemas de reconhecimento social. A escola não pode aumentar a exclusão destes estudantes, por isso, as experiências vividas por eles devem ser valorizadas e contempladas no universo escolar.

Em uma visão similar, Janaína Machado (1990, p. 10) traz que: “o capital monopolista acaba dominando todas as outras formas assumidas de capital (agrária, mercantil, etc) e por isso, onde predomina, tende a homogeneizar, a igualar os espaços em que penetra”.

Todavia, nessa dissertação, não buscamos fazer em sala de aula apenas uma mera exposição sobre a História local de um município ou bairro – a ideia é elaborar atividades significativas, a partir das quais os estudantes criem produtos como apresentações, materiais escritos, vídeos e símbolos, dentre outros que também os engajem para o que é proposto, ou seja, trabalhar partes da História pouco abordadas nos currículos.

Segundo Maria A. Schimdt e Marlene Cainelli (2004, p. 21), a História local ajuda a desenvolver noções de historicidade e identidade, podendo gerar atitudes investigativas nos estudantes, lembrando que a maioria dos educandos têm como norte uma visão progressiva da História, sempre mirando o progresso. Assim, o local colabora para o entendimento das mudanças e das permanências, amplificando o entendimento de fatos históricos em sua pluralidade, fazendo com que eles entendam os diferentes sujeitos e vozes da História.

Os livros didáticos de Ensino Fundamental II e Ensino Médio, por exemplo, trabalham apenas pontualmente a História estadual, assim sendo, a História local de cada município basicamente acaba passando despercebida pelos próprios moradores das cidades, sendo abordada quase que exclusivamente no Ensino Fundamental I. Entretanto, todo lugar, por menor que seja, tem uma história, e contribuir para que os estudantes descubram a sua importância pode ser muito significativo, problematizando a memória, identidade e consciência histórica, sendo essa premissa respaldada pelo alemão Jorn Rüsen, que trabalha essa ideia a partir do conceito de consciência histórica, que será abordado no capítulo I desta dissertação.

Ao preparar e planejar seus materiais didáticos, normalmente os docentes optam pela elaboração de “Planos de Aula”, método mais comum adotado nas escolas. Todavia, aqui será contemplada uma “Sequência Didática”.

Entre o plano de aula e a sequência didática podemos enumerar algumas diferenças: o primeiro é destinado a uma aula, enquanto o último, a várias aulas; o plano é mais burocrático, já a sequência é mais inteligível, explorando mais o passo a passo; o plano é focado em um assunto e a sequência pode tratar de diversos assuntos ao mesmo tempo, almejando um objetivo mais amplo. Assim sendo, postas estas diferenças, os professores Itamar Freitas e Maria M. D. de Oliveira definem a sequência didática como:

[...] uma representação espaço-temporal dos atos de sujeitos envolvidos em processos de ensino-aprendizagem. Essa definição expressa o modo como a sequência didática aparece na mente de muitos de nós: uma linha do tempo. Uma reta interrompida por vários acontecimentos: “Primeiro faço isso, depois faço aquilo...” (Freitas, Oliveira, 2022, p. 12).

Um dos motivos de escolhermos a sequência didática é que ela funciona basicamente organizada por tópicos que são seguidos passo a passo, permitindo seu entendimento mesmo a um docente que não tenha elaborado aquele documento. Além disso, ela possui uma expectativa de aprendizagem que não necessariamente é a mesma que está no currículo oficial, que por vezes pode ser genérico ou limitante, e com ela, pode-se trabalhar com expectativas mais diversas (Freitas, Oliveira, 2022 p. 15).

É importante também diferenciar sequência didática da aula-oficina, que nada mais é do que um modelo de aula em que o estudante é agente de sua formação, utilizando múltiplos recursos e avaliação diferenciada, produzida pelo próprio estudante, com testes ou diálogos, mas em geral, focada em um plano de aula diferenciado, enquanto a sequência didática, numa explicação mais simplória, é uma forma de organizar as atividades para um determinado conteúdo (BARCA, 2004, p. 131).

No Brasil, a sequência didática entrou nos Parâmetros Curriculares Nacionais a partir da década de 1990, se consolidando até o presente momento. Segundo Maria Marly de Oliveira (2013, p. 40), atualmente, a técnica da sequência didática já vem sendo utilizada nas diferentes áreas de conhecimento, contemplando os seguintes passos:

- Escolha do tema a ser trabalhado;
- Questionamentos para problematização do assunto a ser trabalhado;
- Planejamento dos conteúdos;

- Objetivos a serem atingidos no processo ensino-aprendizagem;
- Delimitação da sequência de atividades, levando-se em consideração a formação de grupos, material didático, cronograma, integração entre cada atividade e etapas, e avaliação dos resultados.

Considerando estas características da sequência didática, ressaltamos que a aprendizagem ocorre quando o indivíduo é provocado, levando a manejar e utilizar a informação recebida, criando um processo fecundo, em que acontece a aquisição da informação, a sua transformação e posterior avaliação da mesma. Assim, é fundamental que durante a construção da sequência didática, pensemos em atividades em que o estudante vá além da pesquisa, fazendo parte do processo, de forma ativa, da construção do conhecimento (Freitas, Oliveira, 2022, p. 18).

Cada vez mais na academia, a questão da História local vem conquistando espaço desde a década de 1950 e, posteriormente, ganhando muita força da década de 1990 em diante. Antes vista como uma “história menor”, hoje a História local se consolidou como área do conhecimento histórico, e adquiriu espaço na área escola, em especial nos anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Segundo Nikita Sukow (2023, p. 35), a preocupação com História local já aparecia nos documentos brasileiros desde a década de 1980. Naquela época já existiam estudos no campo historiográfico que a relacionava com as noções de diversidade, cidadania, pluralidade e identidade desde o século XIX. Aos poucos essa tendência Local foi ganhando mais espaço na historiografia até o momento em que vivemos. Afinal, parafraseando Janaina Amado (1990), como estudar eventos históricos sem pensar também na sua localidade? A questão local também deveria aparecer naturalmente, pois é inerente às ações dos homens, mas nem sempre é assim.

Um outro questionamento importante seria se a História local iria contra a História nacional, por exemplo, se seria uma força de desintegração da História macro. Realmente, lendo textos e trabalhos de História local, por vezes parece que ali se está colocando um novo ponto de vista que vai imperar sobre algum assunto, ou que aquele estudo possa desintegrar alguns pontos de vista. Ou ainda, achar que a História local é uma panaceia de soluções para os problemas históricos, mas na verdade. Entretanto, o Local vem para mostrar a realidade de

uma outra forma, com um outro olhar, para preencher as lacunas e distanciamentos que uma História mais geral tem (Urban; Sukow, 2020, p. 30).

É evidente que há a consciência de que a história local é parte da história global, contribuindo para a compreensão de fenômenos mais amplos. No entanto, ao focalizar esses eventos em um contexto específico, é possível enxergar com mais clareza suas características e impactos sobre a população de determinada região, como destaca Erinaldo Cavalcanti (2018, p.13).

Nesse contexto, é evidente que o global e o local estão interligados e por muitas vezes uma narrativa local é impactada por ações globais. O historiador Helder Alexandre de Medeiros Macedo (2017, p. 61) trabalha a questão de como os grandes “booms” da produção de algodão, no Brasil colonial, são explicados por eventos externos. Nesse exemplo, os Estados Unidos da América cortaram o envio de algodão para a Inglaterra, durante a Guerra de Independência Americana e também durante a Guerra de Secessão. Os ingleses tiveram que buscar outros fornecedores de algodão com certa urgência, e a produção no Brasil, que de modo geral era de subsistência, tornou-se de exportação, alterando métodos de produção e lugares. Podemos então através disto fazer um estudo local, tendo como questionamentos por exemplo: “quem eram os investidores?”, “Quem eram as pessoas que trabalhavam com algodão?”, “Como era realizado o transporte das roças para os navios”, dentre inúmeras outras perguntas que ajudariam a entender a realidade local afetada pelos eventos externos.

Com esse contexto em vista, é necessário entender que o desenvolvimento de Fazenda Rio Grande está ligado a contextos maiores como a industrialização do Paraná e do Brasil como um todo e às repetidas crises econômicas durante toda a segunda metade do século XX. Podemos trabalhar nas atividades em sala de aula o diálogo entre o local e nacional através de questões que podem contextualizar as fontes históricas.

Segundo Joaquim Santos (2002, p.111), os conhecimentos de caráter de pertencimento social ou cultural estão sempre em constante mudança, isso quer dizer que deve ser trabalhada com o estudante a questão de ir do global para o local, assim ressaltando que a abordagem da História local não é um afastamento ou crítica à História Global, ao contrário, é uma significação dela,

mostrando onde e como ela impacta no local de vivência do estudante. Complementando com a citação de Muirakytan K. Macêdo (2017, p. 84):

A vantagem de trabalharmos com o local é a “materialidade” que ganha o objeto de estudo. Isso é especialmente valioso quando nos damos conta da História que ensinamos, geralmente parece-nos distante tanto geográfica, quanto temporalmente.

O Referencial Curricular do Paraná para o Ensino Fundamental destaca a relevância das temáticas voltadas para a História local, evocando que o estudante se comprometa com a produção e transmissão de conhecimentos de diferentes modalidades de ensino, assim “dessa maneira, essa prática vem a favorecer a construção e o fortalecimento da identidade individual e coletiva, fazendo com que os estudantes percebam suas relações com o meio e seus sujeitos, além de outros grupos e realidades” (Paraná, 2018, p. 454).

No novo Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná, formulado em 2021, para atender ao Novo Ensino Médio Nacional, a questão da História local está mais suprimida, mas o texto traz o objetivo que o estudante se reconheça como sujeito histórico, buscando uma correlação entre as dimensões local, regional e global, para melhor compreensão das causalidades e semelhanças (Paraná, 2021, p. 648).

Para trabalhar a vivência do estudante, podemos trazer a História oral, objeto de grande importância na construção do saber histórico local. Segundo Michael Pollak (1989, p. 4), a História oral dá preferência aos excluídos e marginalizados, trazendo “memórias minoritárias”, fazendo frente à “memória oficial”. É importante ressaltar que a oralidade é uma ferramenta muito importante, principalmente no estudo de cidades mais periféricas, mais novas, em que, por vezes, não se têm muitos materiais historiográficos produzidos. No caso das atividades propostas no terceiro capítulo desta dissertação, não serão trazidos previamente testemunhos orais para serem trabalhados, mas sim será proposta a sua produção pelos próprios estudantes, por exemplo, entrevistando familiares ou membros da comunidade, sobre a História local.

Segundo Wanderson Macedo Silva (2021, p. 2), a História local desenvolve a questão da identidade, trabalha diretamente com ela. A identidade explora uma questão básica: Quem sou eu? Os indivíduos, dentre eles os estudantes, estão sempre buscando respostas para suas origens e seus gostos,

para se reconhecer em algo ou para pertencer a algum grupo, acontecendo assim a formação identitária. As identidades sempre se configuram num sentido de semelhança com o outro, pois geralmente tomamos outras pessoas como referência, mas, apesar disso, nunca se geram identidades iguais.

Vale ainda explicar o conceito de identidade. Para Stuart Hall (2006, p.10), podemos trabalhar com três concepções diferentes de identidade ao longo da história: o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. A nós, nesta pesquisa, interessa a última concepção. Para Hall o sujeito pós-moderno tem:

...uma identidade formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas que nos rodeiam (...) o sujeito assume diferentes identidades em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente (Hall, 2006, p.13).

A ideia de trazer este conceito de Stuart Hall, é para nos lembrarmos de que as identidades não são monolitos inquebráveis, mas sim fluem pelo indivíduo conforme o ambiente e oportunidade em que se encontra. Uma mesma pessoa pode reproduzir identidades contrastantes conforme cada situação em que se encontra. Um exemplo simples seria de um homem que se identifica como cristão e torcedor de um time x. Aos domingos de manhã ele se comporta dentro daquela identidade cristã, com serenidade e cuidado com as palavras e ações; porém no mesmo dia à tarde ele se dirige ao estádio onde passa a ser um indivíduo mais mal-educado e violento, que vai contra o que ele mesmo acreditava pela manhã, ou seja, o ambiente interfere em qual identidade ele estará usando, e por consequência, em suas ações.

Para Zygmunt Bauman (2005, p. 30), a identidade anteriormente era um conceito ligado de forma mais natural aos indivíduos, que viviam em grupos mais fechados, tendo como referência de identificação, a sua vila ou campo. Principalmente a partir do século XVIII, as identidades nacionais começaram a ser mais valorizadas e impostas pelo Estado, sobrepondo as “identidades naturais”. Hoje, no entanto, nossa identidade é muito mais fluida, e os indivíduos a procuram como uma forma de segurança para sua existência, ainda que passageira. Em um mundo marcado por constantes desentendimentos e negociações, essa busca pode ser desafiadora e, muitas vezes, desoladora.

É nisso, que nós habitantes do líquido mundo moderno somos diferentes. Buscamos, construímos e mantemos referências comunais de nossas identidades em movimento – lutando para nos juntarmos aos grupos igualmente móveis e velozes que procuramos, construímos e tentamos manter vivos por um momento, mas não por muito tempo (Bauman, 2005, p.33)

Bauman reflete que antigamente as identidades eram somente impostas, hoje, ainda que algumas tenham a característica de imposição, a maior parte das identidades está em pleno voo, onde cada indivíduo deve capturá-las com seus próprios recursos (Bauman, 2005, p. 35).

Para Jorn Rüsen (2006, p. 15), a identidade também é uma coisa fluída, onde ela é influenciada e alterada durante toda a vida. Para o autor, a identidade é fomentada dentro dos processos da didática histórica, onde acaba surgindo uma ferramenta para analisar o presente e tentar antecipar o futuro, objeto de atenção para os historiadores profissionais.

A História local tem o poder de fomentar a própria identidade e historicidade para o indivíduo, trazendo benefícios à sua formação como ser humano. A ideia para a sequência didática, é fazer com que os estudantes percebam as mudanças e permanências do ambiente em que vivem, para trabalharem tanto a sua consciência histórica quanto o senso crítico.

No primeiro capítulo desta dissertação, tratamos sobre o ensino de História, trazendo a questão de como a legislação vigente aborda o ensino de História e também a História local, procurando analisar a relação desta modalidade de pesquisa histórica com o ensino. A História local também é tratada analisando seus conceitos básicos, apresentando como ela pode ser importante no ensino de História. Em seguida já trazemos um tópico sobre consciência histórica e identidade, que são conceitos importantes para o desenvolvimento e fundamentação deste trabalho.

No segundo capítulo, apresentamos o município de Fazenda Rio Grande, trazendo diferentes períodos da história de sua região. Há um tópico sobre a questão da identidade no município, de como os moradores se identificam ou não com o próprio lugar onde vivem.

Este capítulo tem o propósito de apresentar ao leitor a cidade de Fazenda Rio Grande, em uma perspectiva histórica. Num primeiro tópico há a História do município de seus primórdios até o século XIX, não será uma parte longa, visto que o foco do trabalho é no século XX. Adiante, apresentamos o início da

migração para a Fazenda e o contexto paranaense que leva a um salto populacional, com a criação da Cidade Industrial de Curitiba. O terceiro tópico do capítulo tem por objetivo apresentar a região, desde que se torna Distrito até o início do século XX. No último tópico, trabalhamos questões de identidade, memória e narrativas buscando entender como o município e seus cidadãos são vistos, como se veem, e como, do ponto de vista histórico, isso foi construído.

O terceiro capítulo da dissertação é dedicado a apresentarmos o material didático produzido, a maneira como ele foi confeccionado, reforçando algumas bases teóricas sobre sua produção, a partir de fontes históricas e referências bibliográficas relacionadas à história da cidade.

1. O ENSINO DE HISTÓRIA E AS PERSPECTIVAS ADOTADAS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DE FAZENDA RIO GRANDE

1.1 A HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO DE HISTÓRIA

Para iniciar o debate sobre o papel da História no ensino, podemos levantar uma questão: Por que um estudante do terceiro milênio deve aprender História?

Dentre o questionamento acima, acreditamos que o principal objetivo da disciplina de História é transformar a informação em conhecimento, que é a mais importante habilidade que um estudante do terceiro milênio deve desenvolver. Por meio do conhecimento podemos trabalhar e aprofundar o senso crítico e a consciência histórica, por exemplo. Por isso as aulas de História têm um papel valioso: propiciam a discussão, o debate e a troca de experiência, estimulando a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, sempre articulando o passado com o presente. Estes são os objetivos contemplados na Base Nacional Curricular Comum, como no exemplo abaixo:

A BNCC de História no Ensino Fundamental contempla, antes de mais nada, a construção do sujeito. O processo tem início quando a criança toma consciência da existência de um “Eu” e de um “Outro”. O exercício de separação dos sujeitos é um método de conhecimento, uma maneira pela qual o indivíduo toma consciência de si, desenvolvendo a capacidade de administrar a sua vontade de maneira autônoma, como parte de uma família, uma comunidade e um corpo social (BNCC, 2018, p.353).

Então, a História é fundamental à formação de qualquer cidadão, permeando os currículos educacionais pelo mundo todo, apesar de que, nos últimos anos no Brasil, está havendo uma diminuição da carga horária da disciplina, que aos poucos, juntamente com outras disciplinas das Ciências Humanas, vem sendo substituída por outros componentes curriculares mais alinhados aos interesses dos governos. Em 2024, o governo estadual do Paraná acabou diminuindo, no Ensino Fundamental, as aulas de História, Geografia e Matemática, para aportar a disciplina de Pensamento Computacional (APP-Sindicato, 2024).

Desse modo, evidenciam-se as características próprias da História enquanto componente curricular escolar. Conforme o apresentado identifica-se em sua trajetória, métodos de memorização para alguns pressupostos pautados na pedagogia e na psicologia da educação, porém, encaminhamentos atuais da didática da história estabelecem o processo de ensino e aprendizagem com vistas ao desenvolvimento da consciência histórica voltada à vida prática dos estudantes em processo de escolarização (PARANÁ, 2018, p.448).

As disputas pelo currículo envolvem tensões entre grupos próximos às esferas de poder, como editoras, partidos políticos, empresas interessadas em prestar serviços ao Estado, etc. O saber produzido pelas disciplinas escolares, tem sido comumente entendido como simples redução ou simplificação do conteúdo e transposto para o ensino formal das escolas, concepção que situa a ciência de referência como elemento fundamental nas mudanças de conteúdos e métodos das diversas disciplinas, ou seja, por vezes há uma visão de que a escola apenas recebe o conhecimento produzido pela academia, de forma passiva. Também com as trocas de governo, as disciplinas escolares têm sido constantemente redefinidas, de acordo com compromissos temporários (Bittencourt, 1990, p.193).

Na visão de Rossano Rafaele Sczip (2020, p. 48), as reformas educacionais têm um caráter muito mais simbólico e limitado do que prático, isto porque o sistema educacional continua tendo a função de trazer coesão à sociedade, e serve para desenvolver os ideais capitalistas, assim trabalhando para os grandes burgueses da sociedade. O autor considera que o correto seria a educação servir aos interesses dos trabalhadores e das classes mais baixas.

Sczip critica fortemente a questão da educação para o mercado de trabalho, pois assim a educação é condicionada aos meios de produção, colocando, através de planos de metas e bonificações, um professor contra o outro (Sczip, 2020, p. 50).

Assim, desde os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998, tem-se:

A preocupação com os estudos é a de que os estudantes ampliem a capacidade de observar em seu entorno para a compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo, e reconheçam a presença de outros tempos no seu dia a dia (Brasil, 1998, p. 40).

Nesse cenário de disputas em que a História se insere, diversos atores, como o Estado, as editoras, as igrejas e a sociedade em geral, tendem a

enxergá-la como um instrumento de coesão social. A História muitas vezes é utilizada na busca por valores sólidos e compartilhados que sustentem a identidade de nações e povos. Segundo Peter Lee (2016, p.110), nessa perspectiva, a História se torna serva da cidadania, devendo adaptar suas produções para atender à construção do cidadão ideal. Isso, em alguns casos, implica sua integração com outras disciplinas das ciências humanas, influenciando diretamente o ensino.

Na História em geral, o social já era visto como produto de forças contraditórias e múltiplas. Porém o discurso ainda era muito generalista e eurocêntrico.

No século XIX, a disciplina foi se formando e deixando de ser um acessório da catequese e das aulas de latim. Assim passaram a ser aulas voltadas à memorização de fatos e pessoas importantes para os filhos das classes abastadas brasileiras, sendo assim um meio de aprenderem a cultura do mundo ocidental. Com a República, os interesses se voltaram a uma educação que fosse mais moral e cívica, se separando da História Sagrada e atendendo aos interesses dos novos grupos dominantes.

Principalmente no período do governo militar brasileiro, a disciplina de História sofreu um estrangulamento e acabou sendo condensada com as outras Ciências Humanas nos “Estudos Sociais”, perdendo sua identidade como área do conhecimento, atendendo aos interesses dos militares. Após a redemocratização, os governos atuaram para atender suas agendas, por vezes tentando fazer mudanças na educação para deixar a sua “marca”, também de forma regional (Bittencourt, 1990, p. 220).

Como traz a professora Elza Nadai (1993, p.155), houve um alargamento da escola secundária em consequência da Segunda Guerra Mundial, devido à acelerada urbanização, que minou a base do ensino elitista. Nos anos de 1960, aumentou a tensão entre o ensino generalista e o elitista. Surgiram várias escolas que começaram a testar currículos e métodos, como o Colégio Equipe em São Paulo, que tinha a ideia de um ensino mais político e intelectual, diversificando o ensino e colocando o estudante como corresponsável do seu aprendizado. Pela primeira vez se “pensava historicamente” e os conteúdos e métodos passam a ser indissociáveis

Historicamente, o olhar dos historiadores para a História local começou a ganhar contextos mais sólidos a partir da década de 1950, quando a segunda geração dos Annales se voltou para o estudo dos chamados “micro espaços”, para estudar questões que não faziam parte da História geral, e iniciando as formações de uma metodologia específica para esta área de estudo (Urban, Sukow, 2020 p. 49).

Com a ditadura, diferentes escolas e professores tiveram seus direitos cerceados. Porém, dentro desse período no Brasil, se consolida a abordagem marxista, e ganham força estudos vinculados à escravidão, mulheres, prostitutas, homossexuais, etc. Buscou-se também estudar as identidades e a História local. Porém esses estudos ficaram restritos à academia e não chegaram ao grande público. As escolas se expandiram e deixaram, definitivamente, de ser um espaço só da classe média, e o ensino primário se tornou obrigatório à toda a população. No Ensino fundamental a História foi integrada aos Estudos Sociais, e ainda que trabalhasse a concepção local, o fazia com outros objetivos. Essas mudanças estavam dentro da ideologia do regime militar que queria cidadãos dóceis, obedientes e ordeiros, com um esvaziamento do senso crítico (Nadai, 1993, p.157).

Para Erinaldo Cavalcanti (2018, p. 277), a partir dos anos 1990, houve um grande aumento de publicações sobre o tema de História local, antes vista como uma micro-história ou como uma “História pequena”.

Segundo Maria Toledo (2010, p. 744), atualmente “a História local tem crescido nas produções nacionais, indicando o quanto as questões teóricas vêm ampliando o debate sobre a produção e o ensino de conhecimentos em História no país nas últimas décadas”.

Para a autora, a afirmação acima se fundamenta nos documentos oficiais referentes ao ensino, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, que trabalha com dois eixos de História local para o Ensino Fundamental I: um que trata do movimento daquela população para estar naquele espaço, e outro que trata do cotidiano daqueles indivíduos. Podemos compreender então, que o currículo de História está sempre sujeito ao que os atores políticos do momento entendem por educação e História.

Hoje a disciplina de História no estado do Paraná é regida por dois documentos principais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e o

Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP). Toda a educação deve seguir as premissas ali contidas, sendo que o CREP obedece à BNCC, embora cada estado tenha liberdades na hora da composição das disciplinas e suas cargas horárias.

O CREP afirma que a aprendizagem deve acontecer através de uma “perspectiva problematizadora e contextualizada, ou seja, a partir da prática realizada pelos estudantes.” (Paraná, 2019, p.6). Para Vanderléia Canha (2023, p. 27), o CREP recomenda a utilização de diferentes tipos de fonte, incentivando a investigação para que o indivíduo seja capaz de ler o mundo historicamente.

Dentro dos elementos orientadores deste documento, destacamos a análise a respeito dos “critérios de seleção dos conteúdos significativos para os estudantes que vivenciam, com intensidade, o presente marcado pelos ritmos acelerados das tecnologias” (Bittencourt, 2009, p. 7).

A orientação do estado do Paraná é basicamente que:

[...] em um cenário cada vez mais dominado por distintas tecnologias e marcado pela globalização, faz-se imprescindível o domínio do conhecimento histórico e a estruturação de um ensino com base humanista, que favoreça a articulação entre o estudante e o patrimônio cultural da humanidade, que o primeiro passe a se reconhecer enquanto sujeito histórico e afetado pelas transformações ocorridas ao longo do tempo (Paraná, 2022, p. 645).

Muito do que se aborda sobre História local nos documentos aponta mais na direção do trabalho com Ensino Fundamental I. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) contempla que se deve trabalhar questões mais individuais do estudante como “de onde vim?”, “de onde veio minha família?”, “onde vivo?”, “onde trabalho?”, dentre outras. Essas são questões fundamentais para o início do trabalho com identidade nas idades mais tenras, porém, em se tratando dos anos mais tardios do ensino, esses documentos não se aprofundam, ficando uma lacuna (Toledo, 2010, p. 745).

Todavia, a BNCC, no que tange a parte de História, tem um texto bem mais amplo, tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio, tendo em seus objetivos, por exemplo, aprender a posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo; compreender o tempo e o espaço; identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos; compreender a produção historiográfica e, principalmente, produzir, avaliar e utilizar tecnologias

digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável. A BNCC indica que, na disciplina de História, o docente estimule o estudante a compreender eventos históricos, relações de poder e processos, assim como entender como se formam as estruturas da nossa sociedade, políticas, econômicas e culturais, ao longo do tempo e em diferentes lugares, com o objetivo de articular o contexto presente do estudante, com o do seu bairro e de sua região (Brasil, 2018, p. 402).

Por exemplo a primeira competência específica para História da BNCC trabalha com a interrelação entre local, regional e nacional:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles (Brasil, 2018, p. 559).

O texto normativo é um lugar de disputas em que os atores políticos abordam os seus interesses, não necessariamente de forma explícita. Na disputa sempre há interesses políticos e econômicos, mas também interesses da classe educadora, sendo que no componente curricular de História, há divergências dentro da própria academia e debates acalorados sobre o que deve entrar e sair da lista de conteúdos, por exemplo. É importante lembrarmos da elaboração da BNCC, em 2017, quando a primeira versão do documento trazia uma História focada no Brasil e na América, diminuindo os conteúdos clássicos de História Antiga e Medieval. Essa versão foi acusada de ser muito “brasilcentrista” e logo o modelo tradicional de conteúdos históricos voltou com a benção da Associação Nacional de História (ANPUH). Esse fato é ratificado no artigo “O banho, a água, a bacia e a criança: história e historiadores na defenestração da primeira versão da Base Nacional Curricular Comum de História para o Ensino Fundamental”, dos historiadores Luiz Fernando Cerri e Maria Paula Costa (2021, p. 6).

Para muitos, o currículo ignora as diferenças da sociedade brasileira e aumenta as suas diferenças:

É possível falar em um “currículo nacional” sem recair na ideia de uma determinação que desconsidera a realidade que insiste em ser não linear e desigual? Diante de todos os cuidados em se tomar a diferença como elemento central nas proposições sobre currículo, respeitando a multiplicidade de formas de se viver a infância e a juventude, a proposta de Base Nacional Comum Curricular vai justamente em sentido oposto ao entendimento de que enfrentar as desigualdades passa por respeitar e atentar para a diferença e diversidade de todos os tipos, desde a condição social até as diferenças étnico-raciais, de gênero, sexo etc. A padronização é contrária ao exercício da liberdade e da autonomia, seja das escolas, seja dos educadores, seja dos estudantes em definirem juntos o projeto formativo que alicerça a proposta curricular da escola (Silva, 2015, p. 315).

Com certeza um dos grandes desafios da BNCC é ser adaptada às diferentes realidades pelo país, porém isso talvez seja uma missão quase impossível: criar um plano que na prática atenda às necessidades de toda a sociedade brasileira. No Referencial Curricular do Paraná, o ensino de História no Ensino Fundamental II, por exemplo, a “História do Paraná” está presente em todos os anos, numa inclusão da SEED/PR, porém de forma diluída e com poucas aulas, sendo inserida em diversos assuntos basicamente como um adendo daquele conteúdo, na perspectiva da História Regional. Como exemplo, abaixo segue o um trecho do Referencial Curricular para o sexto ano:

História: tempo, espaço e formas de registros	As origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização	<p>(EF06HI03) Identificar as hipóteses científicas sobre o surgimento da espécie humana e sua historicidade e analisar os significados dos mitos de fundação, a partir de diferentes vozes do Oriente e Ocidente.</p> <p>(EF06HI04) Conhecer as teorias sobre a origem do homem americano.</p> <p>Analisar e problematizar a origem dos sambaquis nos litorais de onde se localiza o atual estado do Paraná e também das demais localidades que possuem vestígios desses materiais.</p> <p>(EF06HI05) Descrever e problematizar as modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas e impostas por outras culturas ao longo do tempo, nas perspectivas da cosmovisão do Oriente e Ocidente.</p> <p>(EF06HI06) Identificar histórica e geograficamente as rotas de povoamento no território americano.</p>
---	---	---

Quadro 1 - Referencial Curricular do Paraná – Ensino fundamental (Paraná, 2018, p. 475).

Podemos identificar que na Unidade temática “História: tempo, espaço e formas de registros”, no objeto de conhecimento “As origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização”, a questão do Paraná arcaico caminha junto com o tema principal, sem haver uma separação do local ou regional, do Global.

A História local contribui para evitar a propagação de uma visão homogênea da sociedade:

Para evitar uma visão homogênea da sociedade, busca-se observar que, no interior de uma sociedade, há formas de registros variados, e que cada grupo produz suas memórias como elemento que impulsiona o estabelecimento de identidades e o reconhecimento de pertencimento a grupo social determinado. As memórias podem ser individuais ou coletivas, e podem ter significações variadas, inserindo-se em uma lógica de produção de patrimônios (materiais ou imateriais), que dizem respeito a alguns grupos específicos (Brasil, 2018, p. 406).

Apesar das limitações do currículo, por meio das relações que se estabelecem em sala de aula, como culturais, críticas e subjetivas, podemos criar um ambiente de trabalho no qual se rompam com propostas hegemônicas dominantes, e o conhecimento científico epistemológico pode ser utilizado para analisar as práticas sociais com os estudantes, desenvolvendo a criticidade social do que é produzido historicamente, segundo os pesquisadores Becker, Ribas, Urban (2023, p. 44).

Porém, o foco da legislação para ensino de História local é ainda no Fundamental I. Segundo Nikita Sukow (2022, p. 39):

Contudo, uma observação é válida de mencionar quando nos determos ao sobre o papel da História local no Ensino de História. Nos últimos 40 anos, pouco ou nada mudou na interpretação do porquê se deve estudar a localidade nas aulas de História. Embora seja indiscutível sua importância, como a bibliografia e as propostas curriculares revelam, por que ainda se mantêm a História local como um conteúdo apenas dos anos iniciais? Por que, mesmo depois dos avanços das pesquisas sobre a aprendizagem histórica de crianças, ainda se considera apenas o local como ponto de partida por excelência das suas aprendizagens? Por último, sendo o Brasil um país de dimensões continentais, com referências sócio-histórico-culturais diversas, por que não pensar em uma proposta curricular que utilize a relação entre o nacional e o local nas explicações históricas?

Ainda dentro das normativas, é importante destacar que segundo Maria Toledo (2010, p. 744), o estudo do local é geralmente realizado em dois eixos de análise temporal: analisar os movimentos que a população que vive no local

executa, buscando suas informações em entrevistas e estudos; e analisar a ação de movimentos sociais no local para uma construção do conhecimento histórico da localidade. Segundo Lilian C. Castex e Giselia dos S. Melo (2023, p.171):

O ensino de História local ganha significado e importância no Ensino fundamental, exatamente pela possibilidade de introduzir a formação de um raciocínio de História que contemple não só o indivíduo, mas a coletividade, apresentando as relações sociais que ali se estabelecem na realidade mais próxima. A História local possibilita a compreensão do entorno do aluno, quanto a sua historicidade, identificando passado e presente nos vários espaços de convivência. Essa temática permite que o professor possa incluir na formação acadêmica do estudante as histórias individuais e dos grupos de convívio, inserindo-o em contextos mais amplos e buscando revelar as relações da sociedade em que vive.

A História local também é colocada dentro das discussões sobre metodologias em sala de aula, em que essa modalidade de história tem um caráter mais ativo, se referindo à participação dos estudantes, usando do conhecimento da realidade deles, se tornando uma opção metodológica interessante. Assim podemos romper com a história tradicional e sensibilizar a consciência histórica dos estudantes, como traz Euzelia Voronhuk (2014, p. 8).

Se pensarmos em aprender a história como uma forma de reorientação cognitiva, em que as crianças aprendem a ver o mundo de maneiras novas e mais complexas, a realização da aprendizagem histórica torna-se algo que transforma a sua visão e permite possibilidades de ação que tinham sido até então – literalmente – inconcebíveis para elas. A polaridade de “habilidades” e “conteúdos” torna-se irrelevante, pois um dos polos está equivocado. Em vez disso, pode se concentrar nas maneiras em que o desenvolvimento de uma compreensão da história impulsiona o aumento do conhecimento do passado (Lee, 2016, p.116).

Assim vamos ao encontro tanto do que as diretrizes nacionais estabelecem quanto da produção de boa parte dos historiadores, visando despertar o interesse do estudante para com as aulas de História, trazendo significado para o ensino, tentando diminuir questionamentos como “onde vou usar isso?” ou “para que estudar isso?” (Voronhuk, 2014, p.10).

Para continuar, são necessárias algumas definições. Uma pergunta conceitual seria: o que é local? Onde começaria o global e terminaria o local? Numa visão mais antiga, História local seria uma “História pequena”, onde os limites desta produção historiográfica em específico não iriam mais além do que um vilarejo, ou uma pequena cidade. Porém hoje percebemos que o estudo do

local sempre anda junto com o global, sendo por vezes difícil fazer um recorte de estudo para um trabalho nesta área da História (Cavalcanti, 2018, p.13).

Para Maria Schimdt e Marlene Cainelli (2014, p. 161), a História local busca estabelecer conexões entre diferentes lugares, sem isolar o objeto de estudo de seu contexto mais amplo. Ela se concentra no indivíduo como agente transformador do espaço e, ao mesmo tempo, no modo como o espaço também o transforma.

Logo, a História local contribui para uma maior diversidade dentro do campo histórico, trazendo as vozes de vários sujeitos e se interessando por questões como o modo de vida dos indivíduos, permitindo também trabalhar as comunidades, chegando a estudos sobre a construção e desenvolvimento dos objetos locais de estudo (Silva, 2017, p.15).

Para Eric Hobsbawn (2011, p. 217) a História das localidades é totalmente envolta de política, já que neste tipo de trabalho historiográfico se dá voz aos “de baixo”. As pessoas comuns e suas experiências ganham força, e assim acontece uma forma de politização da população oprimida. Colocar o mais simples na História é dar representatividade e força às classes mais baixas (Urban, Sukow, , 2020 p. 49).

Para Circe Bittencourt (2005, p.170), a discussão sobre o que é História local passa por um conceito geográfico, que é o “lugar”. Para a autora, essa discussão é muito importante para os estudos de região, e quem define melhor o lugar seria o geógrafo Milton Santos (1991, p. 92):

O lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam – ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamento -, mas que dão autonomia de significação, pois todos os dias as novas funções substituem as antigas, novas funções que se interpõem e se exercem.

Como propôs Milton Santos, o lugar, ou o local, está em constante transformação, com dinâmicas próprias. As noções de tempo, nesse contexto, devem considerar não apenas o passado e o presente, mas também, a partir dessas mudanças, refletir sobre os possíveis caminhos que um lugar pode seguir em seu desenvolvimento (Bittencourt, 2005, p.173).

Etimologicamente falando, a palavra local aparece em dicionários como sinônimo para a palavra lugar, sempre relacionando “local” com algum espaço

físico, desta forma o termo não é associado a alguma coisa não física. É em algum espaço físico determinado que se desenvolve o que é local. Devemos lembrar que para autores como Koselleck, podem existir definições de História local em que o conceito está preso às palavras, todavia as palavras, pelo contrário, não estão presas a um conceito, o que pode acabar gerando discussões sobre como limitar determinadas atividades filosóficas ou acadêmicas. Entender como os conceitos são construídos é importante para compreendermos as lutas e disputas envolvidas ao redor deles (Cavalcanti, 2018, p. 275).

Com o aprofundamento do conceito geográfico de lugar, este deixou de ser visto apenas como um simples local, passando a ser compreendido como um mundo que estabelece suas próprias regras. Podemos até afirmar que todos os lugares são pequenos mundos, como aponta José D'Assumpção Barros (2022, p. 24).

A reconstrução da história de um lugar ou de uma localidade implica partir do princípio de que a história está presente em todos os lugares, em todos os momentos. De que o lugar, seja quando, qual e onde for, integra-se historicamente a espaços e contextos mais amplos, a partir dos papéis e condições econômicas, políticas, sociais e culturais vividas no dia-a-dia por seus habitantes e por ele próprio, no município, no país e no mundo. Operar com essa abordagem da história, portanto, importa compreender que as realidades históricas de determinada localidade e de seus habitantes no tempo não se dão isoladamente do mundo, e sim como partes desiguais mas vivas, ativas e inseparáveis dele (Santos, 2002, p.111).

Existem autores que também usam o conceito de “história do entorno”, em que o entorno não seria uma coisa geralmente determinável para todos os casos, se trabalharia basicamente com aquilo que envolvesse algum pertencimento em torno do indivíduo, onde haja relação de pertencimento, ou até mesmo uma forte relação com os acontecimentos, ressaltando que a História local é alcançada através da memória (Cavalcanti, 2018, p. 279).

A ideia central para o trabalho com História local, no ensino de História, é que ela possa produzir “a inserção do estudante na comunidade da qual ele faz parte, criar suas próprias historicidades e identidade” (Toledo, 2010, p. 748). Assim também neste contexto, segundo Sônia Nikitiuk (2002, p. 5), quando o estudante entende o seu contexto específico, ele passa a compreender o todo com mais profundidade, se vendo como sujeito histórico e não apenas

entregando sua identidade a um processo de compartilhamento movido pela globalização.

Para os estudantes, o trabalho com História local pode envolver os conceitos de identidade e consciência histórica. Como afirma Marcia Silva:

O estudo da História local é visto como uma estratégia de ensino que possibilita uma inserção dos estudantes num processo que contemple as suas particularidades e identidades, na perspectiva de uma melhor percepção de sua existência como ser social, refletindo sobre os acontecimentos cotidianos (Silva, 2016, p. 14).

Neste contexto devemos levar em conta as pesquisas em Educação Histórica, nas quais profissionais desenvolvem trabalhos para o maior conhecimento e entendimento do pensamento histórico, também produzindo práticas inovadoras para a formação de professores, como é o caso da coletânea intitulada “*Ensino de História: Contribuições a partir da História local*”, das organizadoras Nadia G. Gonçalves e Ana C. Urban (2023), ou os estudos do professor Geyson Germinari em “*A História da cidade, consciência histórica e identidades de jovens escolarizados*” de 2010.

Outro ponto importante é a aproximação dos estudantes com os métodos históricos em aulas elaboradas sobre História local. É claro que o professor em sua prática pedagógica deve aproximar o estudante do “fazer história”, apresentando o método histórico e quando possível, o utilizando em alguma atividade para que ocorra o melhor entendimento do estudante. Porém, quando o objeto de estudo é algo que lhe é mais próximo, a significação do conteúdo ocorre mais naturalmente. Os estudantes podem trabalhar vários tipos de fontes como oral, fotografia, vídeos, jornais, ou qualquer outra que lhes traga um descobrimento sobre a localidade onde moram.

Evidentemente, a disciplina escolar não deve ser tomada como uma vulgarização do conhecimento da academia e seus métodos. Porém, também o conhecimento produzido na escola não pode ser visto como um conhecimento inferior, na verdade os dois tipos de conhecimento se relacionam em inúmeras instâncias, cada um voltado para os seus objetivos específicos (Caimi, 2008, p.130).

Segundo Flavia Eloisa Caimi (2008, p.141):

Quanto ao uso de tais documentos/fontes em sala de aula, há importantes indicações metodológicas que preconizam o papel ativo do estudante nos procedimentos de compreensão e interpretação. Mais do que objetos ilustrativos, as fontes são trabalhadas no sentido de desenvolver habilidades de observação, problematização, análise, comparação, formulação de hipóteses, crítica, produção de sínteses, reconhecimento de diferenças e semelhanças, enfim, capacidades que favorecem a construção do conhecimento histórico numa perspectiva autônoma.

Quando os estudantes expressam suas histórias, devemos levar em conta que eles exprimem uma interpretação do passado baseada nas sensações e valores que lhes marcaram naquele evento. Às vezes, na ideia de um docente, um lugar histórico deve trazer aos estudantes memórias voltadas para aquele monumento ou lugar, porém para o indivíduo, coisas muito mais pessoais podem estar envolvidas neste caso, como por exemplo um roubo que lhe foi acometido naquele lugar, criando uma ligação negativa com aquele ambiente (Becker, Ribas, Urban, 2023, p. 53).

É importante salientar, neste ponto, o respeito que o docente deve ter em relação ao conhecimento do estudante, não tratando as informações do educando de forma banal, já que essas ideias ou considerações foram construídas baseadas no ambiente em que vivem, nos valores familiares, e no contato com o mundo que cada um teve. O professor não deve desfazer das experiências de nenhum estudante, já que é através dessas experiências que os estudantes interpretam a realidade, a aula e o conteúdo escolar (Schimdit, Cainelli, 2004, p. 61).

Ao trabalhar com História local, é essencial que nós professores primeiro nos aprofundemos no contexto histórico da localidade abordada. Isso permite direcionar as atividades de maneira adequada e enriquecer o conhecimento dos estudantes. Além disso, é fundamental considerar o perfil da turma, analisando tanto o nível de engajamento quanto o conhecimento prévio dos alunos, pois cada grupo possui características e desafios únicos, assim como cada lugar tem sua própria história (Santos, 2002, p. 112).

Para Aryana Costa (2019, p.135), “o trabalho com História local precisa da mobilização de conceitos comuns também à geografia, como os de paisagem, região, território”. É importante trazermos que a história de um lugar nem sempre obedece aos marcos temporais tradicionais, como por exemplo Brasil Colônia,

Império e República, pois estes marcos geralmente são políticos, e nem sempre estão bem conectados à história de um vilarejo ou cidade.

Podemos dizer que existe um conceito de tradição escolar em diversas disciplinas e que certos conteúdos são canônicos, porém, por vezes, eles podem não trazer significância nenhuma para o estudante. Neste momento entra a História local, deixando os estudantes frente a frente com as fontes de um passado ou local mais próximos, trazendo a possibilidade de eles também se compreenderem como sujeitos históricos (Becker, Ribas, Urban, 2023, p. 55).

Devemos levar em consideração o poder que nós professores temos nesse caso, de ajudar o estudante a pensar historicamente de uma forma efetiva. O docente é responsável por “ensinar ao aluno como valorizar a diversidade das fontes e dos pontos de vista históricos, levando-o a reconstruir por adesão o percurso da narrativa histórica” (Schmidt, Cainelli, 2004, p. 30). Então cabe ao professor levantar as temáticas e narrativas a fim de construir um conhecimento histórico com o estudante, pois este tipo de conhecimento não é um dom, mas sim uma habilidade trabalhada pelo indivíduo.

Para uma aprendizagem significativa se pressupõe:

... o trabalho com o conhecimento histórico em sala de aula em duas direções: na primeira o conteúdo precisa ser desenvolvido na perspectiva de sua relação com a cultura experiencial dos estudantes e com suas representações já construídas; na segunda para uma aprendizagem significativa, é necessário construir em sala de aula, um ambiente de compartilhamento de saberes (Schmidt, Cainelli, 2004, p. 50).

Além disso, em geral, a História local tem a vantagem de poder trabalhar bem próxima à educação patrimonial, visto que basicamente todas as regiões têm algum monumento ou ponto histórico em que se pode fazer uma aula de campo, analisando algum patrimônio local. Devemos lembrar que este tipo de atividade não deve ser apenas um “passeio”, mas uma aula planejada com o objetivo de transformá-la em uma experiência concreta de aprendizado. A educação patrimonial não está contemplada no currículo de História do Ensino Médio, porém mesmo assim não deixa de ter relevância para a questão do ensino (Canha, 2023, p. 34; Rebuli, 2023, p. 62).

Uma questão de grande relevância ao se trabalhar com a História local é a oferta de material produzido por indivíduos não acadêmicos, ou seja, pessoas

que apesar de uma grande força de vontade própria para pesquisa e acesso a materiais e/ou documentos, não têm instrução para escrever História. São os chamados memorialistas. Elas geralmente conseguem acesso a materiais ou documentos pelas suas boas relações com os proprietários destes registros. Muitas vezes seus trabalhos são louváveis e fornecem fontes importantes para os estudos, porém tais materiais geralmente não dialogam com outras obras, nem com a historiografia, podendo trazer muito das visões e preferências do autor (Macedo, 2017, p. 71).

Dessa forma, ao analisar materiais produzidos por "não-acadêmicos", podemos encontrar informações que enriquecem o trabalho, trazendo uma visão mais ampla e aspectos ausentes em estudos técnicos. No entanto, é essencial avaliar essas contribuições de forma crítica, sem utilizá-las de maneira automática.

Pressupõe-se, então, que ao examinar um lugar – ou seja, ao se fazer História local – podemos aprender algo também sobre a totalidade. Uma das situações mais comuns é aquela em que estudamos o local para verificar um todo já conhecido ou mal conhecido. Por exemplo, pode-se escolher examinar uma localidade no Brasil colonial, imperial ou Republicano para entender aspectos que dizem respeito ao Brasil Colônia, ao Brasil Império ou ao Brasil República, vistos como totalidade mais ampla (Barros, 2022, p. 29).

Por fim, o trabalho com História local pode produzir a inserção do estudante na comunidade da qual faz parte, desenvolvendo melhor suas próprias historicidade e identidade. Este processo com Histórias menores facilita o estabelecimento de continuidades e diferenças com as evidências de mudanças, conflitos e permanências, para as quais os estudantes olharão com mais sentido (Schimidt e Caineli, 2004, p. 113).

1.2 CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E IDENTIDADE

A consciência histórica pode ser analisada como um conjunto coerente de operações mentais que definem a peculiaridade do pensamento histórico e a função que ele exerce na cultura humana (Rüsen, 2006, p.12). E ainda:

Para Jörn Rüsen a consciência histórica pode ser definida como uma categoria que se relaciona a toda forma de pensamento histórico, através do qual os sujeitos possuem a experiência do passado e o interpretam como história. Em outras palavras ela é “(...) a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (Rüsen, 2010, p. 57)

Os indivíduos devem ter a noção de que o mundo e a localidade que conhecem agora passaram por um grande processo de mudanças, que o seu ambiente e hábitos nem sempre foram assim, mas sim que gerações inteiras anteriormente viveram de forma diferente, alterando com o tempo seu espaço e costumes. A partir disso o estudante deve ter em sua consciência a noção de diferença entre as épocas, e por consequência extrair um senso histórico que o ajude a compreender sua importância no tempo e no espaço, e daqueles que já foram. Todo este processo é produto de grandes mudanças, da luta e do processo de convivência humana que geram novos fatos e modificam os espaços, por vezes diversificando mais os lugares em todos os seus aspectos (Sukow, 2023, p.34).

Em complemento, na História local, o estudante deve ter compreensão de que a sociedade em que vive e o seu lugar de vida se alteraram com o tempo, não só estruturalmente, mas também economicamente e culturalmente, por consequência, alterando o estilo de vida das pessoas. Há trinta anos seria comum ver as pessoas passando o dia nas ruas de suas casas, contando histórias, planejando eventos, com as crianças brincando de forma coletiva nas casas ou nas próprias ruas. Com as mudanças, hoje as ruas são quase exclusivamente dos carros, campos de futebol foram desaparecendo, foram surgindo outras formas de lazer voltadas para o interior do lar: os eletrônicos. Hoje as pessoas estão voltadas para as telas, e isso implica numa alteração da dinâmica do lugar (Santos, 2002, p.111).

O trabalho com a memória local pode fortalecer conexões e entendimentos sobre o passado com o estudante, que fortalecem a consciência histórica, mostrando aos estudantes as mudanças espaciais e culturais de um lugar. Assim, ressaltamos o potencial do ensino de História local para a valorização de lutas e conquistas de grupos de referência dos estudantes, além de mostrar a existência de diferentes modos de pensar e de viver. Porém para a

valorização de lutas anteriores, é necessário que o estudante se identifique com elas.

A identidade trabalha com uma questão básica: Quem sou eu? Os indivíduos, dentre eles os estudantes, estão buscando respostas para suas origens, gostos, para se reconhecerem em algo, acontecendo assim, a formação identitária (Silva, 2021, p. 2).

Segundo Ciampa (1990), a identidade acaba se formando da mistura do que vai se construindo na vida, do que se exerce, das experiências familiares e externas, formando mecanismos contrastantes de afirmação das diferenças e de reconhecimento das semelhanças.

Em uma outra visão, trazida por Stuart Hall, os indivíduos, na prática, acabam por usar várias identidades, que lhes podem ser impulsionadas:

(..) uma identidade formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas que nos rodeiam (...) o sujeito assume diferentes identidades em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente (Hall, 2006, p.13).

Stuart Hall (1992, p.12) traz que os sujeitos, antes com identidades mais estáveis, agora têm identidades mais fragmentadas, e como no caso dos adolescentes, elas ainda não estão resolvidas, em período de formação e conflito, na maioria dos casos gerando identidades fragmentadas, no que ele determina de sujeito pós-moderno.

Tudo isso quer dizer que a identidade social é moldada como a nossa imagem perante o Outro, às vezes usando critérios como a aceitação e a credibilidade que esperamos alcançar, sendo um tipo de valor que pode ser negociado e não necessariamente trata da essência de uma pessoa (Pollak, 1989, p. 5).

A questão da identidade social e cultural é de suma importância para os adolescentes. No Ensino Fundamental, a questão da aceitação entre os indivíduos já existe, com os diversos grupos sendo formados, porém a maleabilidade na formação da identidade juvenil é grande. Já no Ensino Médio as questões identitárias são ainda mais fortes: julgamentos por aparência, pelo estilo musical que segue, pelo linguajar, dentre outras imposições sociais. Em nossa experiência percebemos que a identificação é questão de sobrevivência

no ambiente escolar, e aqueles que não compartilham da cultura daquela escola ou bairro acabam isolados. A cultura escolar é tão forte que sentimos a diferença entre escolas, pois é perceptível que o perfil dos estudantes muda, geralmente atendendo a cultura local do bairro.

Para Geyso Germinari (2011, p. 64), a educação escolar está ligada à formação de identidades, como o próprio autor cita o exemplo da cidade de Curitiba, em que houve um grande trabalho nos anos de 1990 para propagar a ideia de “Cidade-modelo”, que foi consolidada com sucesso e hoje permeia a identidade e a consciência histórica de vários adultos que foram educados naquela época.

Como Geyso Germinari (2010, p. 74) afirma, a forma como cada adolescente assimila as experiências culturais nos permite entender um pouco da nossa sociedade e de seu funcionamento, e é nesta fase da vida que as identidades se constroem de maneira mais forte e duradoura. Uma vez que os estudantes acabam trazendo ou estudando objetos próximos a eles, podendo realizar raciocínios comparativos como “antes e depois”, que criam ligações entre a memória do estudante e o conhecimento histórico mais abrangente, alimentando as identidades, por fim significando o objeto de estudo para os estudantes (Urban, Sukow, 2020, p. 52).

Geralmente boa parte dos conflitos ou falta de simpatia na relação entre professor e estudante vem das diferenças geracionais, relacionadas à identidade, o que é uma coisa natural. Para a “geração y” tivemos por exemplo grandes filmes de guerra que podem ser utilizados em sala de aula, inteiros ou em trechos, filmes considerando clássicos. Todavia, em geral os estudantes não conhecem nenhuma dessas obras, e indicam ao professor filmes novos, aos quais este não assistiu ainda, desprezando a filmografia clássica que ele trouxe. Esse é um exemplo cultural, mas os comportamentos e a maneira de o educando encarar a vida podem, em alguns casos, contribuir para o desgaste dessa relação.

Interessante pensar também que em sala de aula, o professor pertence a uma geração e os estudantes a outra, bem diferentes. A idade inevitavelmente acaba trazendo pontos de vistas distintos, cada um baseado nas suas experiências. Geralmente o que acontece é que os estudantes acabam absorvendo conhecimentos através do diálogo intergeracional, e o professor também, numa situação reversa, se beneficia da identidade geracional dos estudantes, segundo Estevão de R. Martins (2019, p. 58).

Outra visão relevante na formação da identidade é a do historiador John Gaddis (2003, p. 20), para o qual “o estabelecimento da identidade requer o reconhecimento de nossa relativa insignificância no grande esquema das coisas”, isso quer dizer que a nossa consciência histórica se forma reconhecendo-nos como indivíduos que precisam fazer parte de algo maior que nós mesmos, algo que lhe dê significado e pertencimento, que não pode ser obtido por conta própria. Seria essa a razão em partes dos indivíduos procurarem instituições para fazer parte, como um clube de futebol, uma igreja/religião, um fã-clube ou outras associações que deem a ideia de pertencimento. A pessoa precisa se sentir refletida em algo maior que ela, e isso faz parte fundamental da identidade dos indivíduos, de nossas personalidades, posicionamentos e estilos de vida.

Segundo Norbert Elias (1994, p.20):

Por nascimento, o indivíduo está inserido num complexo funcional de estrutura bem definida; deve conformar-se a ele, deve moldar-se de acordo com ele e, talvez, desenvolver-se mais com base nele. Até sua liberdade de escolha entre as funções pré-existentes é bastante limitada. (...) Cada pessoa vive, e viveu desde pequena, numa rede de dependências que não lhe é possível modificar ou romper pelo simples giro de um anel mágico, mas somente até onde a própria estrutura dessas dependências o permita; vive num tecido de relações móveis que a essa altura já se precipitaram nela como seu caráter pessoal.

O que queremos apresentar com esta ideia de Norbert Elias é que todo indivíduo é moldado pelas estruturas que o cercam, e tem liberdades pré-existentes que podem variar de um ambiente a outro. Alguns indivíduos vão poder ter mais flexibilidade ou influência na rede de dependências, enquanto outros não terão muito o que mudar em seu perfil, seguindo a lógica do sociólogo.

Como pondera Maria A. Schmidt (2020, p. 34) é importante entender que os jovens podem ter leituras diferentes do passado e do ambiente à sua volta, que podem ser determinados por fatores mais contraintuitivos, alimentando cada um o seu pensamento histórico, que não é algo criado naturalmente, mas sim algo desenvolvido automaticamente no psicológico dos indivíduos. Então o aparato intelectual dos estudantes deve ser levado em conta numa produção estudantil.

Apontando no sentido cultural, todo indivíduo é influenciado pelo meio em que vive e pelos símbolos que o cercam, e há a reprodução de símbolos e expressões culturais de uma geração a outra em ambientes diversos. As influências culturais nos indivíduos e o interesse à pesquisa acadêmica, se dão em grande medida pela importância da memória. Conforme explica Chartier (2009, p. 23), “é através da memória e de suas cerimônias de rememoração e institucionalização dos lugares de memória, que deram origem repetidas vezes a pesquisas históricas originais”. Em outras palavras, é da memória que se tira a problemática de várias pesquisas científicas, que se transformarão em algo mais complexo, mas partem deste ponto mais simples e pessoal.

Por algum tempo se pensou que a globalização traria valores e identidades universalistas e cosmopolistas, todavia, o que se vê até o momento é que o indivíduo pós-moderno transita por várias identidades, e as aciona em diferentes momentos. Também é do interesse da globalização e do capital, segundo Hall, que as diferenças culturais e étnicas continuem existindo, num grande “mercado de culturas” (Hall, 2006, p.13).

Visto que os estudantes são indivíduos pós-modernos, e suas identidades são maleáveis, de um ponto de vista onde a identidade pode ser vista como discurso sobre cultura, tendo influências de diversos ambientes e meios de comunicação, cabe aqui uma definição sobre o que a memória significa e sua diferença para a História. Para Pierre Nora (1993, p. 9):

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A História é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual: um elo vivido no eterno presente; a História, uma representação do passado.

Esta diferenciação entre memória e História é importante no sentido das atividades que serão propostas no terceiro capítulo, que abordam memórias, outras fontes e também a História do município.

Segundo Geysso Germinari (2010, p. 71), “os jovens não apenas reproduzem os valores e os conhecimentos presentes no espaço escolar, também produzem valores e conhecimentos mediados pela sua cultura vivida”. Isto só traz mais responsabilidade e relevância ao docente no ensino da História local ao estudante, que levará para sempre as experiências da juventude na sua personalidade, este docente deve estar ciente de que o processo é mais solidificado quando os indivíduos se sentem como parte de algo maior.

Outro conceito importante, já mencionado, para a realização desta pesquisa é a consciência histórica. Para o ensino de História, ele é essencial, e Rüsen (2006, p.14) o define como:

uma categoria geral que não apenas relação com o aprendizado e o ensino de história, mas cobre todas as formas de pensamento histórico; através dela se experiencia o passado e se o interpreta como história. A consciência histórica dá estrutura ao conhecimento histórico como um meio de entender o tempo presente e antecipar o futuro. Ela é uma combinação complexa que contém a apreensão do passado regulada pela necessidade de entender o presente e de presumir o futuro. A consciência histórica pode ser analisada como um conjunto coerente de operações mentais que definem a peculiaridade do pensamento histórico e a função que ele exerce na cultura humana.

Como dito acima, Rüsen basicamente compreende este conceito como parte do ser humano. Todos têm consciência histórica e são capazes de realizar os mesmos processos de pensamento. Toda a experiência do ser humano vai alimentando uma base de dados, que em algum momento o indivíduo vai usar para uma reflexão do meio histórico em que se encontra (MARTINS, 2019, p.135). Nesta perspectiva é como se cada pessoa agisse baseada naquilo que coletou de informações durante a vida, tanto informação no seu estado mais acadêmico quanto empiricamente. Estas informações estão guardadas junto com as interpretações do indivíduo, gerando assim identidades que podem ser utilizadas em diversas ações. Aqui a pessoa pode assumir um papel, se tornar um sujeito social que pode ou não assumir um papel de mudança no seu meio (Barom, 2014. p. 182).

Segundo Wanderson M. Lima (2021, p. 405), a consciência histórica é um ato inevitável da mente, que tem a necessidade de dar significado às transformações que a sociedade passa com o tempo, uma consciência feita de diversos estágios que se modificam com a trajetória da humanidade.

Para Rösen, a vida prática e a consciência histórica estão ligadas pelo fato de que o ser humano vive no horizonte do tempo e precisa administrar esta relação temporal onde acaba entrando o pensamento histórico. Como estamos vivendo no mundo, com a nossa consciência racional precisamos interpretar o que estamos vendo e vivendo o tempo todo na nossa vida prática, daí o uso da consciência histórica como ferramenta para o entendimento da sociedade (Barom, 2014, p.164).

Além de ajudar no entendimento do mundo, a consciência histórica molda a realidade com o agir do ser humano baseado nesta consciência, devido ao fato de que os indivíduos em geral agem visando ao futuro, reagindo a um conhecimento passado que lhes é relevante.

Segundo Jorn Rösen (2011, p. 43-44), a forma como o ser humano expressa a consciência histórica linguisticamente é o que chamamos de narrativa histórica. É um conceito que se desenvolve em três pilares: forma, conteúdo e função – nos quais o indivíduo dá corpo à sua consciência de uma forma que se faça entender pelos outros. Na criação desta narrativa, envolvemos o conhecimento da tradição familiar, mas também o aprendizado escolar, que vai dar uma grande base de sustentação para fortalecer os conhecimentos históricos e incorporar sentido a eles (Becker, Ribas, Urban, 2023, p. 47).

Quando pensamos no campo do ensino, devemos destacar o quanto de sentido um estudante atribui a um conhecimento histórico, isso é basicamente resultado das suas operações da consciência histórica. Segundo Jorn Rösen (2014, p. 12-13) “O sentido deve ser o impulso vital para a interpretação do passado e categoria fundamental da cultura humana, tanto como grandeza determinante de práticas culturais quanto centro de labor teórico científico”.

Observando de um ponto de vista mais prático, existem pesquisas sobre a consciência histórica que abordam este conceito aplicado aos jovens em sala de aula. É o caso do professor português José Machado Pais (1999, p. 2), que realizou um amplo estudo com jovens portugueses, constatando que a consciência histórica deles estava intrinsecamente ligada com o que ele chama de “identidade geracional”, na qual os valores e consciências são totalmente atrelados ao presente da juventude, sendo assim suas consciências são variáveis de acordo com as identidades de sua geração.

Isso é especialmente importante no ambiente escolar, onde as identidades geracionais dos estudantes devem ser levadas em conta na elaboração de atividades que trabalhem questões de consciência histórica, identidade e cultura. Muitas vezes, a influência do mundo ao redor é tão intensa que acaba impondo uma identidade ao indivíduo. Por isso, analisar as diferentes formas como a consciência histórica se manifesta entre os jovens pode contribuir para uma melhor compreensão de suas identidades e permitir um planejamento mais adequado das abordagens em sala de aula, em diferentes formas:

...formas na realidade cotidiana; na tradição; e na memória dos seus familiares, grupos de convívio, grupos da localidade. Esse conhecimento do passado pode ser articulado em diversas situações de aula, com outras formas de conhecimento histórico – por exemplo, com as narrativas de historiadores, de autores de manuais didáticos e com conteúdo históricos veiculados pela mídia (Schmidt & Garcia, 2005, p. 298).

É sempre importante destacar que a consciência histórica não tem como sua maior inspiração necessariamente o conhecimento acadêmico, sendo que tudo que está a volta do indivíduo tem grande poder de influência. Por exemplo, existem estudos sobre “Curitiba e o mito da cidade-modelo”, que abordam a força da propaganda estatal e midiática para o reforço de ideias, que acabam criando uma imagem de um local ou uma cidade, por exemplo, até para quem é de fora. No caso de Curitiba ainda houve o reforço da imagem idealizada da cidade pela rede municipal de ensino, que trabalha os primeiros anos do Ensino Fundamental (Germinari, 2010, p.152).

Aqui podemos questionar qual seria a versão histórica com mais influência sobre os jovens e que mais impactaria na formação da sua consciência histórica. Segundo o autor Mario Carretero (2007, p.196), existem três tipos de representações do passado que alimentam a memória coletiva: a cotidiana, que basicamente envolve todos os fatos e valores do dia a dia na memória do indivíduo; a história escolar, que aparece geralmente de forma mais compactada e didática; e a história acadêmica, que é sistematizada e segue geralmente as condições das instituições acadêmicas envolvidas. Apesar de serem narrativas que podem ser excludentes, com este processo de confronto/diálogo, acabam se relacionando e desenvolvendo os níveis de subjetividade do indivíduo (Germinari, 2010, p.153).

Neste ponto podemos também trazer a visão de Jorn Rüsen sobre este problema. Para o autor, existem dois tipos de formação (culturas) que ajudam a moldar a consciência histórica. A formação compensatória é aquela que não está relacionada a um conhecimento científico formal e que tem menos ganho em qualidade, como a arte ou outras manifestações culturais do nosso tempo, que agem fomentando a memória. Já a formação complementar é aquela que possui um método, que é científico, como a formação educacional. Rüsen ressalta a necessidade de clareza em relação a essa divisão entre ambas as formações, a fim de que a memória não suprimisse o científico (Rüsen, 2007, p. 96).

A importância na discussão entre identidade e consciência histórica está na relevância destes conceitos para a vida das pessoas. A identidade é o norte que as pessoas têm em um mundo de mudanças. É como uma base de apoio para a vida, não necessariamente sólida, mas maleável, conforme entra em contato com novos valores e conhecimentos, para que elas se auto reconheçam diante da pluralidade da sociedade (Germinari, 2010, p.157).

Por fim, considerando estes pressupostos teórico-metodológicos, neste trabalho abordaremos a História local, propondo o trabalho com estudantes sobre a história de seu município, identificando e analisando a identidade formada em Fazenda Rio Grande e contribuindo para o desenvolvimento da consciência histórica dos indivíduos.

2. BREVE HISTÓRIA DE FAZENDA RIO GRANDE

2.1 DOS PRIMEIROS MORADORES ATÉ O FINAL DO SÉCULO XIX

A história de Fazenda Rio Grande não pode ser escrita sem seu contexto mais amplo, isto é, sem passarmos brevemente por alguns pontos da história do Paraná e do Brasil. Como tratado no capítulo anterior, estamos estudando um lugar, uma região, que com o tempo, se alterou geográfica e politicamente para vir a se tornar um município.

Segundo o professor Renato Mocellin (2018, p. 51), a área que atualmente forma região metropolitana de Curitiba já era conhecida pelos indígenas muito antes de receber os colonizadores, no século XVI. Esses exploradores vieram a conhecê-la, em especial, pela ação dos bandeirantes que estavam à caça dos indígenas. A presença de europeus se deu primeiro às margens do Rio Atuba, que depois teriam se mudado, com a ajuda dos indígenas da região, para a localização da atual Praça Tiradentes, nas proximidades dos rios Belém e Ivo, dando início à Vila de Nossa Senhora Luz dos Pinhais, atual Curitiba.

Como sempre estudado nas escolas, e segundo Sérgio Nadalin (2017, p. 30), a primeira forma de administração do Brasil colonial foram as Capitânicas Hereditárias, em que o rei de Portugal Dom João III, dividiu o território brasileiro em quinze faixas de terras, passando a administração de cada capitania a um capitão-donatário que ficava responsável por distribuir as sesmarias. Buscava-se explorar a agricultura por meio do cultivo da cana-de-açúcar. As terras estavam sob o controle dos capitães donatários, que tentavam povoá-las para garantir sua defesa. Entre as capitânicas que obtiveram maior sucesso administrativo, destacaram-se Pernambuco e São Vicente:

Com a divisão do Brasil em Capitânicas Hereditárias, as áreas que hoje compreendem o litoral do Paraná faziam parte de duas porções de território divididas pela Coroa portuguesa no século XVI: São Vicente e Santana. A primeira, de propriedade do capitão donatário Martim Afonso de Souza, desde Bertioga (litoral sul de São Paulo) até a entrada da Baía de Paranaguá. A segunda pertenceu ao donatário Pero Lopes de Souza, ficava ao sul da região, prolongando-se (indefinidamente) até onde fossem as terras da Coroa portuguesa, na divisa do Tratado de Tordesilhas com os espanhóis (Rebuli, 2020, p. 66)

O estado do Paraná, enquanto unidade política como o conhecemos hoje, surgiu só no século XIX. Anteriormente se tratava de uma região que nos séculos anteriores esteve sob domínio tanto espanhol quanto português, tendo suas fronteiras alteradas até o século XX. Na época das Capitânicas Hereditárias, não havia região ou capitania chamada de Paraná, apenas um território pouco desbravado pertence à capitania de São Vicente. Foram várias as mudanças ao longo do tempo, sendo que todas estas alterações e influências viriam a ajudar a construir a conturbada identidade paranaense que temos hoje, que se nega a ser brasileira ou americana (Mocellin, 2018, p. 35).

A coroa portuguesa, durante o século XVI e início do XVII não estava tão disposta a investir no Brasil, explorando basicamente o litoral e respeitando o Tratado de Tordesilhas. Porém, a descoberta de ouro pelos bandeirantes fez com Portugal mudasse de ideia, promovendo a formação de mais vilas e explorando mais o interior (Nadalin, 2017, p. 37).

Inicialmente a região de Paranaguá tinha problemas de acesso e comunicação durante o século XVI, porém já havia contato entre os portugueses e os indígenas. O desenvolvimento da Baía de Paranaguá se deu com a descoberta de ouro na região por volta de 1578, atraindo colonos de São Vicente e de Cananéia (Rebuli, 2020, p. 68).

O ciclo do ouro em Paranaguá acelerou o processo de exploração do território paranaense, a partir de 1640, quando a bacia de Paranaguá se apresentava agradável para os viajantes:

O primeiro acesso deu-se pela garganta do Itupava, por onde, nos idos de 1640, os pioneiros subiram a Serra do Mar, costeando o maciço do Marumby. Havia ali uma trilha pré-cabralina, ramal do Caminho Indígena do Peabiru, que, no dizer de Romário Martins, foi descoberta pelos faiscadores, quando, em caça, perseguiram uma anta (Macedo, 2018, p. 37)

Paranaguá acabou sendo elevada à condição de vila em 1648, quando foram realizadas eleições para a Câmara Municipal, e Gabriel de Lara foi nomeado fundador e povoador. Posteriormente, o ouro acabaria em Paranaguá, fazendo os exploradores tomarem o planalto após a Serra do Mar, nomeando a nova região de Campos Gerais. Anos mais tarde surge o povoado de Curitiba, que seria elevada a vila em 1693. Essa região vivia basicamente da pecuária (Nadalin, 2017, p. 43).

Segundo Rebuli (2020, p. 72), aos poucos, boa parte da população de Paranaguá se deslocou para a vila de Curitiba, após o curto período de comoção com o ouro, tendo levado gado e éguas para o planalto. Tanto Paranaguá quanto Curitiba eram localidades “miseráveis”, que necessitavam de ajuda da coroa portuguesa.

Segundo relatos de bandeirantes que viajaram até a região de Diamante, atual Mandirituba, os indígenas que aqui viviam eram os caingangues, que teriam resistido às investidas das bandeiras, travando confronto com os invasores. Como trata Fabio Jurachek (2022, p.17):

Dos estimados 50 milhões de indígenas americanos, aproximadamente 6 milhões se localizavam no atual território brasileiro. Na atual região do sul do Paraná e no atual planalto catarinense, havia majoritariamente duas grandes nações indígenas, os Kaigangs e os Xoklengs, pertencentes ao tronco linguístico Jê ou, como denominados pelos portugueses, Tapuia.

As expedições enviadas tinham o objetivo de combater os indígenas resistentes e de catequizar o restante para utilizar na questão do repovoamento, visto que o número de portugueses ainda era muito baixo na colônia, sendo essas ordens vindas diretamente do Marquês de Pombal (Jurachek, 2022, p. 33).

É válido salientarmos que no período colonial os portugueses denominavam de “sertão” as terras do interior do Brasil, e “campos” as regiões mais inexploradas onde se percebiam as características geográficas para a criação de gado, assim surgindo denominações até hoje utilizadas de alguma forma como “Campos de Curitiba”, “Campos de Guarapuava”, etc. Avançar pelos campos fazia parte de um plano português para garantir seus domínios após o Tratado de Madrid de 1750 (Jurachek, 2022, p. 49).

Sobre as terras que hoje são o município de Fazenda Rio Grande, os primeiros documentos seriam referentes ao ano de 1690, pertencentes à Arquidiocese do Rio de Janeiro, onde está posto que a região era denominada de Capocu pelos indígenas, isto é “capão raso”, assim como um dos bairros de Curitiba. Estes indígenas eram seminômades e podiam migrar do litoral para o planalto conforme a estação. No ano de 1698 a Igreja tomou posse de duas fazendas na região, a Fazenda Capocu (atual Fazenda Rio Grande) e Águas Belas (atual São José dos Pinhais) (Barbosa, Zonta, 2000, p.15).

A compra das terras pela Igreja é relevante pelo fato de que geralmente se escolhia algum ponto importante do território para erguer uma capela que seria o centro de toda a comunidade, e em torno dela se faziam as construções e haveria reunião de casas. Tudo isto seguindo um padrão estabelecido de construções pela capital Salvador, que ditava como seriam as construções urbanas no Brasil. Assim foi erguida a capela de Bom Jesus dos Perdões (Barbosa, Zonta, 2000. p.16).

Nesta época é importante citar que:

Mesmo antes da chegada dos pioneiros ao nosso território, registros nos mostram que a localidade abrigou duas sesmarias no período de 1707, sendo uma que compreendia quase que o total da cidade e outra em uma pequena área na região entre o Rio Maurício, o rio Iguaçu e o Ribeirão do Capocu. Uma das sesmarias, pertencia a Sebastião Álvares de Abreu, vigário da Igreja Católica de Curitiba. A área maior, que compreendia quase toda a extensão da atual Fazenda Rio Grande, pertencia a um capitão de infantaria do império, Manoel Álvares de Abreu, ambos irmãos (Fazenda Rio Grande, 2021, p. 3).

Durante o século XVIII, a Fazenda Capocu foi passando de padre para padre, até que foi a leilão quando a família da senhora Glória Mendes a teria comprado, sendo que já possuíam outras terras por perto, fazendo uso de mão de obra escravizada africana. Em 1879 o considerado primeiro “pioneiro” de Fazenda Rio Grande, Francisco Claudino Ferreira Filho compra as terras, e aos poucos boa parte de sua família vai se estabelecendo na região (Barbosa, Zonta, 2000, p. 21).

No mapa abaixo, do ano de 1800, já percebemos a divisão do território em duas partes, cortadas por uma estrada de circulação, que no século XX seria trocada pela BR-116. Na divisão, como apresentada, temos a Fazenda Capocu, um pouco mais desenvolvida, e do outro lado a Fazenda Rio Grande. É importante ter isto claro, visto que até hoje a ideia um território dividido em duas partes é bem presente no dia-a-dia dos cidadãos locais.

O recorte temporal do trabalho é 1990-2000, porém como posto aqui, avaliamos como necessário rememorar rapidamente toda a história da região de Fazenda Rio Grande, desde o século XVI, visto que para o melhor entendimento do que será trabalhado, é importante compreender a formação da região, que impacta diretamente nas identidades formadas ali. Também há uma falta de fontes e referências sobre o período anterior ao recorte, que convém fortalecer para a análise do município.

2.2 O SÉCULO XX E FAZENDA RIO GRANDE

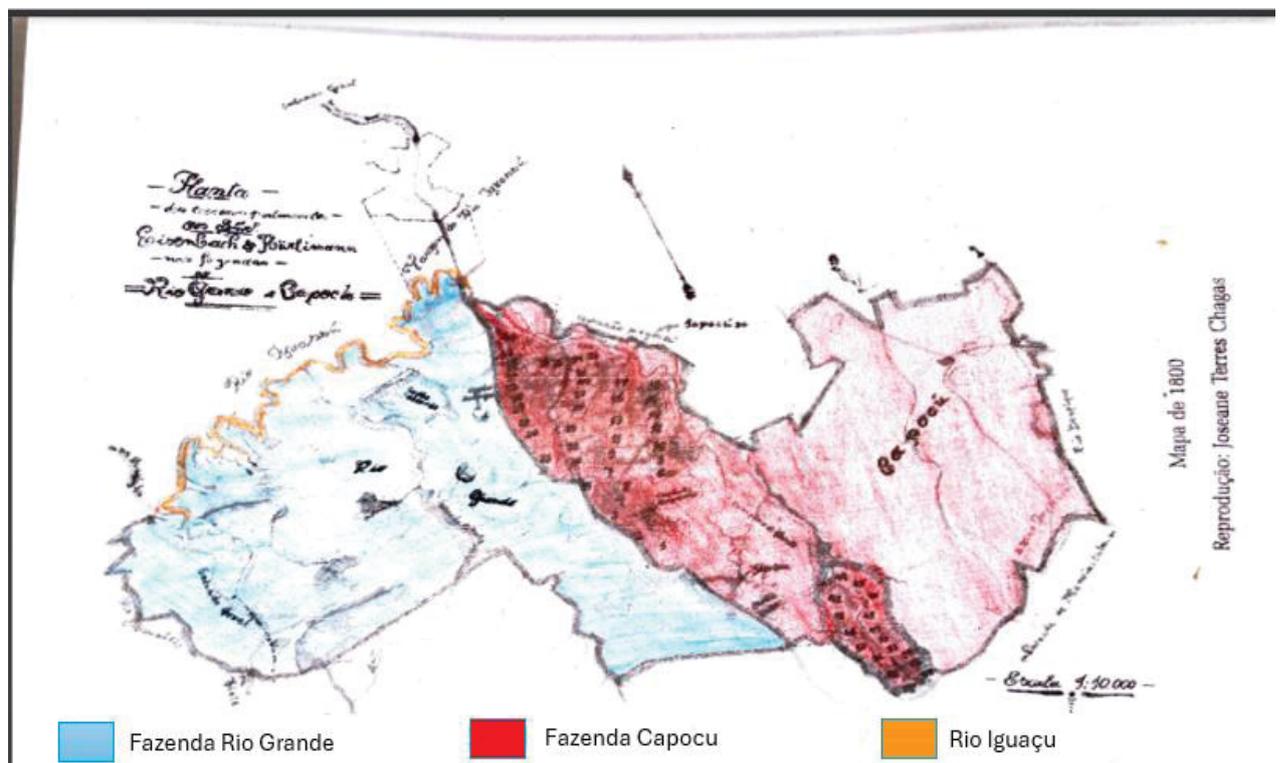


Figura 1 - Mapa das Fazendas Rio Grande e Capocu em 1800 - Fonte: Barbosa, Zonta, 2000, p.18

Com a chegada de Francisco Claudino Ferreira Filho e sua esposa Francisca Elídia dos Santos Claudino, aos poucos foram chegando outros membros da família que ajudaram a trazer mais pessoas à região, onde hoje é o bairro chamado “pioneiros”, assim nomeado em sua homenagem. Francisco era uma pessoa pública, que acabou montando na região uma serraria, uma fábrica de café e uma fábrica de bebidas. Também foi criador de gado, de ovelhas e de cavalos. Foi eleito vereador em 1907 e também foi condecorado como Alferes pela 3ª Companhia do Exército (Barbosa, Zonta, 2000, p. 21).



Figura 2 - Casa de Francisco Claudino Ferreira Filho, 1977 – Fonte: Acervo Memória e História Fazenda Rio Grande

A partir de 1900 surgiram mais estradas, o que acelerou o crescimento de toda a região, com grandes famílias comprando terras onde hoje é a Fazenda Rio Grande, com destaque para aquisições feitas pelo empresário de grande influência política na região, Sr. Luiz Nichele, que em 1923, adquiriu o terreno onde atualmente é o bairro Galha Azul (Barbosa, Zonta, 2000, p. 31).

Economicamente falando, na primeira metade do século XX, os moradores de Fazenda Rio Grande ainda eram agricultores, com grandes famílias como a Nichele, tendo a posse de grandes propriedades. À época os produtos eram variados, com culturas de erva-mate, fumo, criação de cavalos, pecuária, milho e feijão. Além disso, também surgiram diversas olarias. Estes produtos eram levados até Curitiba por carroças, e aos poucos também foram surgindo os primeiros armazéns, iniciando uma transição na economia da cidade (Fazenda Rio Grande, 2024, p. 21).

Sabemos pelo CENSO de 1940, que a população de São José dos Pinhais, que continha Mandirituba e Fazenda Rio Grande, era de aproximadamente 32.270 pessoas, o que traz uma noção de quanto ainda era pequena a população da região naquela época, antes do salto industrial das décadas seguintes (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2024).

As duas primeiras escolas de Fazenda Rio Grande só foram surgir no ano de 1966: a Escola Isolada Ave Maria (hoje Escola Municipal Guisela Kuss Rieke), e a Escola Isolada Progresso (atual Colégio Estadual Des. Jorge Andriguetto). Antes disso, as famílias contratavam professores particulares que trabalhavam em locais improvisados como paióis, basicamente alfabetizando as crianças da localidade de Fazenda Rio Grande (Barbosa, Zonta, 2000, p. 62).

Das estradas que mudaram a região naquela época, se destaca a BR-2, atual BR-116, que começou a ser construída na década de 1940, hoje divide o município em duas partes, fazendo a ligação entre a capital e a Mandirituba. Antes da rodovia o transporte era feito pelo Umbará, através da estrada velha do Rio Negro, que não era asfaltada (Barbosa, Zonta, 2000, p. 86).

Com a criação da rodovia BR-116, o trânsito passou a ser mais intenso pela região, que também começou a se desenvolver em torno da rodovia, com o estabelecimento dos famosos postos de combustível 21 e 22, e de outros comércios à beira da estrada. E com maior facilidade de deslocamento muitas pessoas começaram a vir morar na região, visando morar perto de Curitiba, onde havia uma grande oferta de emprego, e ao mesmo tempo adquirir um imóvel mais barato que na capital. Esta dinâmica se consolidou de tal forma que por muito tempo a Fazenda Rio Grande foi chamada de “Cidade Dormitório”.

Como cita o Plano de Desenvolvimento de Curitiba em 2006, sobre as cidades da região metropolitana à época:

No entanto Almirante Tamandaré e Colombo ao norte, assim como Pinhais ao Leste, e Fazenda Rio Grande ao sul, são cidades dormitórias, funcionando como bairros populares de Curitiba, enquanto Campo Largo a oeste, Araucária a sudoeste e São José dos Pinhais a Sudeste, têm base industrial geradora de emprego locais, o que permite pressupor seu crescimento de forma mais sustentada (Curitiba, 2006, p. 72).

Durante as décadas de 1960 e 1970, o Brasil passou por mudanças nos planos político e econômico, pois devido ao aumento da urbanização e a demanda por novos produtos do capitalismo industrial como televisão, geladeira e automóvel; o país acabava por ter um grande fluxo de importações, e isso precisava ser substituído por uma forte industrialização para atender ao mercado interno. Conforme Paul Singer (2007, p. 281), o que passa a dominar o processo de industrialização brasileiro entre 1957 e 1964, é o capitalismo monopolista, anteriormente exercido por estatais e posteriormente por multinacionais, como por exemplo no caso das indústrias de automóveis e pneus, nas quais o capital estrangeiro representava 100% do montante dos setores citados, 90% na indústria de vidro, e 86% da indústria farmacêutica; ou seja, praticamente um monopólio estrangeiro naquele momento.

O período de transição entre 1962 e 1964 é marcado pela queda do sistema econômico nacionalista, que não se sustentava e naquele momento, gerava conflitos e tensões sociais. O período marcou uma recessão, em que as classes mais baixas da sociedade brasileira estavam sofrendo com grande taxaço de impostos, devido ao alto desequilíbrio do orçamento público, como consequência da ampliação dos gastos da intervenção estatal nos setores industriais e em serviços de infraestrutura. Houve também o aumento das greves e do grau de organização dos assalariados por meio dos sindicatos. Assim:

As tentativas de combater a inflação antes de 1964, mediante medidas clássicas como a contenção dos gastos públicos, restrição de crédito e limitação dos aumentos salariais, somente servem para arrefecer as inversões privadas, e provocam agudos choques políticos que levam afinal, ao movimento militar que põe fim ao regime constitucional em abril daquele ano (Singer, 2007, p. 284).

O governo militar brasileiro (1964-1985) foi caracterizado pela centralização do poder, o que na prática, do ponto de vista econômico, facilitou a capacidade de decisão da burocracia estatal, em face de outras parcelas da burguesia dominante, superando resistências e interesses regionais do setor privado. Algumas medidas foram tomadas como reforma do sistema fiscal e a correção monetária dos títulos da dívida pública, medidas que aumentavam o controle central do Estado na economia. Além disso, o governo militar aumentou os benefícios fiscais das indústrias, principalmente as multinacionais, incentivando agora as exportações e controlando os salários dos trabalhadores, que tiveram uma queda real de salário até 1967, de cerca de 14%. A mão de obra barata e os benefícios favoreceram o estabelecimento de mais empresas de fora do país (Singer, 2007, p. 286).

A partir do final da década dos anos 1960, o país começa a se integrar a uma nova divisão do trabalho, criada pelas multinacionais, cuja participação na economia mundial capitalista passa a um nível qualitativamente diferente. O elevado grau de desenvolvimento tecnológico em certos países, e a abundância e baixo custo da mão de obra em outros, tornam possível alocar internacionalmente determinadas linhas de produção, de modo a minimizar os custos e ao mesmo tempo explorar ao máximo as vantagens decorrentes das posições oligopólicas nos mercados de todos eles (Singer, 2007, p. 286).

Como consequência do desenvolvimento e da vinda de novas indústrias, há uma redefinição do “urbano” nas cidades brasileiras, em que a cidade como um todo, vai constituir o lócus da atividade produtiva, sendo que anteriormente a zona rural brasileira detinha a grande concentração de produção e de população no país. O caráter monocultor da atividade agrícola no Brasil fez com que a industrialização suprisse todas as dimensões da atividade produtiva, na qual não havia uma grande divisão do trabalho preexistente, e assim houve um “boom” também do setor terciário. Segundo os censos da época, Curitiba tinha 138.178 habitantes em 1950. Esse número cresceu para 344.560 em 1960 e chegou a 497.626 em 1970, conforme aponta Neide L. Patarra (2007, p. 324).

No caso do Estado do Paraná, houve grande influência primeiramente na questão agrícola, pois o governo militar brasileiro investiu pesado nas exportações, e o produto da vez era a soja. Assim houve financiamentos públicos para a área, que teve um crescimento expressivo na época. Todavia, começou a surgir o processo de mecanização de várias zonas rurais, se configurando como um dos fatores essenciais para o grande êxodo rural no período. Segundo Dennison de Oliveira (2001, p. 36):

Os efeitos da cultura da soja sobre a urbanização e a industrialização paranaenses foram enormes. A intensiva mecanização do cultivo e colheita do produto levou à dispensa de um número enorme de trabalhadores rurais. Mesmo aqueles que eram pequenos ou médios proprietários enfrentavam grandes dificuldades para manter suas fazendas, se não conseguissem operar a transição das culturas tradicionais para a nova vedete agrícola: a soja.

Por volta de meados do século XX, a industrialização ainda não havia se consolidado no Estado do Paraná. Até então, a economia do estado era baseada principalmente na produção de erva-mate, madeira e café, setores que também predominavam em Mandirituba e Fazenda Rio Grande. A presença industrial se limitava a pequenos focos nessas áreas, sem um processo amplo de industrialização:

Esse processo só ganhou impulso, verdadeiramente, a partir de 1960, quando as condições institucionais de intervenção do Estado brasileiro na promoção da industrialização, já haviam produzido expressivos resultados, no plano nacional e regional (Oliveira, 2001, p. 25).

Na década de 1960, o Paraná havia se tornado o maior exportador de café do Brasil, o que trazia sérias preocupações às elites do estado. As regiões produtoras de café mantinham fortes relações com o Estado de São Paulo, exportando seu produto, em geral, pelo porto de Santos. A partir do governo de Ney Braga em 1961, a cisma da evasão das divisas e de uma possível quebra da unidade territorial fez com que as elites e o governo estadual gerassem um projeto de industrialização que fosse capaz de promover o desenvolvimento econômico, afastando os perigos da desintegração territorial e perda da influência política (Oliveira, 2001, p. 45).

Como resultado do projeto de industrialização paranaense, foi criada a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR), que trabalharia voltada para a infraestrutura do Estado (estradas, energia, transportes) e o financiamento direto de indústrias. Neste período foi construída a Rodovia do Café, fazendo com que o produto fosse escoado pelo porto de Paranaguá e não mais por Santos. Também houve um grande crescimento e consolidação da COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica), que ficou encarregada de garantir o suprimento de eletricidade às indústrias (Oliveira, 2001, p. 50).

Assim, com a industrialização de polos como Curitiba e Ponta Grossa e com a mecanização do trabalho no campo, devido à adoção da cultura da soja pelo governo militar, intensificou-se um êxodo rural:

O resultado foi a expansão do número de desempregados na área rural. Estes se dirigiram para as novas fronteiras agrícolas, ou se integraram ao contingente de despossuídos que engrossavam as favelas e cortiços das cidades paranaenses ou de outros estados. Não é por acaso que a população urbana paranaense finalmente ultrapassa a rural ao fim dos anos 70 (Oliveira, 2001, p. 37).

Como citado acima, a partir de 1960, houve um aumento populacional nas grandes cidades, decorrente de uma enorme migração de indivíduos para o Paraná, já que os governos da época realizavam uma grande propaganda para preencher espaços chamados a época de “vazios demográficos”. A política e a ideologia estabelecidas na década anterior acabou realmente deixando marcas na identidade do Estado. O principal agente dessa ideologia foi governador Moisés Lupion, fortemente influenciado pelo movimento paranista. Assim:

A isso se deve acrescentar que conforme discurso dos governadores, há a elevação real dos níveis de vida – inclusive nos núcleos proletários, onde todos desfrutam de casa, horta, frutas e animais domésticos – o que dá ao estado prestígio nacional e o faz atraente para brasileiros de diversas procedências. Esses migrantes são também atraídos pelas promessas contidas no programa de divulgação mantidos pelo governo, que assim visam assegurar fundamentalmente o padrão de vida moral (Burmester, Paz, Magalhães. 1990, p. 146).

Como exemplo, analisemos São José dos Pinhais, que em 1960 ainda não havia sido desmembrada de Mandirituba. Sua população era de 28.735 habitantes, crescendo para 34.124 em 1970. Porém, nesse ano já havia surgido o município de Mandirituba, com seus 11.036 habitantes. Ou seja, somando-se os números populacionais das duas cidades, temos uma população de 45.160 habitantes, revelando um aumento de 57% em dez anos (IPARDES, 2024).

A região metropolitana de Curitiba ganhou uma série de grandes investimentos, como a instalação da refinaria Petrobrás, em Araucária, a criação da Cidade Industrial de Curitiba e a vinda de diversas empresas metalúrgicas como a Volvo, Bosch e New Holland. O estabelecimento de grandes empresas na capital acabou criando um grande índice de migração, principalmente do interior do estado, mas também de regiões de Santa Catarina. Porém com os valores de moradia eram mais elevados na região mais central de Curitiba, a grande maioria destes migrantes acabou se estabelecendo em regiões periféricas da capital e em seus arredores, desenvolvendo as cidades metropolitanas, como é o caso de Fazenda Rio Grande (Curitiba, 2006, p. 69).

Curitiba acabou se expandindo em todas as direções, gerando uma conurbação ao norte com o município de Colombo, e ao leste com Piraquara. A expansão urbana de Curitiba nos anos de 1970 acabou se estendendo aos municípios de São José dos Pinhais, Pinhais, Araucária, Almirante Tamandaré, Campo Magro e Fazenda Rio Grande (Curitiba, 2006, p. 70).

Nesse período, a Lei nº 4.245, de 25 de julho de 1960, elevou Mandirituba à categoria de município, desmembrando-o de São José dos Pinhais. De acordo com o jornal *Última Hora*, o governo do Estado do Paraná, na época, negociou a criação de 59 novos municípios, muitas vezes atendendo a interesses políticos regionais. No entanto, havia dúvidas sobre a capacidade do governo em suprir as necessidades dessas novas administrações.

A crescente industrialização e êxodo rural paranaense em andamento exigiram ações políticas em grande escala. Assim, juntamente com a Empresa Serete Engenharia S.A., na década de 1960, se dava início a criação do plano diretor de cidade, que trazia consigo os primórdios da criação do mito da “Cidade Modelo”, no Seminário “Curitiba de Amanhã”. O plano se consolidou na década de 1970, com o então prefeito Jaime Lerner, culminando na criação da Cidade Industrial de Curitiba:

Finalmente, deslanchou-se uma agressiva política de atração de investimentos industriais, por meio da criação da Cidade Industrial de Curitiba. O objetivo era aproveitar as vantagens comparativas da cidade nas áreas de transporte, comunicação e infraestrutura urbana, somadas à concessão de generosos subsídios, para atrair um volume de novos investimentos industriais que mudasse a face da economia urbana, assegurando o desenvolvimento da capital (Oliveira, 2002, p. 54).

Segundo Benvenuti (2014, p. 4), o Plano Preliminar de Urbanismo privilegiava o desenvolvimento da cidade no sentido nordeste-sudoeste, excluindo outras áreas como Boqueirão, um dos bairros mais populosos de Curitiba na década de 1970, gerando críticas já na época. Os bairros das regiões sul da capital e as cidades da região metropolitana eram as opções mais acessíveis para os migrantes recém-chegados em Curitiba. Assim, nessas regiões se formaram conjuntos que na época ficaram conhecidos como “invasões”. Também surgiram favelas nos bairros do Guabirota, Prado Velho, Capanema e Juvevê.

Segundo o Censo de 1970, a população de Mandirituba era de 11.036 pessoas, saltando para 38.311 em 1991, levando em conta que nesse censo Fazenda Rio Grande e Mandirituba foram contabilizadas como um só município. A partir daí os números começaram a mudar muito, mostrando um crescimento muito maior da cidade de Fazenda Rio Grande em comparação com Mandirituba. No censo de 2000 Mandirituba tinha 17.555 habitantes, enquanto Fazenda Rio Grande já contava com 63.031 habitantes. No Censo de 2022 Mandirituba contava com 27.439 pessoas, já a Fazenda Rio Grande contava com 148.873 habitantes. Isso demonstra como o fato de estar mais perto de Curitiba, em especial da Cidade Industrial, fez com que o município de Fazenda Rio Grande se desenvolvesse muito mais que Mandirituba, que está mais distante da capital, abastecendo o processo de marginalização das capitais (IPARDES, 2024).

Nessa época, entre o final do século XIX e o início do XX, teria surgido a primeira capela da região de Fazenda Rio Grande, localizada nas terras da Fazenda Capocu. A capela funcionava na casa de Francisco Quirino Leal, que também oferecia abrigo para padres que visitavam o local periodicamente. Além disso, havia no terreno um "cemitério de anjos", destinado ao sepultamento de bebês recém-nascidos (Barbosa, Zonta, 2000, p. 78). Mesmo com algumas igrejas existentes pela região durante todo século XX, a primeira paróquia da cidade surgiu apenas em 1978, a Paróquia de São Gabriel da Virgem Dolorosa, na qual se instalou o primeiro vigário, o padre Gabriel Figura. Além de fornecer serviços religiosos, essa paróquia se tornou um grande centro de reuniões e eventos da comunidade (Barbosa, Zonta, 2000, p. 78).



Figura 3 - Primeira Igreja de São Gabriel da Virgem Dolorosa S/D (Barbosa, Zonta, 2000, p.78).

Neste momento ainda não possuímos dados oficiais do Censo de 2022, sobre religião no município de Fazenda Rio Grande, mas segundo o censo de 2010, a população se dividia em 69,60% católicos; 22,10% evangélicos; 4,60% sem religião; 3,60% outras religiões; 0,10% não declararam (IBGE, 2010). O crescimento de Fazenda Rio Grande sempre foi tão acelerado que o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) previu em 2007, uma população de 356.000 habitantes para cidade para o ano de 2020, previsão muito inflada como se percebe hoje (Gazeta do Povo, 2007, p.4).

Todo o processo de marginalização era visto como uma “decorrência natural” dos problemas das grandes cidades. Abaixo um quadro que apresenta o crescimento demográfico da época:

POPULAÇÃO	1940	1950	1960	1970	1980
Urbana	101.488	141.222	351.259	584.481	1025.979

Quadro 2 – População Urbana – Curitiba 1940 – 1980 – Fonte: IBGE 1976, 1980.

Analisando o quadro 2 percebemos o crescimento da população de Curitiba ao longo do tempo, acelerando políticas públicas e desenvolvendo a oferta de novas moradias com o processo de urbanização. Em locais mais distantes do centro da cidade o investimento era menor, se concentrando uma população de baixa renda e formando 44 favelas no ano de 1978 em Curitiba (Mantaguti, 2007, p. 32).

A ocupação do espaço metropolitano deu-se seletivamente: o valor da terra e da moradia e o custo das melhorias urbanas reservaram para Curitiba um morador com melhores níveis de renda, direcionando os grupos empobrecidos e os migrantes de menor poder aquisitivo para as áreas periféricas internas e outros municípios, como Fazenda Rio Grande. Para essa segregação sócio-espacial, concorreram as intervenções urbanísticas e os mecanismos de controle associados ao planejamento – que serviram tanto para valorizar o solo, quanto para conter os efeitos da ocupação no interior do município, assim como a lógica do mercado prevalecente na aquisição da moradia (Benvenuti, 2014, p. 6).

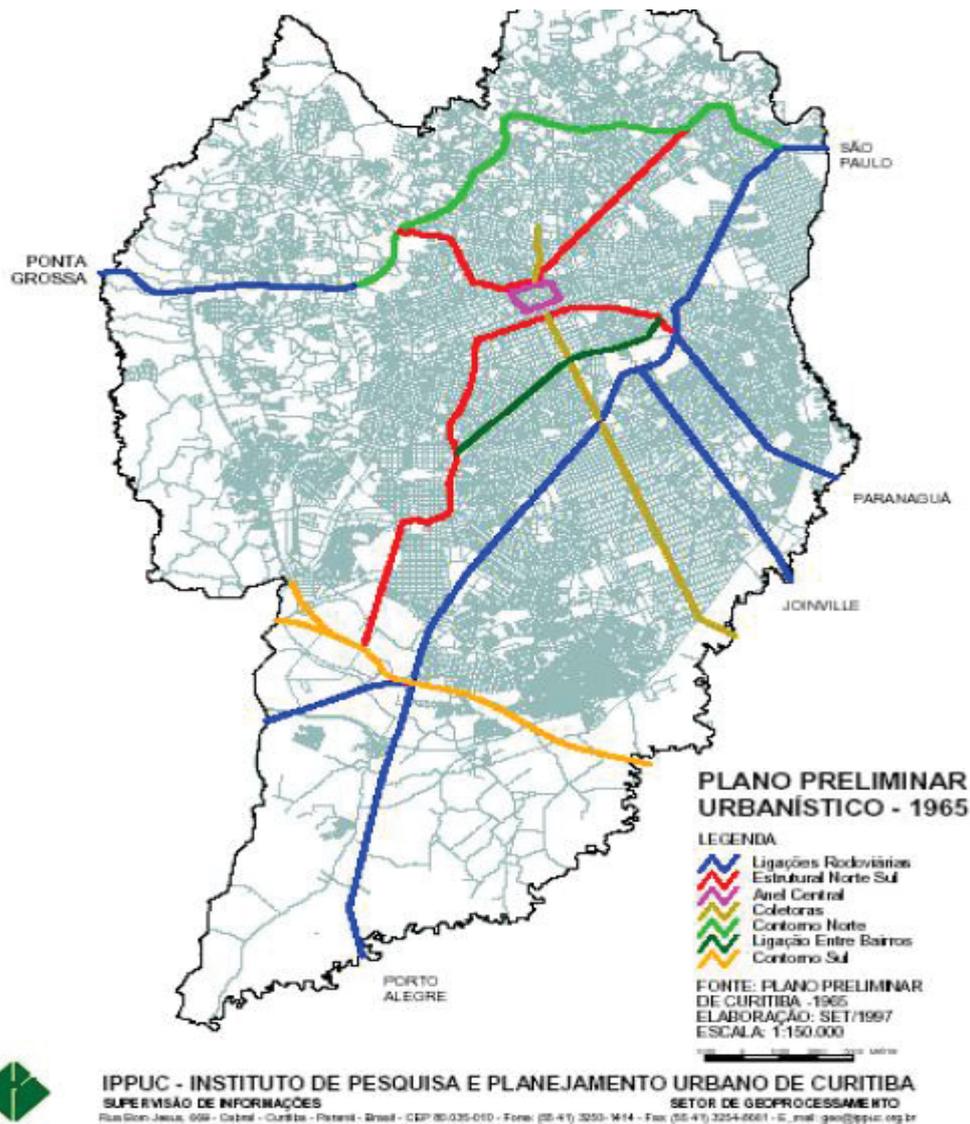


Figura 4 - Plano Preliminar Urbanístico de Curitiba 1965 – Fonte: MANTAGUTI, 2009, p.27

Na imagem referente ao Plano Preliminar Urbanístico de 1965 verifica-se de que forma a estrutura de ligação rodoviária da cidade foi estabelecida. Nota-se que a linha vermelha que sinaliza a ligação da cidade no sentido norte-sul, neste período ainda não cortava a cidade, chegava próximo à região dos bairros do Portão e Fazendinha, locais em que na época, eram considerados de periferia. Nota-se no mapa também que o extremo sul da cidade ainda não havia sido ocupado, assim como o entorno limite da cidade com os municípios da região metropolitana (Mantaguti, 2009, p. 28).

A Cidade Industrial de Curitiba é oficialmente criada em 1973, e com isso se acelera ainda mais o processo de migração de pessoas para a capital. Fazenda Rio Grande começa se consolidar como polo habitacional com a criação de vários loteamentos. Na década de 1980 ocorre a criação do Parque Industrial de Mandirituba, em seu distrito de Fazenda Rio Grande, sendo que a

ideia era criar um polo industrial na própria região, para que o morador de Mandirituba não precisasse ir a Curitiba para trabalhar. Nesta época já é pensada a separação entre Mandirituba e Fazenda Rio Grande, visto que a Fazenda crescia mais que a própria Mandirituba, devido à maior proximidade com Curitiba. A imagem abaixo é da época da criação do parque industrial, na busca de empresas para ocupação do território destinado à empresas (Barbosa, Zonta, 2000, p. 85).



Figura 5 - Placa no Parque Industrial de Mandirituba 22/07/1984 - Fonte: Biblioteca Pública do Paraná

2.3 DE DISTRITO DE MANDIRITUBA A “MUNICIPIO QUE MAIS CRESCE NO PARANÁ”

Como sugere o título acima, hoje o município de Fazenda Rio Grande é o que tem o maior crescimento proporcional de população do estado do Paraná. Isto é o que mostra os dados do Censo de 2022 comparados com o Censo de 2010. Também é o que traz a Agência Estadual de Notícias, que fez um comparativo com os crescimentos e decrescimentos dos municípios. Hoje o município conta com 161.506 habitantes, contra 81.675 em 2010, um aumento de 82,27% em doze anos. Vamos agora a fatores que levaram a emancipação e posteriormente ao crescimento da cidade (Paraná, 2024).

Um fator importante para a emancipação de Fazenda Rio Grande foi a Constituição de 1988. O novo texto federal facilitava a criação de novos municípios em relação ao texto, anterior, de 1967. Pelo texto atual, para o surgimento de novos municípios seja por fusão, desmembramento ou criação, deveriam ser atendidos pelo menos dois requisitos: a preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano e consulta prévia mediante plebiscito da população interessada. Com isso houve um significativo aumento de novos municípios pelo Brasil a partir de 1988, variando a intensidade em cada estado da federação, porém 75% das novas municipalidades no Brasil não existiriam conforme a legislação anterior (Brandt, 2010, p. 61).

Nessa linha de autonomia, a Constituição de 1988 atribuiu aos municípios competências tributárias próprias e participações no produto da arrecadação de impostos da União e dos estados. Em contrapartida, foi ampliada a esfera de obrigações dos municípios na prestação de serviços públicos essenciais (Magalhães, 2007, p.13).

Apenas no Estado do Paraná entre os anos de 1986 e 1996, houve a criação de 87 novas localidades. O Brasil saiu de 3.391 municípios em 1980 para 5.565, segundo o IBGE, em 2022. A emancipação, na maioria dos casos, foi vista como uma solução financeira para os problemas das cidades, pois os repasses estaduais e federais ajudariam na prestação dos serviços públicos (Souza, 2015, p. 63).

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), em uma pesquisa com novos prefeitos, o maior fator para a emancipação de um município é o “descaso do município de origem” (Souza, 2015, p. 60). Os municípios brasileiros são dependentes de recursos estaduais e federais, e qualquer problema federal ou estadual faz com que a renda de um município diminua. Por vezes, na criação de novos municípios, a população busca encontrar uma maneira de obter recursos financeiros, com o desenvolvimento das áreas econômicas do local. Numa pesquisa com 22 municípios emancipados no Paraná na década de 1990, em 60% deles o principal motivo para a emancipação era o fator econômico, segundo estudo de Adalberto Souza (2015, p. 62).

Conforme o desenvolvimento do distrito de Fazenda Rio Grande ocorria, a prefeitura de Mandirituba se sentia cada vez mais pressionada a atender os serviços básicos como transporte, creches, educação e saúde, o que contou bastante para a emancipação da Fazenda Rio Grande mais adiante (Ferreira, 1996, p.283).

Com o êxodo rural a partir da queda da produção do café, a Fazenda Rio Grande havia sido desmembrada de São José dos Pinhais, em 1960, fazendo parte do município de Mandirituba, juntamente com os primeiros loteamentos. Mais tarde se tornaria distrito administrativo. Porém, como a distância entre a Fazenda Rio Grande até seu centro administrativo, Mandirituba, era maior do que a distância para até a capital, Fazenda Rio Grande foi moldando sua vida em função de Curitiba (Ferreira, 1996, p. 282).



Figura 6 - Mapa: Localização Cidade Industrial de Curitiba e Fazenda Rio Grande - (Barbosa, Zonta, 2000, p.59)

Aos poucos foram sendo instalados postos de saúde, escolas, postos policiais e um terminal rodoviário para atender apenas o distrito de Fazenda Rio Grande. Até que em 26 de janeiro de 1990 foi sancionada pelo governador Álvaro Dias, a lei 9213/1990, que criava o município de Fazenda Rio Grande, facilitando a administração tanto do novo município, quanto de Mandirituba:

O movimento pela separação da Fazenda Rio Grande teve início em 1981, e logo ficou abafado, apenas latente. Em 1989, com a posse do prefeito Francisco Claudino, nascido na Fazenda e morador de Mandirituba, o movimento recrudescceu. Tanto os setores da Fazenda Rio Grande como de Mandirituba e principalmente da área rural, achavam que o melhor seria o desmembramento, para que a Fazenda tivesse a sua autonomia, tivesse sua independência administrativa política. Francisco Claudino deu início as gestões para a emancipação do município (Folha de Mandirituba, 1990, p. 21).

A celebração ocorreu na Churrascaria 22, com a presença do governador Álvaro Dias. Posteriormente ainda em 25 de março do mesmo ano houve um plebiscito para confirmar a emancipação da cidade, tendo resultado favorável.

Naquela época, o legislativo paranaense capitaneava os processos de emancipação das localidades, baseado na Constituição Federal de 1988, porém a Constituição Paranaense de 1989 previa uma Lei complementar sobre o tema, mas que só foi aprovada em 1991. Basicamente o processo era este: a localidade enviava seu pedido à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em seguida, se aprovado o pedido, a Assembleia votava pela realização do plebiscito. Com a aprovação popular através do plebiscito, a criação do novo município era votada na Assembleia, para em seguida ser aprovada pelo governador (Alves, 2006, p. 59).

Em Fazenda Rio Grande a lei de criação do município foi aprovada antes do plebiscito ser realizado. Sobre isso:

Alguns fatos interessantes ocorreram nesse governo. O primeiro deles: a maioria dos novos municípios foi criada *ad referendum* da consulta plebiscitária, isto é, os municípios eram criados sem a realização do plebiscito. Os plebiscitos foram feitos depois que a lei de criação do município havia sido aprovada. O que isso significa? As “novas regras” (a Lei Complementar estadual n.º 56/91, prevista pela Constituição estadual) ainda não existiam para regular o processo. Por isso, pode-se considerar esse período como de “transição”, em que, na ausência de regras e na falta de legitimidade destas, gerou-se uma grande instabilidade institucional (ALVES, 2006, p. 63).



Figura 7 - Jantar de emancipação de Fazenda Rio Grande. 17/01/1990 Fonte: Diário de Notícias

Na figura 7 estão presentes, à direita o ex-prefeito de Mandirituba Francisco Claudino, ao centro o governador Álvaro Dias e à esquerda o deputado federal Max Roseman.

Para esta emancipação ocorrer destacaram-se os interesses das lideranças políticas e econômicas de Fazenda Rio Grande e Mandirituba, assim como da classe política estadual, representada pelas figuras do deputado Anibal Khury e do governador Álvaro Dias. Dentre isso, sempre vale ressaltar que:

A emancipação política e o contexto sociocultural de fazenda Rio Grande destacam-se no crescimento da própria RMC por dois motivos: a proximidade com os centros industriais de Curitiba, Araucária e São José dos Pinhais, e o baixo custo das terras, que atraiu numerosas famílias oriundas do interior do Paraná, de Santa Catarina e até de outros estados brasileiros. Isso favoreceu enormemente a ocupação da região, que passou a ser conhecida como cidade-dormitório, por abrigar trabalhadores de outros municípios que só ficam em Fazenda Rio Grande durante a noite (Sachweh, 2007, p. 90).

Segue abaixo mapa demonstrando a localização de Fazenda Rio Grande:



Figura 8 - Mapa de localização do município de Fazenda Rio Grande - 2020. Fonte: <https://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/35964/img-1-small480.jpg>

A lei de criação do município é a lei estadual nº 9.213 de 26/01/1990, baseada no projeto nº 355/89 de autoria do deputado Anibal Khury. Na justificativa do projeto, o deputado reafirma a questão do desenvolvimento da localidade, apontando que o município é plenamente autossuficiente. Na Lei ficam dispostos limites do novo município. Anibal Khury foi um dos mais influentes políticos paranaenses, e teria ajudado a criar cerca de 88 municípios em toda a sua trajetória política, desde os anos de 1950. Segundo alguns analistas, ele teria feito isso para ampliar a sua influência política. Khury esteve à frente da Assembleia Legislativa do Paraná por muitos anos, mesmo não tendo o apoio dos governadores. Em sua própria casa reunia deputados e até mesmo o governador para decidir as pautas do dia. Atuava com mão-de-ferro, mas geralmente cumpria o que prometia. Foi perseguido na época do AI-5, não pelas suas ideias, mas por grilagem de terras indígenas (ALEP, 1989, p.10; Gazeta do Povo, 2007; Galindo, 2019).

Aos poucos, Fazenda Rio Grande foi ganhando mais infraestrutura após sua emancipação, inaugurando em 1995 o Hospital Público Nossa Senhora Aparecida, que posteriormente se tornaria a maternidade da cidade, tendo seus repasses aumentados em 2024, podendo-se realizar cirurgias eletivas no hospital (Agência Estadual de Notícias, 2024). Em 1999 foi criado o fórum da cidade, sendo que antes o judiciário era localizado no município de São José dos Pinhais, a uma distância considerável em quilômetros de Fazenda Rio Grande. A subestação de água foi inaugurada em junho de 2000. (Barbosa, Zonta 2000, p.100).

Segundo dados do IBGE (2010) o município de Fazenda Rio Grande possui 81.675 habitantes. Houve um aumento populacional de quase 30% em relação ao Censo de 2000. Bem diferente de Curitiba que no mesmo período teve aumento de apenas 10%. Esse dado reforça a tese de que o crescimento populacional no Brasil se concentra nas Regiões Metropolitanas das capitais, em virtude do alto preço da terra e da especulação imobiliária crescente nestes grandes centros, obrigando a população pobre a se deslocar para municípios pobres do entorno das capitais (Ribeiro, 2014, p. 52).

Fato interessante da história da Fazenda Rio Grande emancipada foi a greve de 1998, na qual cerca de 2.500 pessoas se reuniram em frente à prefeitura da cidade, protestando contra a administração municipal. Protestavam contra a falta de infraestrutura da cidade, como o manilhamento das valetas, anti-pó nas ruas, segurança, saúde e educação. Também criticavam os loteamentos em lugares de risco, como áreas de alagamento, onde pessoas foram deslocadas para morar sem nenhuma condição de moradia (Tribuna da Fazenda, 1998, p. 3).



Figura 9 - Protesto em Fazenda Rio Grande, Abril de 1998. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná

O município de Fazenda Rio Grande ainda tem uma imagem muito periférica dentro da região metropolitana, com uma renda média das mais baixas dentre os municípios vizinhos de Curitiba, sofrendo com um crescimento descontrolado, que afeta toda a zona sul da capital. Tem uma população jovem, tendo uma alta taxa de natalidade. Segundo o CENSO de 2022, a média da taxa de natalidade curitibana é de 10,37 nascimento por mil habitantes, enquanto no município a taxa é de 12,91 (IPARDES, 2024).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Fazenda Rio Grande possui atualmente 148.893 habitantes, com um salário mensal dos trabalhadores de 2,5 salários-mínimos. Tem um PIB per capita de R\$ 31.927,00, sendo que as receitas externas são 68% da fonte de recursos do município. A cidade é de uma população muito jovem, como mostra a pirâmide etária do Censo 2022 abaixo:

Pirâmide Etária de Fazenda Rio Grande - 2024

Pirâmide etária

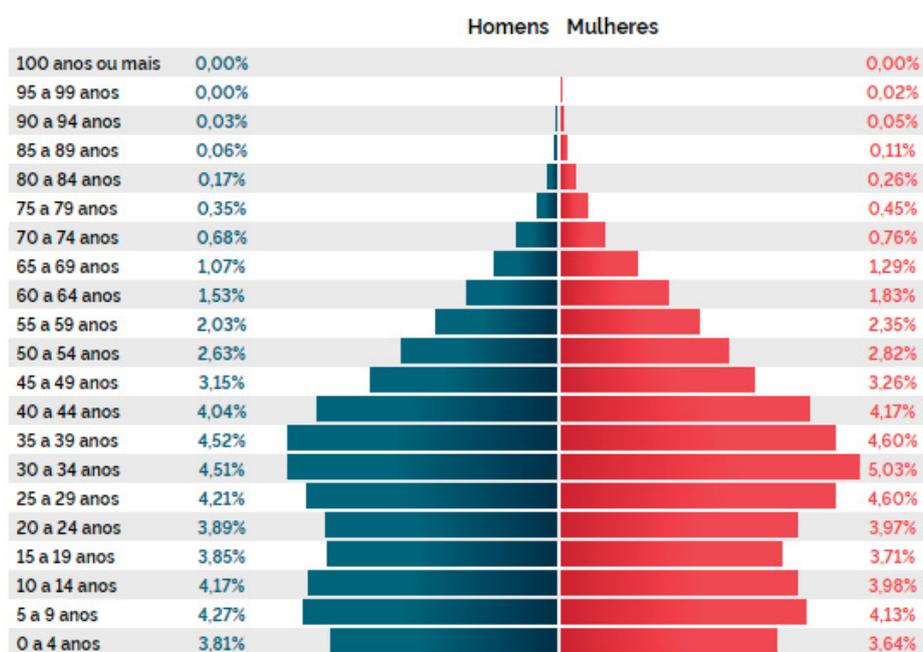


Figura 10 – Pirâmide Etária Fonte: IBGE, 2024

A grande migração para o município geralmente se faz com pessoas jovens, de baixa renda, havendo um índice de natalidade grande em Fazenda Rio Grande. O município ainda vai desenvolver provavelmente uma população idosa mais consolidada em alguns anos:

O município possui um padrão de crescimento demográfico elevado, em comparação ao observado para o restante da população brasileira. Sua pirâmide etária é formada por uma grande proporção de população jovem, e possui altas taxas de fecundidade e intensos fluxos migratórios com Curitiba (IPARDES, 2024).

Na área da educação a localidade atingiu um nível de escolarização de 95,8%, ficando na posição 374 de 399 dos municípios do Paraná em 2022 (IBGE, 2010). No Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, alcançou a marca de 5,9 para o Ensino Fundamental nos Anos Iniciais, e 4,9 para os Anos Finais, colocando Fazenda Rio Grande na posição 303 de 399 no estado do Paraná. A média nacional do IDEB é de 6 para os anos iniciais do Fundamental, para os anos finais é de 5,0, lembrando que a escala do IDEB vai de 0 a 10. A rede de ensino do município é bem lotada, visto que a população cresce rápido, a taxa de natalidade é alta, porém a construção de escolas acontece numa velocidade incompatível com a realidade do município, geralmente ocorrendo grandes listas de espera por vagas em diversas escolas.

2.3.1 FAZENDA RIO GRANDE E O CONTEXTO ESTADUAL E NACIONAL DOS ANOS DE 1990

A primeira característica clara do Brasil do início dos anos de 1990 é de um país com uma nova democracia, com uma nova constituição, saindo de um regime militar, num contexto de grande inflação e desemprego, num período sem precedentes, com 30 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, aumentando o banditismo urbano e rural. Para se ter ideia, em 1989, sob o governo de José Sarney, a inflação chega aos 1000%, obrigando o presidente a iniciar um plano de contenção da economia (Priore, Venancio, 2010, p. 30).

Em 1989 ocorreram as eleições, marcando a primeira vez em que se percebeu claramente a influência dos meios de comunicação em massa. Fernando Collor de Mello começa as pesquisas com poucos votos, porém quando a campanha na televisão começa, ele dispara. Aqui também se têm o medo de que algum candidato de esquerda vença, como Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ou Leonel Brizola (PDT). Collor vence, porém, seu fracasso ao tentar conter a inflação é retumbante e com seu plano de confisco de ativos financeiros (inclusive poupanças) sua imagem se desgasta, resultando em seu impeachment em 1992. No seu lugar entra o vice-presidente Itamar Franco e

com ele uma salvação. O Plano Real foi responsável por reduzir a inflação na década de 1990. Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda, capitalizou o sucesso da iniciativa, o que lhe garantiu dois mandatos como presidente, de 1994 a 2002. (Priori, Venancio, 2010, p.31).

Durante oito anos de mandato são implementadas medidas econômicas voltadas à internacionalização da economia, privatização de empresas estatais, desregulamentação de mercados e controle dos gastos públicos. Incentivos de várias naturezas são postos em prática para atrair os investimentos do capital estrangeiro, de longo e curto prazos, ao mesmo tempo em que, para se manter a estabilidade econômica, o país entra em uma nova espiral de endividamento externo e de desemprego crônico. Definida genericamente como neoliberal, tal política gerou controvérsias e ácidas críticas (PRIORI, VENANCIO, 2010, p. 32)

Na década de 1990, a indústria paranaense cresceu de forma muito exponencial, devido a grandes mudanças no perfil da sua produção, se desprendendo do setor primário da economia, entrando para o mercado de transportes e construindo assim o quarto maior polo industrial do Brasil. A Volvo S/A investiu fortemente na produção de ônibus e caminhões e posteriormente outras empresas metalúrgicas como Volkswagen/Audi, a Chrysler e a Renault vieram investir no polo paranaense. Ao mesmo tempo, o agronegócio manteve um leve aumento na época (Campos, Prando, Vidigal, 2008, p. 3).

O período de 1990 a 2004 corresponde a um movimento ascendente das exportações do Estado do Paraná, as quais cresceram 403,0%. Apenas de 2002 a 2005, houve crescimento de 75,8% das vendas externas. Isso tem possibilitado maiores saldos da balança comercial que, nesse período, teve uma variação positiva de 332,2%, embora de 1998 a 2001, tenha demonstrado baixos resultados (CAMPOS, PRANDO, VIDIGAL, 2008, p. 4).

Em 1991 a população paranaense era de cerca de 8.448.713 habitantes, e no ano 2000 era de 9.563.458 habitantes, um aumento de 13,2% em nove anos. A população de Mandirituba, se somando com a de Fazenda Rio Grande, em 1991¹ era de 38.886 pessoas, já no ano 2000 era 80.417 pessoas, segundo o IPARDES, mostrando a procura por habitação na região, como já citado, o município, se desenvolvia no embalo da industrialização de Curitiba (IPARDES, 2024).

¹ Dados de CENSO de 1991 disponíveis no Portal do IPARDES

Depois de sua emancipação em 1990, o município de Fazenda Rio Grande manteve uma média de crescimento populacional de 12% ao ano, tendo construído em dez anos a prefeitura, um hospital, mais creches, fórum cível, Associação de Pais e amigos dos excepcionais (APAE), Mercado Popular, Agência do trabalhador, Subestação de água e de energia elétrica, etc. (Barbosa, Zonta, 2000, p. 105)

Ainda hoje o município de Fazenda Rio Grande é deficitário em alguns pontos estruturais, como asfalto nas vias, a necessidade de melhorar a rede de saúde como um todo, o transporte público, etc., assim como de pontos culturais e de lazer, que com o contínuo aumento do município se tornam cada vez mais necessários.

Mas uma das questões fundamentais continua sendo a mesma de sempre: o emprego, a questão da cidade-dormitório. Segundo o IPARDES em 2019, haviam apenas cerca de 15 mil empregos para os mais de 100 mil habitantes, fazendo com que cerca de 45 mil pessoas se deslocassem todo dia até Curitiba para trabalhar (IPARDES, 2024, p. 37).

Ao final percebemos que o município de Fazenda Rio Grande é fruto do desenvolvimento da cidade de Curitiba, fato que impacta diretamente na identidade do local, sendo por alguns ainda conhecida como “cidade-dormitório”, ou seja, um local apenas de habitação, não de trabalho ou entretenimento. Evidentemente, conforme a cidade se desenvolve, esta identidade vai sendo alterada aos poucos, até para continuar atraindo mais pessoas a viver no município.

Em minha experiência de vida e de trabalho, percebo que mesmo estando ao lado de Curitiba, a memória em Fazenda Rio Grande segue uma dinâmica inteiramente própria, bem diferenciada da capital. Apesar da forte influência econômica de Curitiba, a mesma não conseguiu exercer grande influência cultural, tendo Fazenda Rio Grande sua própria memória e identidade que predomina sobre os cidadãos. Porém, ainda boa parte da história do município, principalmente a parte mais antiga, é desconhecida da população. Exemplo disso são as origens indígenas, que somente recentemente começaram a ser trabalhadas nas escolas municipais, objetivando que suas origens sejam melhor conhecidas pelos estudantes.

3. PROPOSIÇÃO DIDÁTICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DE FAZENDA RIO GRANDE

Após os subsídios apresentados nos dois primeiros capítulos, acerca de ensino de História local, consciência histórica e História de Fazenda Rio Grande, agora neste último capítulo apresentaremos atividades que compõem uma proposição didática para o ensino de História do município.

Este material foi elaborado para atender tanto estudantes do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio, adaptando-se à necessidade de cada professor, ao tempo disponível e aos temas abordados em suas aulas. As atividades estão focadas entre o período da emancipação do município até o ano 2000, assim sendo possível verificar mudanças na cidade e permitir comparações com a época atual. Buscamos contextualizá-las com a História do Paraná e do Brasil, sempre que possível, ampliando a compreensão dos estudantes sobre o contexto.

Destacamos acontecimentos e lugares de fácil identificação para o público-alvo, lembrando que o espaço muda fisicamente, mas também politicamente. Fazenda Rio Grande foi parte de São José dos Pinhais e depois distrito de Mandirituba, depois emancipada, logo, o mesmo espaço foi passando por situações políticas diferentes ao longo do tempo.

Como trazido anteriormente, a História local tem pouco espaço no Ensino Fundamental II, e nesta sequência didática abordaremos como problematização a seguinte questão:

Como o trabalho com a história de Fazenda Rio Grande pode contribuir para o reconhecimento das identidades dos estudantes, para o desenvolvimento de suas relações de memória e conseqüentemente consciência histórica em relação a localidade em que vivem?

Construímos o material a partir de fontes históricas², apresentando um conjunto de atividades, que mesmo tratando de contextos diferentes, acaba se complementando para criar um quadro de conexões sobre o conhecimento desta História local. O ambiente de sala de aula acaba proporcionando uma aprendizagem coletiva, se bem-preparado, no qual as experiências com o uso de fontes podem se complementar. Porém, como afirma Circe Bittencourt (2009, p. 328), devemos lembrar que os estudantes nem sempre têm o domínio do contexto em que foi produzida cada fonte histórica, tendo que haver uma orientação sobre fontes históricas, para que entendam como trabalhar com elas, e localizar a sua importância no desenvolvimento do trabalho. Isso ocorre principalmente com o uso de fontes antigas, que por vezes trazem uma linguagem e forma de escrever muito diferentes dos dias de hoje.

O referencial curricular do Paraná basicamente insere a História local nos objetivos de aprendizagem, tanto no Ensino Fundamental quanto no Médio. Basicamente todas as unidades temáticas têm por objetivo analisar as mudanças ocasionadas por determinado tema de forma regional, ou local, mesmo temas geralmente mais amplos. Um exemplo abaixo que pertence ao nono ano:

(EF09HI05) Identificar e compreender os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos locais, regionais e nacionais.

Então pode haver adaptações e inserções de conteúdos e atividades que não ferem o referencial curricular, pelo contrário, agregam para a formação do estudante.

² Como a sequência didática que segue está organizada para uso em sala de aula, as imagens aqui não serão identificadas como imagem x, como vinha sendo feito nos capítulos anteriores. Somente no índice de ilustrações da dissertação é que esta numeração será contínua. Na sequência didática as imagens serão identificadas como fonte x, e relacionadas assim as atividades propostas.

3.1 SEQUÊNCIA DIDÁTICA³

Olá, docente! Aqui neste material você encontrará atividades para trabalhar a história de Fazenda Rio Grande com seus alunos, usando fontes históricas sobre o município.

Antes de iniciar as atividades propriamente ditas, pode-se fazer uma atividade com os alunos, sobre os conhecimentos prévios sobre a cidade, questionando o que sabem sobre a história de Fazenda Rio Grande.

Pode-se trabalhar a questão da identidade, com os questionamentos: Quem é você? Onde nasceu? Onde cresceu? Onde está? De onde seus pais vieram? Como eram estes lugares? O que eles trouxeram de costumes e valores? Quais são seus hábitos? Como o ambiente influencia você?

Pode-se também apresentar a cronologia abaixo, para haver uma localização temporal de eventos importantes para a história da cidade:

³ A formatação/diagramação deste tópico foi feita, pensando em ser mais fácil para o professor que desejar imprimir alguma ou todas as atividades, para uso em sala de aula.

Cronologia da História de Fazenda Rio Grande:

15XX - Os primeiros contatos do europeu com os povos originários aconteceram na região ainda no século XVI, mas não se sabe ao certo desde quando os indígenas ocupavam aquelas terras.

1690 – Autorização da construção da primeira capela na região.

1879 – Ocupação de Fazendeiros que criavam cavalos de raça para vender ao exército.

1940 – Início da Construção da Rodovia Br-116, que corta o município.

1959 – Início dos loteamentos devido ao crescimento de Curitiba.

1960 – Mandirituba é desmembrada de São José dos Pinhais.

1966 – Surgimento das primeiras escolas na área de Fazenda Rio Grande.

1973 – Criação da Cidade Industrial de Curitiba.

1978 – Primeira paróquia instalada na região.

1990 – Emancipação do Município.

1995 – Inaugurado Hospital Público Nossa Senhora Aparecida.

1999 – Inaugurado o Fórum de Fazenda Rio Grande.

1 – DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE

Objetivos:

- Mobilizar a memória do estudante, buscando conscientizá-lo sobre as mudanças que um espaço sofre historicamente, e o que levou a estas mudanças.
- Identificar o passado e o presente nos diferentes espaços de convivência.
- Entender o contexto político e econômico das mudanças no espaço onde se vive, analisando fontes do passado, e relacioná-las com as mudanças no Estado do Paraná.

Em uma primeira atividade propomos um comparativo do antes e depois de certos locais da cidade, na intenção de trabalhar a memória direta e indireta dos estudantes, realizando comparações e buscando trazer como pano de fundo o desenvolvimento do município e do Paraná. Nesta primeira atividade busca-se a reflexão entre espaço, memória e História, a fim de que o estudante entenda o contexto em que ocorrem mudanças de um local.

Objetivo de Aprendizagem no Referencial Curricular do Paraná: (EF06HI02) Compreender a concepção de memória, relacionando aos lugares de memória e analisando a memória individual e coletiva no âmbito local, regional.

BNCC (EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.

Encaminhamentos Didáticos

Primeiramente o professor pode fazer uma breve introdução, levantando e questionando pontos fundamentais sobre Fazenda Rio Grande, como por exemplo, que o município foi distrito de Mandirituba e que seu território já pertenceu a São José dos Pinhais.

Em seguida pode fazer a análise de uma fonte escrita do jornal “O Correio” de 1988 (Fonte 1), o qual destaca o crescimento de Mandirituba, principalmente do distrito de Fazenda Rio Grande. Também podem ser feitos questionamentos à fonte, para entender o desenvolvimento da região naquela época.

Após a análise da fonte jornalística de finais dos anos 1980, apresentamos imagens para endossar aquelas mudanças anunciadas no texto. Neste momento trabalhamos a questão da memória, trazendo ao estudante uma análise de imagens, podendo ser abordadas as mudanças sócio temporais do local que é próximo a ele (fontes 2 e 3). Em complementação podem ser analisadas as fontes 4 e 5, que vão no mesmo caminho, porém são imagens de um dos colégios mais antigos de Fazenda Rio Grande.

Para finalizar, pode-se trabalhar as imagens com o texto da fonte 1, questionando a relação entre as fontes.

Seguem as atividades:

Mandirituba, eis uma realidade a avaliar

Um dos maiores "canteiros" de obras municipais está a poucos quilômetros de Curitiba: em Mandirituba já chamada de Mandicuba por seus avanços sociais na escolarização, assistência médica praticamente gratuita, transporte coletivo de graça. ● Assim, ao lado, pois de uma ação política (e que se distancia da apologética de Curitiba

quanto aos transportes e creches), toca, também, obras físicas; constrói o novo Centro Cívico, um prédio moderno para a Câmara e a Prefeitura, enquanto cede o atual para a instalação da Comarca. ● Afora isso o português Geraldo Cartário, o prefeito, constrói uma estação rodoviária na **Fazenda Rio Grande**, distrito mais populoso do município, e outra na sede. Em compensação, segundo seus amigos mais chegados, estaria, por força desse esforço, hipotecando a sua própria casa para honrar dívidas com o Banestado. ● Não tem brilho acadêmico e nem intérpretes (sociológicos) dos seus feitos, mas é uma figura que rompe com a rotina e que mostra o quanto a criatividade e a audácia podem mudar a realidade. ●



Luiz G. Mazza

Fonte 1 - "Mandirituba: eis uma realidade a avaliar". Jornal "O Correio" – 19/02/1988

1) Analisando a fonte jornalística fonte 1, responda:

- a) Qual é o tema da matéria?
- b) Por que Mandirituba está sendo chamada de “Mandiricuba”?
- c) O que está sendo feito no distrito de Fazenda Rio Grande, segundo a matéria?
- d) Consulte o que é distrito de um município.

2) Observe as imagens:

As duas imagens acima fazem referência à Rua Castanheira, no bairro



Fonte 2 - Rua Castanheira, década de 1990 - –
Disponível em:

<https://www.fazendariogrande.pr.gov.br/secretarias/cultura/historia>



Fonte 3 - Rua Castanheira, 2022 - Disponível em:
<https://www.fazendariogrande.pr.gov.br/secretarias/>

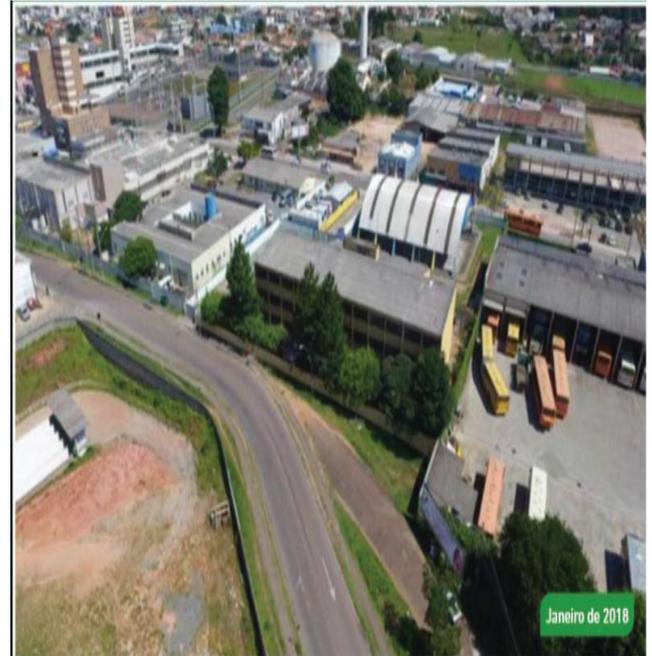
Eucaliptos. Responda:

- a) Você já transitou por esta região?
- b) Quais as diferenças visuais você percebe nas imagens?
- c) Quais diferenças podemos destacar analisando as duas imagens?
Qual seria o motivo destas diferenças terem ocorrido?

3) Observe as imagens:



Fonte 4 - Colégio Estadual Jorge Andriguetto, década de 1990 – Disponível em:<
<https://www.fazendariogrande.pr.gov.br/secretarias/cultura/historia-e-memoria/acervo-historico>



Fonte 5 - Colégio Estadual Jorge Andriguetto, Jan. de 2018 - – Disponível em:
<https://www.fazendariogrande.pr.gov.br/secretarias/cultura/historia-e-memoria/acervo-historico>

Responda:

a) As imagens acima (fontes 4 e 5) fazem referência ao Colégio Estadual Jorge Andriguetto. Quais seriam as diferenças entre a década de 1990 e os dias de hoje na escola? Pesquise diferenças quanto à estrutura, aprendizado e metodologia em sala de aula de épocas diferentes. Converse com pessoas da família ou outras pessoas mais velhas e pergunte como era frequentar uma escola antigamente. Busque saber como era, e se a pessoa tem fotografias antigas da sua época de escola.

b) Consulte informações sobre a história do seu colégio, se for possível, juntamente com o professor. Pergunte como iniciou essa instituição, o porquê do nome da escola etc.

Critérios de avaliação:

- Qualidade e consistência das informações pesquisadas, assim como das respostas produzidas.

2 – A VOZ POLÍTICA DE FAZENDA RIO GRANDE

Objetivos:

- Trabalhar a memória fazendense do ponto de vista das manifestações políticas na cidade.

- Desenvolver o pensamento crítico sobre o local onde se vive.

Objetivo de Aprendizagem no Referencial Curricular do Paraná: (EF09HI09) Relacionar e compreender as lutas e as conquistas de direitos políticos, econômicos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais de grupos organizados.

Encaminhamentos Didáticos:

Nesta atividade trabalharemos uma manifestação popular ocorrida em Fazenda Rio Grande no ano de 1998. A manifestação se deu por uma série de motivos, mas principalmente devido a problemas na infraestrutura da cidade, e na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. A ideia aqui é atentarmos para as dificuldades antigas e atuais dos moradores, e por meio da memória trabalhar com os estudantes direitos básicos dos cidadãos.

Para a atividade é utilizado o jornal “Tribuna da Fazenda” como fonte. Em seguida, a fonte e as provocações para os estudantes.

Atividade: Observe a fonte 6, que são trechos de uma matéria jornalística, sobre algo que aconteceu em Fazenda Rio Grande em 1998:



Fonte 6 – Trecho da matéria: “Explosão na Fazenda Rio Grande” Jornal Tribuna da Fazenda – Abril de 1998 - Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná.



Fonte 7 – Trecho da matéria: “Explosão na Fazenda Rio Grande” - Jornal Tribuna da Fazenda – Abril de 1998 - Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná

Movimento Histórico na Fazenda



Mais de 2500 pessoas saíram de seus lares no domingo, dia 22 de março, para protestar contra o descaso do governo Celso Rocha e dos vereadores.

O movimento, organizado por lideranças comunitárias e movimentos sociais, contou com a participação expressiva dos moradores do Bairro Galha Azul e Nações e demais

moradores de F.R.G.

O objetivo da manifestação, que foi atingido com sucesso era fazer um protesto ao desgoverno e exigir: manilhamento das valetas a céu aberto; anti-pó nas ruas, coleta de lixo com equipamento adequado, segurança, integração interna do Transporte Coletivo, abastecimento de água, saúde e educação.

...onda polícia de choque

Nov
reafir
resolvi
na Faz
A J
Juver
senta
de M
com
foi
os

co
do

ar
d
s
r

Fonte 8 –Trecho da Matéria: “Explosão na Fazenda Rio Grande” - Jornal Tribuna da Fazenda – Abril de 1998 - Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná



Fonte 9 – Trecho da Matéria: “Explosão na Fazenda Rio Grande” - Jornal Tribuna da Fazenda – Abril de 1998 - Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná



Fonte 10 – Trecho da matéria: “Explosão na Fazenda Rio Grande” - Jornal Tribuna da Fazenda – Abril de 1998 - Fonte: Acervo Biblioteca Pública do Paraná

As imagens acima se referem a uma greve em Fazenda Rio Grande no ano de 1998, retiradas do Jornal “Tribuna da Fazenda”.

a) Pergunte a algum familiar se ele já morava em Fazenda Rio Grande em 1998. Ele se lembra da greve? Se sim, como aconteceu? Quais foram seus resultados? Anote e compare estes dados coletados por você com os dados da fonte.

b) Como, nos relatos, os moradores se sentem ao participar da manifestação?

c) O que são manifestações políticas populares? Quais efeitos práticos podem trazer a população?

d) Por que Fazenda Rio Grande era considerada uma cidade-dormitório?

e) Quais eram os motivos da greve? Tente encontrar uma outra fonte que reforce ou questione o que é exposto neste jornal.

f) Como está hoje a situação dos problemas apontados na greve em 1998 na cidade? Algum deles ainda continua? O que poderia ser feito sobre?

Crítérios de avaliação:

- Qualidade e consistência da pesquisa realizada e das respostas produzidas.

3 – EMANCIPAÇÃO DE FAZENDA RIO GRANDE

Objetivos:

- Entender o processo político de formação do município de Fazenda Rio Grande e os atores envolvidos.

- Compreender termos políticos e jurídicos da emancipação.

Habilidade BNCC: (EM13CHS603) Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).

Encaminhamentos Didáticos:

Nesta atividade trabalhamos a emancipação do município de Fazenda Rio Grande. É trazido para o trabalho com os estudantes o projeto de Lei da emancipação e em seguida a lei propriamente dita. Apesar de serem documentos simples, pode valer ao professor explicar como funciona o trâmite de uma lei, e também questões são feitas as fontes, colocadas mais adiante no texto. A festa da emancipação também é retratada, a fim de ilustrar aos estudantes onde ocorreu e as questões políticas que aconteciam em paralelo a este ato.

Atividade: Observe e leia com atenção as fontes (7 a 10):

Curitiba, terça, em 28.11.89

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de Fazenda Rio Grande, com território desmembrado do Município de Mandirituba, com sede na localidade do mesmo nome e as seguintes divisas:

"Começa no Rio Iguaçu, na foz do Rio Desdique, sobe este até a foz do Rio Abaixo, pelo qual sobe até sua nascente de onde por uma linha seca alcança a nascente do Arroio Liminha, seguindo por este abaixo, até sua foz no Rio Maurício, pelo qual desce até sua foz no Rio Iguaçu, e por este acima até encontrar a foz do Rio Desdique, ponto de partida, numa área de 150 km².

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa da medida aqui proposta é bem-vinda, já que se tornou evidente o desenvolvimento econômico e sócio-cultural daquela localidade, o que justifica plenamente a adoção de nossa medida.

O Distrito Administrativo em questão foi criado pela Lei n. 7.521, de 16 de novembro de 1981, publicada no D.O. n. 1.171, de 17 de novembro de 1981, é plenamente auto suficiente.

LEI Nº 9213 - 26/01/90

CRIA AD REFERENDUM DO RESULTADO DO PLEBISCITO O MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE, COM TERRITÓRIO DESMEMBRADO DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, COM SEDE NA LOCALIDADE DO MESMO NOME E COM AS DIVISAS QUE ESPECIFICA.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado "*ad referendum*" do resultado do plebiscito o Município de FAZENDA RIO GRANDE, com território desmembrado do Município de Mandirituba, com sede na localidade do mesmo nome e as seguintes divisas:

"Começa no Rio Iguaçu, na foz do Rio Desdique, sobe este até a foz do Rio Abaixo, pelo qual sobe até sua nascente de onde por uma linha seca alcança a nascente do Arroio Liminha, seguindo por este abaixo, até sua foz no Rio Maurício, pelo qual desce até sua foz no Rio Iguaçu, e por este acima até encontrar a foz do Rio Desdique, ponto de partida, numa área de 150 Km²."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 26 de janeiro de 1990.

ÁLVARO DIAS
GOVERNADOR DO ESTADO

Fonte 12 – Lei Estadual nº 9213/90 -- Disponível em: <https://encurtador.com.br/Vjhq6>

Na festa da Fazenda Rio Grande, apoio à candidatura de Álvaro



O prestígio do governador Alvaro Dias foi novamente testado — e aprovado — na noite da última sexta-feira, na Fazenda Rio Grande, quando o governador compareceu ao jantar onde sancionou a lei que desmembra esse distrito de Mandirituba, criando o 325º município do Paraná. Inicialmente previsto para contar com a presença de mil pessoas, entre políticos, empresários e a população de Fazenda Rio Grande, mais de três mil pessoas acabaram se comprimindo no interior da Churrascaria Baggio para ouvir as palavras do governador Alvaro Dias que selaram definitivamente a criação do novo município.

Embora o encontro tivesse caráter de homenagear um gesto estritamente administrativo, já que se tratava de mais um ato do governador, nas conversas paralelas um assunto quase que monopolizou as discussões entre os

presentes: a candidatura Alvaro Dias para o Senado. Nem a presença em Curitiba, na manhã seguinte, do articulador político do presidente eleito Fernando Collor e futuro ministro da Justiça, Bernardo Cabral — que poderia estar trazendo um convite para que o governador viesse a ser ministro de uma importante pasta do novo governo (Agricultura) — conseguiu diminuir as expectativas para que o governador venha a representar o Paraná, a partir do ano que vem, no Senado Federal.

Entretanto, a postura política do governador permitiu-lhe apenas a se manifestar sobre o provável mais novo município paranaense. Para que a emancipação se dê na forma da lei a população local terá de aprová-la através de plebiscito, que será realizado em fevereiro. Além de muito aplaudido por assinar a lei emancipacionis-

ta, Alvaro Dias foi alvo de homenagem da comunidade local por ter sido “o primeiro governador a sair de seu gabinete no Palácio Iguazu para concretizar a criação de um município”. O governador respondeu que, em primeiro lugar, estava atendendo ao desejo dos cidadãos locais, o que deverá levar a Fazenda Rio Grande a prosperar “como merece” sua população trabalhadora, que, a partir de agora, passará a contar com os benefícios de infra-estrutura que todos têm direito.

O município de Mandirituba — e por extensão a Fazenda Rio Grande — está integrado ao sistema de transporte urbano da região metropolitana, que permite um deslocamento mais rápido e com mais economia para o usuário, através de medida assinada pelo governador Alvaro Dias, quando era então prefeito de Curitiba, Roberto Requião.

Fazenda Rio Grande

A Região Metropolitana de Curitiba e o litoral paranaenses foram os pontos onde o crescimento populacional explodiu no período de 1991 a 1996. Nos municípios de Fazenda Rio Grande e Piraquara os aumentos registrados foram, respectivamente, de 11,91% e 10,24%. Parte dessa explosão deve muito em função do baixo custo da terra e também por não existir até 1996, uma política mais intensa de urbanização.

O Jardim Morumbi, em Fazenda Rio Grande, exemplifica a situação. Ocupado por migrantes, a maioria vinda do interior, o loteamento foi executado de forma irregular, sem planejamento. Os lotes foram vendidos por uma mesma empresa, que teve licença da administração anterior, mesmo não estando completamente legalizada.

Fonte 14 – Crescimento Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná – Jan/98

1) As primeiras duas fontes (7 e 8), trazem o projeto e a lei de criação do município de Fazenda Rio Grande. Responda: Quais são as justificativas para a criação do município, segundo o projeto?

2) Tanto no projeto quanto na lei se aborda a questão de que a criação do município só será efetivada após um referendo. O que seria um referendo? Consulte.

3) Como visto nas fontes, Fazenda Rio Grande era distrito do município de Mandirituba. Para entender melhor a emancipação fazendense, consulte e compare a diferença entre município e distrito.

4) Na fonte 9, é possível perceber um posicionamento político do jornal, ou do que está retratado? Se sim, qual?

5) Segundo a fonte 10, entre os anos de 1991 e 1996, houve um grande crescimento populacional em Fazenda Rio Grade. Por quais motivos? Consulte os dados do CENSO 2022 e analise o crescimento do município no período atual. Quais seriam os motivos para o crescimento apontado nos dados?

Critérios de avaliação:

- Qualidade das pesquisas realizadas e das respostas produzidas.

Objetivo: Por meio da análise de fonte, contribuir para o desenvolvimento do senso crítico dos estudantes, através da produção de uma circular com os problemas atuais da cidade.

Habilidade BNCC: (EM13CHS601) Relacionar as demandas políticas, sociais e culturais de indígenas e afrodescendentes no Brasil contemporâneo aos processos históricos das Américas e ao contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual.

Encaminhamentos didáticos: aqui nesta atividade não analisaremos um grande jornal, mas sim uma circular independente que foi distribuída no município de Fazenda Rio Grande. Esta era uma prática comum antes da popularização da internet, para atingir mais pessoas e compartilhar um ponto de vista, e também tentar organizar algum tipo de mobilização popular. A ideia é que os estudantes leiam, respondam as questões e produzam um material similar, que pode ser em formato impresso ou digital (blog, site, etc). Os estudantes devem trazer problemas relevantes de sua comunidade ou da cidade, expô-los, compará-los com o passado, trabalhando o senso crítico e os princípios democráticos.

A circular em questão chama-se “Fazenda Verdade”, e foi escrita por um cidadão chamado Célio Borba, do qual não conseguimos mais informações.

Pasta Fazenda Rio Grande



FAZENDA VERDADE

POR CÉLIO BORBA

MARÇO DE 1999

CIRCULAR INFORMATIVO MENSAL - A SERVIÇO DA COMUNIDADE FAZENDA RIO GRANDENSE

- ✓ A obra de construção do prédio sede da APAF está ruindo ao tempo, pois está abandonada cerca de 2 anos. Esta localizada ao lado da Escola Municipal Arnaldo Busato, no bairro Eucaliptos.
- ✓ A favela Vila Aquário, localizada no prolongamento da Rua Rio Palmital Vila Iguaçu, é o reflexo do crescimento desordenado, e de falta de oportunidades de trabalho e de qualidade de vida, existente a 6 anos a miserabilidade impera na região, que convive com enchentes.
- ✓ Se já não bastasse a super lotação dos coletivos que interligam Fazenda a Curitiba, agora os ônibus estão perdendo as rodas em plena Br. Aliás, qual será o critério para se oferecer o tal ISO 9002?
- ✓ Está se formando um grupo de escoteiro em Fazenda. Interessados comparecer no CADI, localizado na vila Marti. Reunidos aos sábados a tarde.
- ✓ É vergonhoso o precário, e moroso atendimento médico em nosso município. No CAIC é preciso madrugar no portão para conseguir consultas, no Hospital a qualidade deixa em muita a desejar.

Fonte 15 - Circular Fazenda Verdade Março de 1999 – Acervo da Biblioteca Pública do Paraná

Transcrição da Circular “Fazenda Verdade”, março de 1999, por Célio Borba:

- A obra da construção do prédio sede de APAE está ruindo a tempo, pois está abandonada há mais de dois anos. Está localizada ao lado da escola Arnaldo Busato no bairro Eucaliptos.

- A favela “Vila Aquário”, localizada no prolongamento da rua Rio Palmital, Vila Iguazu, é o retrato do crescimento desordenado e da falta de trabalho e da falta de qualidade de vida. Existente a seis anos impera a miserabilidade, que convive com as enchentes.

- Se já não bastasse a superlotação dos coletivos que interligam Fazenda a Curitiba, agora os ônibus estão perdendo as rodas em plena BR. Aliás, qual seria o critério para se oferecer ISO 9002?

- Está se formando um grupo de escoteiros em Fazenda. Interessados comparecer no CADI, localizado na Vila Marli. Reuniões aos sábados à tarde.

- É vergonhoso, precário e moroso o atendimento médico em nosso município. No CAIC é preciso madrugar no portão para conseguir consultas, no Hospital a qualidade deixa muito a desejar.

- E a integração interna do transporte coletivo em Fazenda Rio Grande, a duplicação da BR-116, a passarela anexa a ponte do rio descaso da coleta de lixo, e o policiamento extensivo! Cadê? O bicho comeu?

- Cadê a bandeira do Brasil dos mastros públicos (inclusive da prefeitura) eita, falta de patriotismo e espírito cívico, hei.

- Ou seria falta de vergonha na cara! Logo entrará no ar (novamente) uma determinada rádio de baixa frequência, a qual o tempo dirá se é comunitária ou não...

- Povo mudo não muda. Acorda Fazenda. Desperte cidadão. Além do prefeito, você morador, elegeu treze vereadores, que por sinal são bem pagos por você. Cobre serviço!

a) Enumere os problemas da cidade, listados no documento de Março de 1999 e consulte se algum deles persiste hoje.

b) Pesquise através da Hemeroteca digital alguma outra fonte que colabore ou passe uma outra imagem da Fazenda Rio Grande na época.

c) Agora, em equipe, produzam uma circular que indique ao menos três problemas atuais da cidade e os problematizem, trazendo a visão dos estudantes sobre como estes problemas interferem na vida das pessoas naquele

local, e o que poderia ser feito para resolvê-los. Este material pode ser impresso ou em formato digital (site, blog, etc).

Critérios de avaliação:

- Qualidade e criatividade do material produzido, juntamente com a verificação do entendimento da dimensão política da análise dos problemas trazidos.

Atividade 5 – CONSTRUÇÃO DE SÍMBOLOS EM FAZENDA RIO GRANDE

Objetivo: Através do estudo da bandeira do município e seus significados e processos, entender como este símbolo é construído, e sua importância no processo de criação de identidades.

Encaminhamentos didáticos: nesta atividade os estudantes terão acesso às bandeiras de Fazenda Rio Grande, e ao projeto de lei que criou a atual bandeira, assim como duas atas de sessão sobre a votação do projeto. A ideia é que os estudantes tomem conhecimento que as bandeiras e outros símbolos têm a sua construção baseada em características do local, e também no que se espera que se torne o local, numa visão mais idealizada.

Primeiramente os estudantes responderão questões para o conhecimento da bandeira atual e em seguida são convidados a criar uma bandeira para a cidade. Aqui se deve colocar que os estudantes devem criar o símbolo baseado no que acreditam representar melhor o município.



Fonte 16 - Folha de Londrina – junho de 1994



Fonte 17 - Atual Bandeira de Fazenda Rio Grande – Criada em 1999 pela Lei Municipal nº 195
– Disponível em
<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=56&evento=2y>

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 08/99

**Dispõe sobre a forma dos símbolos
Municipais e dá outras providências.**

A CÂMARA DO MUNICIPIO DE FAZENDA RIO GRANDE aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. São símbolos do Município de Fazenda Rio Grande a Bandeira, o Brasão e o Hino Municipal.

Art. 2º. A feitura da Bandeira do Município obedecerá às seguintes regras:

I - para cálculo das dimensões, tomar-se-á por base a largura desejada, dividindo-se esta em 14 (quatorze) partes iguais que serão consideradas módulos;

II - o comprimento será de 20 (vinte) módulos;

III - a Bandeira, na cor azul será cortada por uma faixa branca, que terá 7 (sete) módulos de largura, ondulada e diagonalmente traçada, iniciando-se na parte superior, à esquerda, entre os módulos 1 (um) e 7 (sete) e terminando na parte inferior, à direita, entre os módulos 7 (sete) e 14 (quatorze);

IV - o Brasão de Armas do Município ficará centralizado, na altura, entre os módulos 5,5 (cinco e meio) e 8,5 (oito e meio) e no comprimento entre os módulos 8,5 (oito e meio) e 11,5 (onze e meio).

Parágrafo Único. A confecção da Bandeira em tamanhos maiores, menores ou intermediários obedecerá às proporções definidas neste artigo.

Art. 3º. O Brasão obedecerá às seguintes regras:

I - conterá, na sua parte inferior, uma faixa de cor amarela, representativa de Luz e

008/99 de autoria do Sr. Prefeito Municipal, com a súmula: “Dispõe sobre a forma dos símbolos Municipais e dá outras providências.” Leitura dos pareceres das comissões de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, Educação, Cultura, Saúde e Serviço Social e Obras e Serviços Públicos. Colocado em discussão o projeto o Vereador Francisco Santos discutiu: - Não sei o que aconteceu, mas eu fui comunicado de última hora que a minha comissão daria parecer deste projeto por isso não costo a minha assinatura no parecer, gostaria que se possível quando tiver parecer de competência da minha comissão que me avisassem para que eu possa fazer o estudo junto com os membros da comissão. Não estou aqui dizendo que o projeto é ruim, na minha análise o projeto é bom a bandeira que temos hoje não agrada a ninguém e até mesmo em nossas festividades não é feito uso dela, plebiscito nós não poderíamos fazer, no meu ponto de vista eu gostei da bandeira mas só gostaria de deixar em ata que seria importante uma discussão com a comunidade, o símbolo do Município precisaria de algumas mudanças para ficar mais apropriado, então com certeza poderia ser melhorado algumas coisas, mas o tempo esta curto há pressa na aprovação então novamente nós podemos pecar pela pressa e deixar a perfeição de lado porque o projeto é em regime de urgência. O Vereador Pedro Eloir discutiu: - O Vereador Fala que é para comunica-lo quando houver algo para a sua comissão, eu pedi urgência a este projeto e assim que se peça urgência em plenário automaticamente o projeto passa as comissões que tem o prazo máximo de dez dias para elaborar o parecer, e hoje já fazem 15 dias, nós estamos aqui para aprovar uma bandeira que não houve rejeição alguma até o momento, então eu fico com a maioria e sou favorável a bandeira. Colocado em votação o projeto foi aprovado por unanimidade em primeira votação. Requerimento nº 025/99 de autoria do

Fonte 19 - Trecho da ata de votação do projeto de Lei – 12/05/1999 na câmara municipal de Fazenda Rio Grande (Anexo 1)

Como anexo deste trabalho, o projeto de lei com suas atas está disponibilizado na íntegra.

Tendo acesso às bandeiras do município de Fazenda Rio Grande, e ao projeto de lei 008/99, que criou a atual bandeira, juntamente com a discussão presente nas duas atas de sessões que aprovaram o projeto, responda:

a) Segundo o projeto de lei, o que se definem como símbolos do município de Fazenda Rio Grande?

b) Compare as primeiras bandeiras do município e em seguida busque os significados da bandeira atual para as cores utilizadas.

c) Qual seria o significado do brasão e das engrenagens na bandeira, segundo o projeto de Lei 008/99? Você acredita que estes símbolos representam bem o município? Justifique.

d) Analisando as duas atas, o projeto foi aprovado com facilidade ou houve alguma resistência? Quais indícios você considerou para chegar a esta conclusão?

e) Crie sua própria bandeira do município de Fazenda Rio Grande, dando a ela o simbolismo que deseja. Faça uma legenda explicando os significados das cores, formas, imagens e palavras utilizadas. Considere a função de uma bandeira como símbolo: representar e homenagear aquela localidade.

Critérios de avaliação:

- Qualidade das respostas produzidas.
- Qualidade e criatividade do símbolo produzido, juntamente com as explicações sobre as escolhas do autor.

Nesta atividade, trabalharemos a História local da Fazenda Rio Grande, do bairro e da própria escola. Basicamente funcionará no formato de um seminário, porém com produtos determinados pelo professor.

Habilidades BNCC: (EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais e culturais.

O trabalho é dividido em três partes:

- Pesquisa sobre um dos temas colocados pelo professor;
- Testemunho de História Oral.
- Apresentação da Pesquisa e Depoimento

Fonte Oral: Todos os trabalhos terão que apresentar algum testemunho oral trazido pela equipe. De preferência, podem ser testemunhos dos alunos, porém pode ser de parentes, ou de pessoa mais velha que já more há um tempo na cidade, destacando as mudanças de Fazenda Rio Grande, da escola ou do bairro em que vivem, ou destacando algum lugar que consideram importante no município.

Como sugestão de temas, segue abaixo:

1) História da Fazenda Rio Grande: Tragam um lugar ou indivíduo do nosso município que considerem relevante em sua memória e expliquem o motivo. Anotem quando e por que sua família veio morar em Fazenda Rio Grande e se gostam ou se identificam com o local.

2) História do Bairro: Procurar pesquisar e apresentar como surgiu o bairro e o seu desenvolvimento, juntamente com fatos marcantes da memória dos estudantes ou de moradores mais antigos daquele local.

3) História da Escola: procurar funcionários mais antigos ou pessoas que já passaram pelo colégio para trazerem memórias de sua estadia na instituição. Também podem pesquisar dados e documentos oficiais da escola para enriquecer a pesquisa.

Podem utilizar o modelo de ficha de entrevista logo abaixo, para esta atividade, e anexá-la no trabalho escrito:

A dissertação Fazenda Rio Grande: Sequência Didática para o Ensino de História local (1990-2000) buscou oferecer uma proposta pedagógica para ser utilizada pelos profissionais de ensino e estudantes do município de Fazenda Rio Grande/PR, trazendo também junto ao texto, algumas reflexões sobre História local e seu papel na Educação Básica. Evidentemente foram feitas escolhas de leitura e escrita, que podem ter direcionado o trabalho, porém a bibliografia acadêmica que envolve o município de Fazenda Rio Grande não é densa, e espera-se que mais adiante outros trabalhos venham a somar conhecimento, tanto no campo do Ensino quanto para a historiografia do município.

Temos duas principais motivações para a escrita deste trabalho. Primeiramente a necessidade de não se trabalhar História local apenas no Ensino Fundamental I, haja visto que o conhecimento da localidade pode ser desenvolvido de formas bem mais complexas e sólidas com estudantes de níveis acadêmicos superiores, podendo desenvolver melhor as relações históricas e de identidade entre o local e o indivíduo. Uma segunda motivação é a própria história de Fazenda Rio Grande, que ainda não possui uma base historiográfica mais robusta. Assim, atividades como as propostas na sequência didática podem ajudar não só a desenvolver os conhecimentos dos estudantes, mas também a desenvolver de alguma forma a historiografia do município, principalmente de seus bairros ou áreas menores.

Na primeira parte desta pesquisa foi trabalhada a questão da História local, da memória e da identidade, que são os pilares metodológicos deste trabalho. Já numa segunda parte é trabalhada a questão historiográfica de Fazenda Rio Grande, objeto que trouxe bastante dificuldades à pesquisa, graças ao número limitado de referências e fontes sobre a história desta localidade. E na terceira parte da dissertação é apresentada a sequência didática, contribuição principal deste trabalho, para o Ensino de História.

O recorte escolhido (1990-2000), foi selecionado visando a questão da sequência didática, com atividades que seriam de mais fácil compreensão e maior impacto sobre os alunos. Estes primeiros anos de Fazenda Rio Grande e sua emancipação, contêm materiais e situações interessantes para o desenvolvimento do aprendizado em História local, como a definição do que é a Fazenda Rio Grande e seus símbolos por exemplo. Porém, é claro, ficaram de

fora questões que podem ser trabalhadas em outras produções acadêmicas, como por exemplo a questão indígena na região, com um recorte totalmente diferente do aqui proposto.

É importante destacar, que evidentemente antes de 1990, Fazenda Rio Grande não existia como município, tendo sido distrito de Mandirituba e anteriormente ainda distrito de São José dos Pinhais. Foram pesquisados materiais em arquivos públicos e na hemeroteca digital, sobre a localidade de Fazenda Rio Grande independente da nomeação administrativa que lhe coubesse antes de 1990. Porém mesmo assim, poucos materiais foram encontrados que pudessem acrescentar à historiografia do local. Havia muitas coisas pontuais e com intervalos grandes de tempo entre algumas épocas, o que não produziria um material mais linear e sólido, porém fica sim a possibilidade de se estudar outras épocas ou eventos mais pontuais, talvez numa pesquisa com um direcionamento diferente do aqui apresentado. Todavia, mesmo diante destas limitações, esta pesquisa pode ser utilizada de forma satisfatória como referência bibliográfica sobre a história de Fazenda Rio Grande, permitindo que os conhecimentos aqui desenvolvidos possam ser usados para futuras pesquisas acadêmicas e historiográficas sobre a localidade.

O direcionamento desta pesquisa é voltado para a Educação Básica, então a parte mais historiográfica está a serviço do aprendizado e não foi priorizada aqui, já que a prioridade desse estudo é o ensino. Assim as atividades elaboradas neste trabalho são voltadas a um público-alvo, ao qual também se espera participe do processo de aprendizado com suas experiências e conhecimentos sobre o município, por meio das atividades propostas, visto que num ambiente onde a história acadêmica e oficial não é tão desenvolvida, o trabalho em sala de aula com memória e identidade pode ajudar a compreender o desenvolvimento de determinada localidade.

Por experiência profissional própria, sabemos que despertar uma empatia histórica nos alunos é uma tarefa muito complicada, porém geralmente o trabalho com algum objeto que lhes é mais próximo pode ser recompensador para os indivíduos e trazer mais engajamento para a sala de aula, visto que de certa forma um pedaço da memória das pessoas está sendo trabalhado.

O material desenvolvido foi dividido em atividades sequenciais, baseada numa lógica de aprendizado para aulas de História. Porém, fica a cargo do

professor em sala de aula, definir o que é melhor para o desenvolvimento do seu trabalho com as suas turmas, podendo organizar o material de outra forma, baseado no seu próprio conhecimento, alterar as atividades da maneira que achar melhor para o Ensino de História. A sequência didática aplicada como um todo é de grande auxílio para o ensino de História de Fazenda Rio Grande, porém é claro, o tempo em sala de aula é algo cada vez menor, em função da grande quantidade de conteúdos que o professor deve abarcar no conteúdo programático e preparar os alunos para as avaliações institucionais, assim pode-se destacar algumas das atividades da sequência e trabalhá-las de forma separada em sala de aula.

Vejo que se podem realizar outras pesquisas com relação o município de Fazenda Rio Grande, como por exemplo analisar melhor a sua historiografia, e produzir mais materiais historiográficos sobre a cidade. Também é possível desenvolver trabalhos voltados para a educação, e também analisando com mais ênfase a História da educação em Fazenda Rio Grande.

Como autor deste trabalho, realizei uma grande pesquisa dos temas aqui apresentados, tendo repensado algumas questões e direcionamentos do trabalho. Espero que o material seja de bom proveito para os professores e para os estudantes de Fazenda Rio Grande, contribuindo de alguma forma para o desenvolvimento da história e memória do município.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. **Governo amplia repasses a hospital de Fazenda Rio Grande para aumentar atendimentos**. Curitiba. 2024. Disponível em:< <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governo-amplia-repasses-hospital-de-Fazenda-Rio-Grande-para-aumentar-atendimentos>> Acesso em 12 de novembro de 2024.

ALVES, Alessandro C. “O processo de criação de municípios na Paraná: as instituições e a relação entre executivo e legislativo pós 1988”. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.111, p.47-71, jul./dez. 2006

APP-SINDICATO. **Para salvar “Pensamento Computacional”, SEED sacrifica aulas de Ciências, Geografia, História e Matemática**. Publicado em 09 de jan. 2024. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/para-salvar-pensamento-computacional-seed-sacrifica-aulas-de-ciencias-geografia-historia-e-matematica/>. Acesso em: 07 de ago de 2024

BARROS, José da A. História local e História Regional – a Historiografia do Pequeno Espaço. **Revista Tamoios**, São Gonçalo (RJ), v. 18, n. 2, jul-dez. 2022. p. 22-53.

BARBOSA , Adelas J. e ZONTA, Emilene C. **Fazenda Rio Grande – 300 Anos**. Curitiba: Lastro, 2000.

BAROM, Wilian Carlos Cipriani. Os principais conceitos da teoria da história de Jörn Rüsen: uma proposta didática de síntese. **Revista de História**. v.10, 2017, p.65 – 95. Disponível em: < <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/5780/4272>>. Acesso em 8 de agosto de 2024.

BARCA, Isabel. “Aula-oficina: do projeto à avaliação”. In: **Para uma educação de qualidade. Atas da quarta jornada de Educação Histórica**. Braga, Centro de Investigação em Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p.131-144.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora Ltda. 2005.

BECKER, Geraldo; RIBAS, Cristina E. T.; URBAN, Ana C. História local : possíveis diálogos entre teoria e prática. In: GONÇALVES, Nadia G. URBAN, Ana C. (orgs). **Ensino de História: Contribuições a partir da História local**. Curitiba Appris Editora. 2023. p.43-58.

BRANDT, Cristina T. A criação de municípios após 1988: o impacto sobre a repartição do FPM e a emenda constitucional nº15, de 1996. **Revista de Informação legislativa**. Brasília. 2010. v.47. Setembro de 2010. p. 59-75.

Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/198693>> Acesso em 5 de setembro de 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação Brasília. 2018. Brasília. 3ª edição Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em 03/02/2024

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: História**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em: 06 de fev. 2024.

CAIMI, F. E. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar. **Anos 90**, 15(28), p.129–150. Porto Alegre. 2009. Disponível em <https://doi.org/10.22456/1983-201X.7963>. Acesso em 07 de ago. 2024.

CAINELLI, Marlene Rosa; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

CAMPOS, Antônio C.; PRANDO, Tobias, F.; VIDIGAL, Vinícius Vidigal. Exportações e Crescimento: o caso do Paraná no período de 1990 a 2005. In: **Informe Gepec** – V.12, nº 1.jan/jun 2008. P. 1-15.

CANHA, Vanderleia. **Educação patrimonial e História local** : problematizando histórias na Estrada da Graciosa na Província do Paraná (1853-1889). 2023. 1 recurso online Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. Defesa : Curitiba, 01/03/2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/87986>. Acesso em: 30 jan. 2025.

CASTEX, Lilian C; MELO, Giselia dos S. Ensino de História e História local : Reflexões para os anos iniciais do Ensino Fundamental. In: GONÇALVES, Nadia G. URBAN, Ana C. (orgs). **Ensino de História: Contribuições a partir da História local**. Curitiba. Appris Editora. 2023.

CAVALCANTI, Erinaldo. História e História local: desafios, limites e possibilidades. **Revista História Hoje**. V.7, nº13. São Paulo. 2018. p.272-292. Disponível em <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/393>> Acesso em 06 de Abril de 2024.

CERRI, L. F.; COSTA, M. P. O banho, a água, a bacia e a criança: história e historiadores na defenestração da primeira versão da Base Nacional Curricular Comum de História para o Ensino Fundamental. **Educar em Revista**. Curitiba, v. 37, e77155, 2021.

CIAMPA, A. C. A. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DEDA, Rodrigo. Anibal Khury criou 88 cidades do Estado. **Gazeta do povo**. 02 de nov. de 2007. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/anibal-khury-criou-88-cidades-do-estado-pie09fa9ds4bnpmx51806c7i/>> Acesso em 17 jun. 2024.

FAZENDA RIO GRANDE. **Conheça a História da Fazenda Rio Grande**. Cartilha Virtual. 2024. Disponível em:< <https://heyzine.com/flip-book/6fac42b594.html#page/2>. Acesso em 29 de novembro de 2024.

FERREIRA, João C. V. **O Paraná e seus municípios**. Maringá/PR. Editora Memória Brasileira. 1996.

FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Maria M. D. **Sequências Didáticas para o Ensino de História**. Belo Horizonte. Editora Cabana. 2022.

GALINDO, Rogério. “Vinte anos sem o buraco-negro da política paranaense”. **Plural Curitiba**. 28 de jan. de 2019. Disponível em:< <https://www.plural.jor.br/colunas/caixa-zero/vinte-anos-sem-o-buraco-negro-da-politica-paranaense/>>. Acesso em 14 de out. de 2024.

BREMBATTI, Katia. “Crescimento e Desafios em Fazenda Rio Grande”. **Gazeta do Povo**. Curitiba. 21 de agosto de 2007. Disponível em < <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/crescimento-e-desafios-em-fazenda-rio-grande-alxz04baxxbz64i2horhhf03y/>>. Acesso em 03 de dezembro de 2024.

FAZENDA RIO GRANDE. **Histórico**. Disponível em: <<https://www.fazendariogrande.pr.gov.br/secretarias/cultura/historia-e-memoria/acervo-historico>> Acesso em 22 de fev. de 2024.

GERMINARI, G. História da cidade, consciência histórica e jovens escolarizados: o caso de Curitiba. **Antíteses**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 363–382, 2011. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/5185>. Acesso em: 22 abr. 2024.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª Edição. Editora DP&A. Rio de Janeiro. 2006.

HOBBSAWN, Eric. A história de baixo para cima. In: _____. **Sobre História**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.216-231.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades: Fazenda Rio Grande**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/fazenda-rio-grande/panorama>> Acesso em 17 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010: Amostra de Religião**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/fazenda-rio-grande/pesquisa/23/22107>. Acesso em 3 de dez. de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022: Fazenda Rio Grande.** Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>> Acesso em 17 de jun. 2024.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno Estatístico Fazenda Rio Grande 2024.** Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83820>> . Acesso em 17 de jun. de 2024.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Censos Demográficos.** Disponível em: <<https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Censos-Demograficos>>. Acesso em 29 de novembro de 2024.

JORNAL ULTIMA HORA **Paraná vai ter mais 59 municípios: custará quase 30 milhões a divisão.** 30 de maio de 1960. Disponível em : <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830348&pesq=Mandirituba&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=5412>> Acesso em 2 de dezembro de 2024

JURACHEK, Fabio. **A construção das fronteiras meridionais do Brasil:** uma oficina didática para ensino de história. 2022. 1 recurso online Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. Defesa : Curitiba, 30/08/2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/81249>. Acesso em: 30 jan. 2025.

LEE, Peter. Literacia histórica e História transformativa. **Educar em Revista**, n.60, p.107-146. Curitiba. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.45979>> Acesso em 17 jul. 2023.

LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. **Educar em Revista**, nº especial Curitiba, p. 131-150, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.403>> Acesso em 17 jul. 2023.

LIMA, Wanderson M. Reflexões sobre Memória e Identidade, Consciência e Narrativa Histórica. **Revista Eletrônica Discente do Curso de História – UFAM**, volume 5, ano 2, p.393-414. 2021.

MACEDO, Helder A. M. De como se constrói uma História local : aspectos da produção e da utilização no ensino de História. In: ALVEAL, Carmem M. O; FAGUNDES, Evangelista F; ROCHA, Raimundo N. A. (org). **Reflexões sobre História local e produção de material didático.** Natal: Editora EDUFRN, 2017, p.57-81.

MACÊDO, Muirakytan K. Educação pela cidade: aprendendo com o patrimônio e a memória urbana. In: ALVEAL, Carmem M. O; FAGUNDES, Evangelista F; ROCHA, Raimundo N. A. (org). **Reflexões sobre História local e produção de material didático.** Natal: Editora EDUFRN. 2017. p.82-106.

MACEDO, Rafael G. **Curitiba: Luz dos Pinhais**. 2ª Edição. Curitiba. Solar do Rosário. 2018.

MAGALHÃES, João C. Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil. In: CARVALHO, Alexandre X. Y; ALBURQUERQUE, Carlos W; MOTA, José A; PIANCASTELLI, Marcelo (orgs.). **Dinâmica dos municípios**. Brasília: Editora IPEA, 2007, p.1-52.

MOCELLIN, Renato. **História Concisa do Paraná**. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

MANTAGUTE, Elisangela I. I. **Educar a infância**: estudo sobre as primeiras creches públicas da rede municipal de educação de Curitiba (1977-1986). 2009. 134 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Defesa: Curitiba, 26/08/2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/20261>. Acesso em: 30 jan. 2025.

MARTINS, Estevão de R. Consciência Histórica. In: FERREIRA, Marieta Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário do Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, p.95-98.

NADAI, Elza. Ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. São Paulo. **Revista Brasileira de História**, v. 13, n. 25/6, p. 143-62, 1999. Acesso em: 25 jan. 2024.

NADALIN, Sérgio O. **Paraná**: ocupação do território, populações e migrações. Curitiba. Sociedade de Amigos do Museu Paranaense. 2017. Disponível em: <https://www.museuparanaense.pr.gov.br/sites/mupa/arquivos_restritos/files/documento/2020-09/ebook_parana_ocupacao_do_territorio.pdf>. Acesso em 30 de jan. de 2025.

NASCIMENTO, Glaucia P; COSTA, Lucas S. Enegrecimento da Fazenda Rio Grande: Uma análise dos Censos de 2000-2022. **Brasil de Fato**. 04 de jun. de 2024. Disponível em: <<https://www.brasildefatopr.com.br/2024/06/04/observatorio-das-metropoles-enegrecimento-da-fazenda-rio-grande-uma-analise-dos-censos-de-2000-2022>>. Acesso em 27 de dezembro de 2024.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo. 10ª Edição, p.7-18. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em 30 de jan. de 2025.

OLIVEIRA, Dennison. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Curitiba. Coleção História do Paraná. Editora UFPR, 2001.

OLIVEIRA, Maria M. **Sequência Didática Interativa na Formação de Professores**. Petrópolis/RJ. Editora Vozes. 2013.

OLIVEIRA, Dennison. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba. Editora UFPR. 2002

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica - História**, 2008. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_hist.pdf>. Acesso em 11 de set. de 2023.

PARANÁ. População Paranaense cresceu em cidades-pólo do interior e RMC, veja o raio-x do crescimento. **Agência Estadual de Notícias**. 30/08/2024. Disponível em:< <https://encurtador.com.br/lnYTY>>. Acessado em 23 de jan de 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular do Paraná**. 2022. Disponível em:< <http://www.referencialcurricularoparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=82>. Acessado em 16 de out. 2024.

Quatro anos de Mandirituba. **Jornal do Estado do Paraná**. Curitiba. 22 de julho de 1984. Disponível no Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

REBULI, Ivan R. A fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres (Ilha do Mel/PR): Questões e possibilidades para o ensino de História do Paraná. In: GONÇALVES, Nadia G. URBAN, Ana C. (orgs). **Ensino de História: Contribuições a partir da História local**. Appris Editora. Curitiba. 2023. p.59-72.

PAIS, José Machado. **A consciência histórica e identidade: os jovens portugueses num contexto europeu**. Oeiras, Portugal. 1999.

PATARRA, Neide L. Dinâmica Populacional e Urbanização no Brasil. In: FAUSTO, BORIS (org.) **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro. Volume 11. ed. Bertrand. 2007.

PRIORI, Mary D; VENANCIO, Renato. **Uma Breve História do Brasil**. São Paulo. Editora Planeta. 2010.

RIBEIRO, Corina Alessandra Bezerra Carril. **O conjunto habitacional como solução parcial para relocação de moradias para população de baixa renda: estudo de caso no Município de Fazenda Rio Grande - Região Metropolitana de Curitiba**. 2014. 150 p. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Defesa: Curitiba, 26/02/2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/35404>. Acesso em: 30 jan. 2025.

RUSEN, Jorn. Aprendizado Histórico. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **Jorn Rügen e o ensino de História**. Curitiba; Editora UFPR, 2011, p. 41-49.

RUSEN, Jorn. **Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã**. Petrópolis; Editora Vozes, 2014.

RÜSEN, Jörn. **História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: UnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. 1ª reimpressão. Brasília: Editora UNB, 2010.

SANTOS, Joaquim J. M. dos.: História do lugar: um método de ensino e pesquisa para as escolas de nível médio e fundamental. **História, Ciências, Saúde**. vol. 9, p. 105-24. Manguinhos, Rio de Janeiro. jan.-abr. 2002.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 2ª edição. São Paulo. Hucitec, 1991.

SCHMIDT, Maria A. M. S; GARCIA, Tânia M. F.B. A formação de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 67, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/240766509_A_formacao_da_conscien_cia_historica_de_alunos_e_professores_e_o_cotidiano_em_aulas_de_historia> p. 297-308>. Acesso em 9 de out. 2023.

SCHMIDT, Maria A. M. A filosofia da História e a pesquisa em educação histórica. In: BRITO, Glaucia da Silva. **Cultura, Escola e Processos Formativos em Educação: Percursos Metodológicos e Significativos**. São Paulo. Editora BG Business Graphics Editora. 2020. p. 43-58.

SCZIO, Rossano R. **De quem é esse Currículo? Hegemonia e Contra hegemonia no Ensino de História na Base Nacional Comum Curricular**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2020.

SILVA, M. R. Políticas de currículo, ensino médio e BNCC. Um cenário de disputas. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 367-379, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

SILVA, Márcia A. **História local : possibilidades e uso da fotografia como fonte histórica**. Programa de Desenvolvimento Educacional. Secretaria de Educação e Esporte do Paraná. Curitiba. 2016.

SILVA, Madianita Nunes da. **A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba**. 2012. 258f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Defesa: Curitiba, 25/05/2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/28377>. Acesso em: 30 jan. 2025.

SOUZA, Adalberto D. Emancipações Distritais e Criação de Municípios no Brasil após a Constituição Federal de 1988. **Revista GEOMAE**. Campo Mourão, v.6 n.1, 21 de Abril de 2015, p. 50-72.

SUKOW, Nikita M. “Um balanço teórico da História local : Historiografia e Ensino de História”. In: GONÇALVES, Nadia G. URBAN, Ana C. (orgs) **Ensino de História: Contribuições a partir da História local**. 2022. Appris Editora. Curitiba. p. 27-42.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. **Revista Antítese**, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, pp. 743-758. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>

URBAN, Ana Cláudia; SUKOW, Nikita Mary. Didática da História e História local : uma contribuição para o debate na educação histórica. In: BRITO, Glaucia da Silva. **Cultura, Escola e Processos Formativos em Educação: Percursos Metodológicos e Significativos**. São Paulo: BG Business Graphics Editora, 2020, p. 43-58.

ANEXOS

ANEXO 1 – Projeto de Lei nº 008/99 da Câmara do Município de Fazenda Rio Grande, sobre os símbolos municipais.

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 012 /99

PROJETO DE LEI Nº 008 /99

ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ENCAMINHE-SE ÀS COMISSÕES ABAIXO ASSINALADAS:

- 1. Comissão de Justiça e Redação
 - 2. Comissão de Finanças e Orçamento
 - 3. Comissão de Educ, Cult, Saúde e Serv. Social
 - 4. Comissão de Obras e Serviços Públicos
- Em, 26 / 04 /99

PRESIDENTE

<p>COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO Distribuído ao Relator, Vereador <u>Luiz Sidalci</u> para relatar. Em, 26 / 04 /99</p> <p>_____ Presidente da Comissão</p>	<p>COMISSÃO DE EDUC, SAÚDE e B. ESTAR SOCIAL Distribuído ao Relator, Vereador <u>Pedro Tolói</u> para relatar. Em, 26 / 04 /99</p> <p>_____ Presidente da Comissão</p>
<p>Apreciado o relatório, em 11 / 05 /99 PARECER Nº 21 /99</p> <p>_____ PRESIDENTE DA COMISSÃO</p>	<p>Apreciado o relatório, em 12 / 05 /99 PARECER Nº 24 /99</p> <p>_____ PRESIDENTE DA COMISSÃO</p>
<p>COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO Distribuído ao Relator, Vereador <u>Mário Fernandes</u> para relatar. Em, 26 / 04 /99</p> <p>_____ Presidente da Comissão</p>	<p>COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Distribuído ao Relator, Vereador <u>Francisco Porto</u> para relatar. Em, 26 / 04 /99</p> <p>_____ Presidente da Comissão</p>
<p>Apreciado o relatório, em 11 / 05 /99. PARECER Nº 22 /99</p> <p>_____ PRESIDENTE DA COMISSÃO</p>	<p>Apreciado o relatório, em 12 / 05 /99 PARECER Nº 23 /99</p> <p>_____ PRESIDENTE DA COMISSÃO</p>

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
Estado do Paraná

Mensagem nº 01/99

Senhor Presidente
Senhores Vereadores

Encaminho à ilustrada apreciação desse Legislativo o projeto de lei que dispõe sobre a forma dos Símbolos Municipais e dá outras providências.

O projeto questionado, elaborado após pesquisa heráldica, definiu a forma da Bandeira e do Brasão municipais, caracterizando o Município a partir de seus elementos representativos, tomando como fonte a nascente do Rio Iguaçu, que aqui se localiza. Assim, esse curso hídrico acha-se representado na Bandeira, através da faixa branca que corta a mesma, transversalmente e, ainda, no Brasão, com idêntica representação.

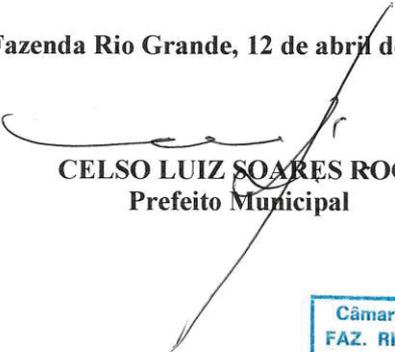
Os elementos constitutivos do Brasão procuraram representar as principais características regionais do Município, através de sua figuração e suas cores constitutivas.

A pesquisa heráldica, genealogia, histórico municipal e memorial descrito que acompanham o projeto, indicam a forma pela qual o trabalho de elaboração do projeto foi executado e os anexos que o complementam facilitam a representação da Bandeira e do Brasão e a sua elaboração.

O projeto de lei em questão trata, ainda do hasteamento da Bandeira, isolada ou em conjunto com a Bandeira Nacional e Estadual.

Estas as razões do projeto, cujo referendo dotará o Município de símbolos que, efetivamente, o definirão representativamente.

Fazenda Rio Grande, 12 de abril de 1999.


CELSO LUIZ SOARES ROCHA
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de FAZ. RIO GRANDE - PR
23 ABR 1999
Protocolo nº 072
Ass. Responsável

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 08/99

**Dispõe sobre a forma dos símbolos
Municipais e dá outras providências.**

A CÂMARA DO MUNICIPIO DE FAZENDA RIO GRANDE aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. São símbolos do Município de Fazenda Rio Grande a Bandeira, o Brasão e o Hino Municipal.

Art. 2º. A feitura da Bandeira do Município obedecerá às seguintes regras:

I - para cálculo das dimensões, tomar-se-á por base a largura desejada, dividindo-se esta em 14 (quatorze) partes iguais que serão consideradas módulos;

II - o comprimento será de 20 (vinte) módulos;

III - a Bandeira, na cor azul será cortada por uma faixa branca, que terá 7 (sete) módulos de largura, ondulada e diagonalmente traçada, iniciando-se na parte superior, à esquerda, entre os módulos 1 (um) e 7 (sete) e terminando na parte inferior, à direita, entre os módulos 7 (sete) e 14 (quatorze);

IV - o Brasão de Armas do Município ficará centralizado, na altura, entre os módulos 5,5 (cinco e meio) e 8,5 (oito e meio) e no comprimento entre os módulos 8,5 (oito e meio) e 11,5 (onze e meio).

Parágrafo Único. A confecção da Bandeira em tamanhos maiores, menores ou intermediários obedecerá às proporções definidas neste artigo.

Art. 3º. O Brasão obedecerá às seguintes regras:

I - conterá, na sua parte inferior, uma faixa de cor amarela, representativa de Luz e Sabedoria, com a inscrição, em cor preta, da data 26.01 à esquerda e 1990 à direita, entremeadas da inscrição FAZENDA RIO GRANDE, representando a data de criação do Município;

II - será encimado por uma coroa mural cor de prata, de oito torres, das quais apenas cinco são visíveis em perspectiva e classifica a cidade representada em sua segunda grandeza, como sede de comarca;

III - dispostas na parte interna direita haverá 3 (três) engrenagens em metal argente (prata) simbolizando paz, amizade e trabalho, representando a mão-de-obra na indústria, através da conotação de que uma força pequena pode mover uma maior que, por sua vez, move outra maior ainda;

IV - no abismo, está representado o Cruzeiro do Sul, em cor ouro, simbolizando a união de um povo e sua força;

V - os pinheiros estilizados de sinopla (verde), emoldurando o Brasão, lembram a característica de toda a região sul brasileira e o portal de uma fazenda, simbolizando a proteção do Município;

VI - o rio, em cor azul, transversal, representando a nascente do Rio Iguaçu no Município, simboliza Justiça, Caridade e Lealdade.

Parágrafo Único. O Brasão do Município poderá ter sua representação reduzida a 35, 25 ou 15 milímetros de altura.

Art. 4º. A cor azul da Bandeira representa a Justiça e a Lealdade e a faixa branca caracteriza a fluidez de um rio em movimento, simbolizando a dinâmica de uma cidade.

Art. 5º. A Bandeira do Município e o Brasão obedecerão a descrição, formato e cores contidos nos anexos 1 (um) a 5 (cinco), partes integrantes desta lei.

Art. 6º. A Bandeira do Município será hasteada, obrigatoriamente, nos dias de festa ou de luto municipal, em todas as repartições públicas, nos estabelecimentos de ensino e sindicatos.

Parágrafo Único. Nas escolas públicas ou particulares do Município é obrigatório o hasteamento solene da Bandeira Municipal, durante o ano letivo, pelo menos uma vez por semana.

Art. 7º. A Bandeira Municipal pode ser hasteada e arriada a qualquer hora do dia ou da noite.

§ 1º. Normalmente faz-se o hasteamento às 8 horas e o arriamento às 18 horas.

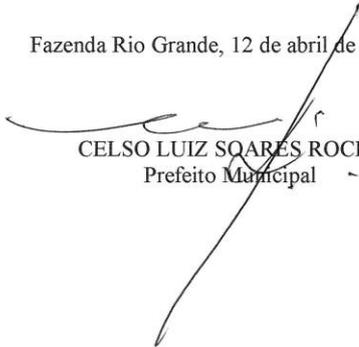
§ 2º. No dia 26 de janeiro, Dia do Município, o hasteamento será realizado com solenidades especiais.

Art. 8º. Quando várias bandeiras forem hasteadas ou arriadas simultaneamente, a Bandeira Municipal atingirá o tope após a Bandeira Nacional e a Bandeira Estadual e será a primeira a dele descer.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Fica revogada a Lei nº 079 de 08 de agosto de 1995 e demais disposições em contrário.

Fazenda Rio Grande, 12 de abril de 1999.

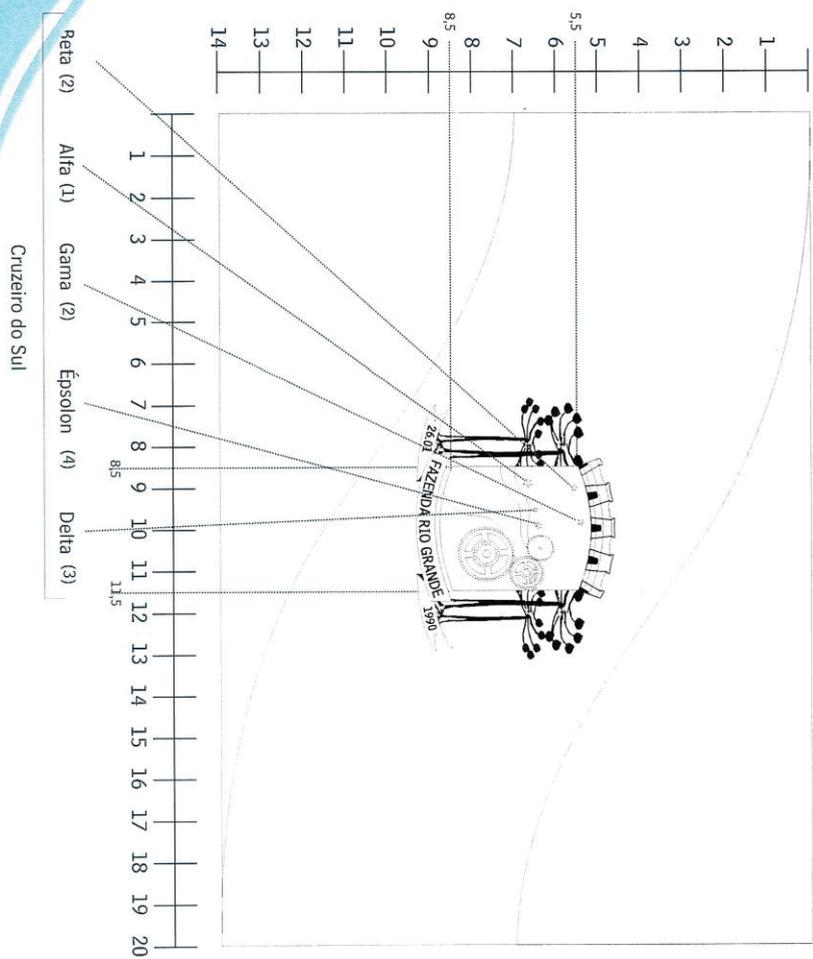

CELSO LUIZ SOARES ROCHA
Prefeito Municipal

ANEXO 1

A BANDEIRA

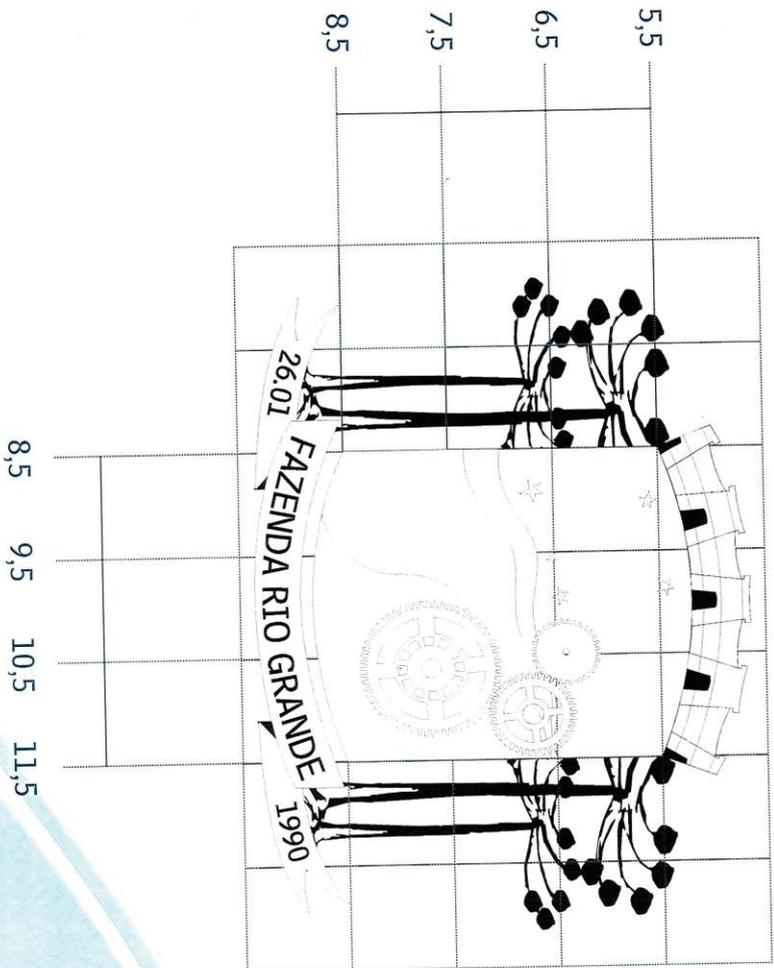


07



ANEXO 3

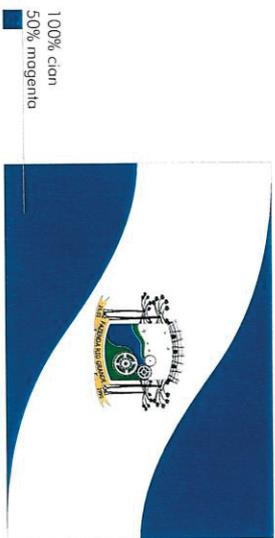
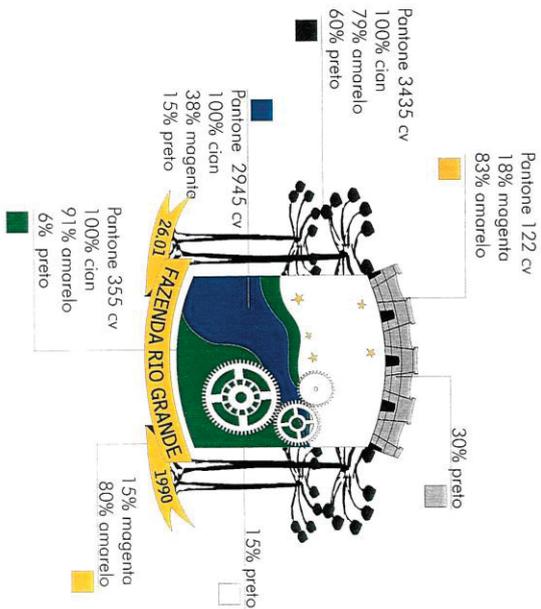
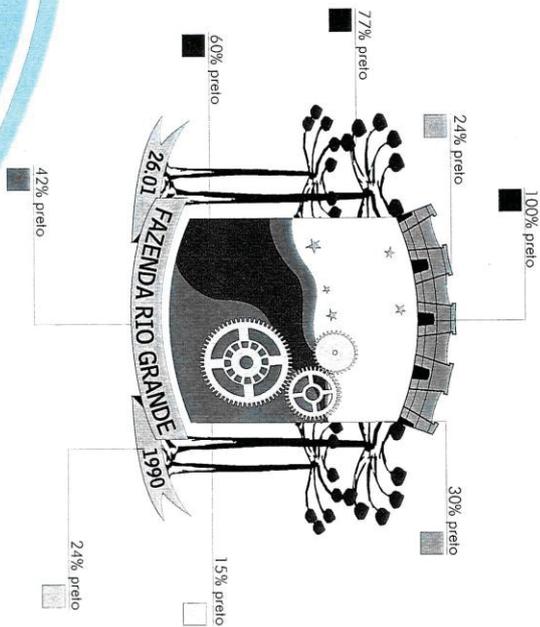
MALHA DE CONSTRUÇÃO DO BRASÃO



09

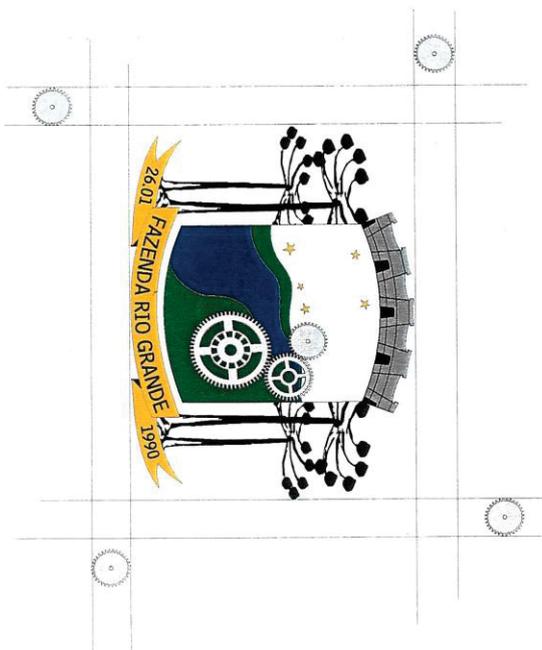
BRANCO, PRETO E CORES

ANEXO 4



ANEXO 5

TIPOLOGIA,
ÁREA DE PROTEÇÃO
E REDUÇÕES

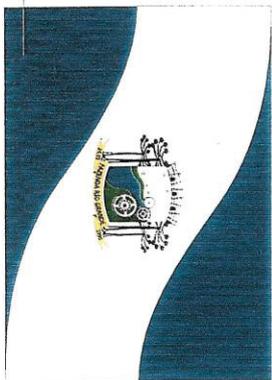
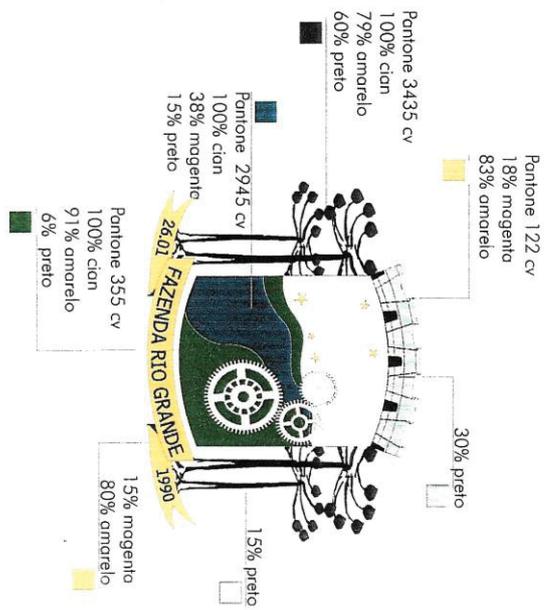
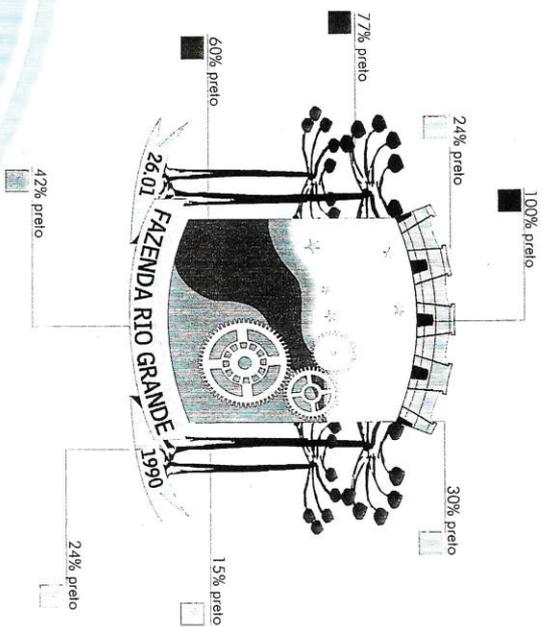


BELLCENT SUBCAP BT



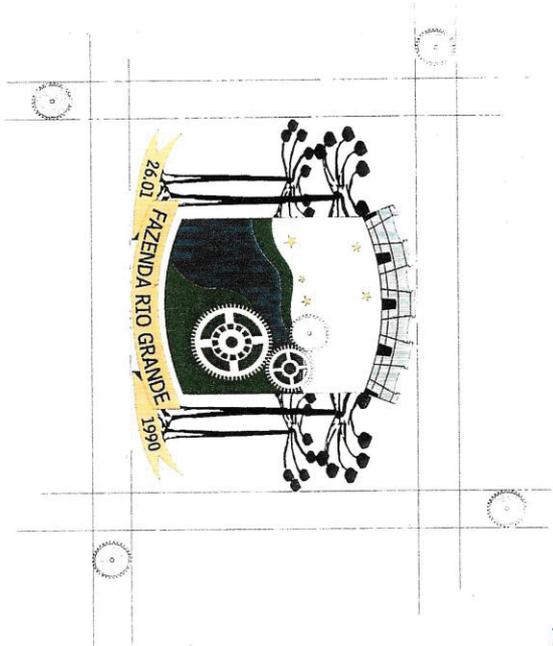
BRANCO, PRETO E CORES

ANEXO 4



ANEXO 5

TIPOLOGIA,
ÁREA DE PROTEÇÃO
E REDUÇÕES



25MM

REDUÇÃO MÁXIMA PERMITIDA



35MM



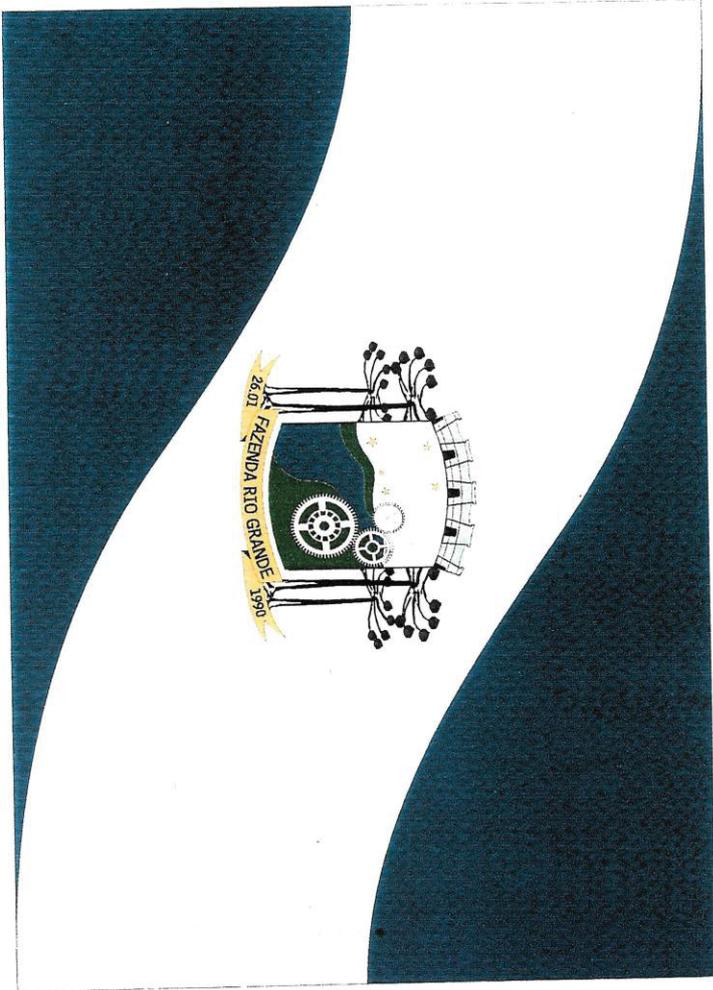
35MM

26.01 FAZENDA RIO GRANDE 1990

BELLCENT SUBCAP BT

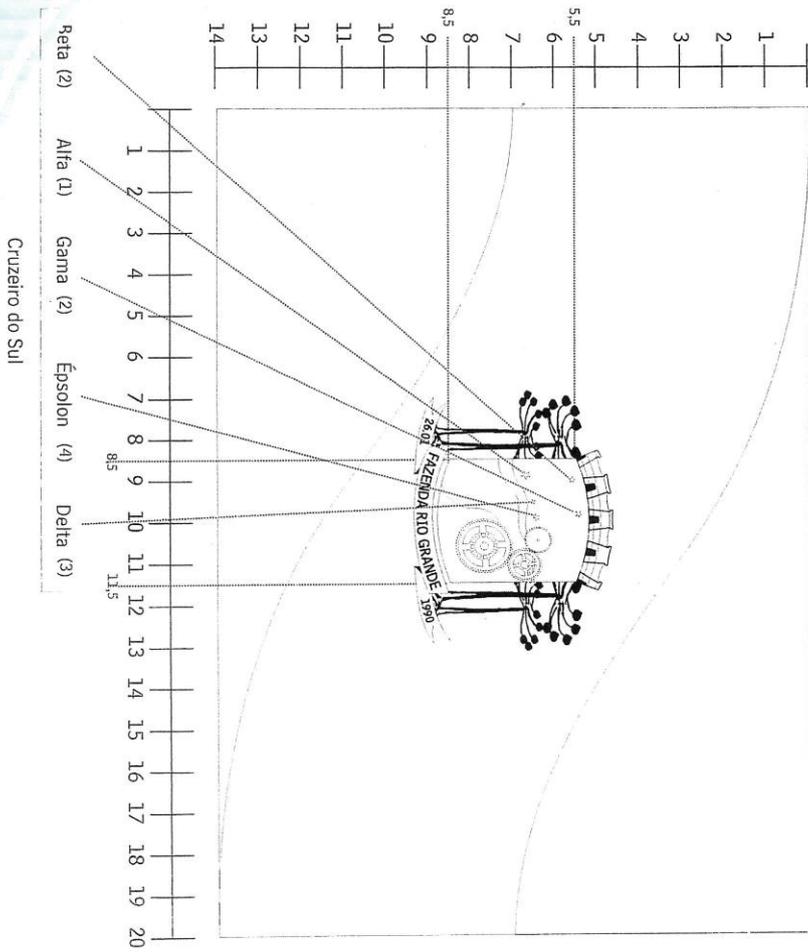
ANEXO I

A BANDEIRA



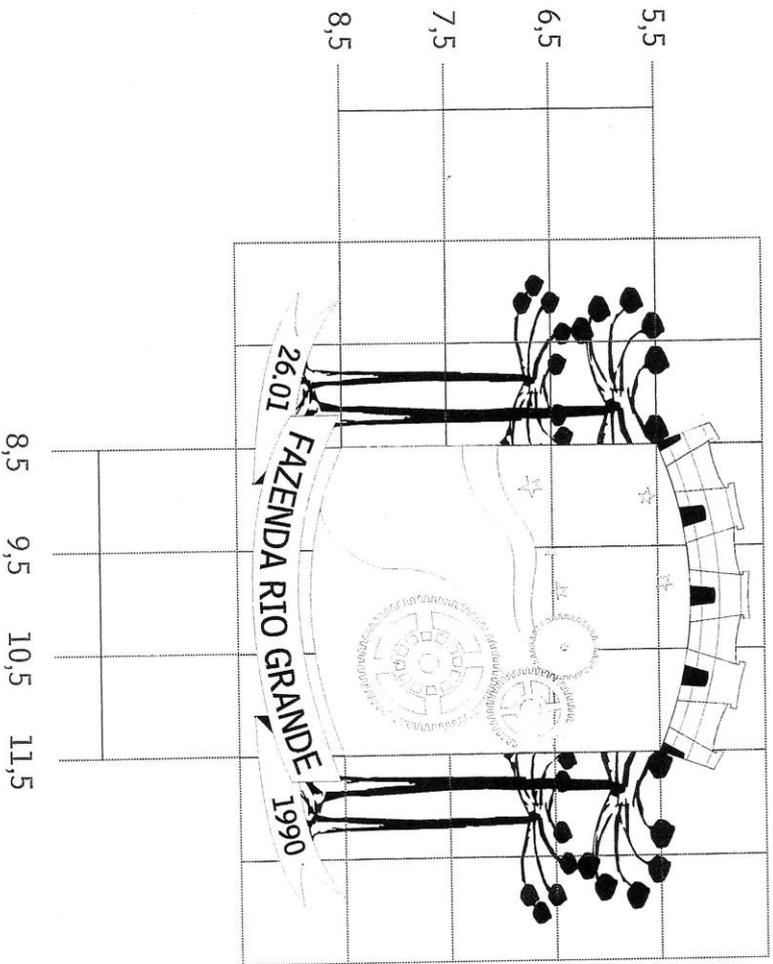
DESENHO MODULAR

ANEXO 2

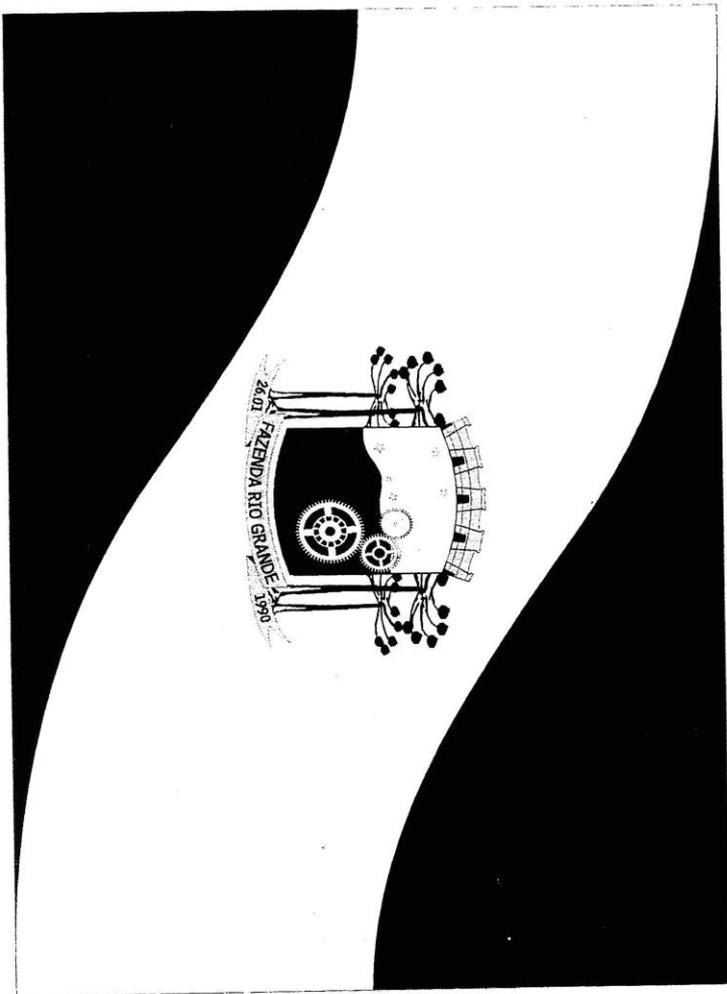


ANEXO 3

MALHA DE CONSTRUÇÃO DO BRASÃO



- 2



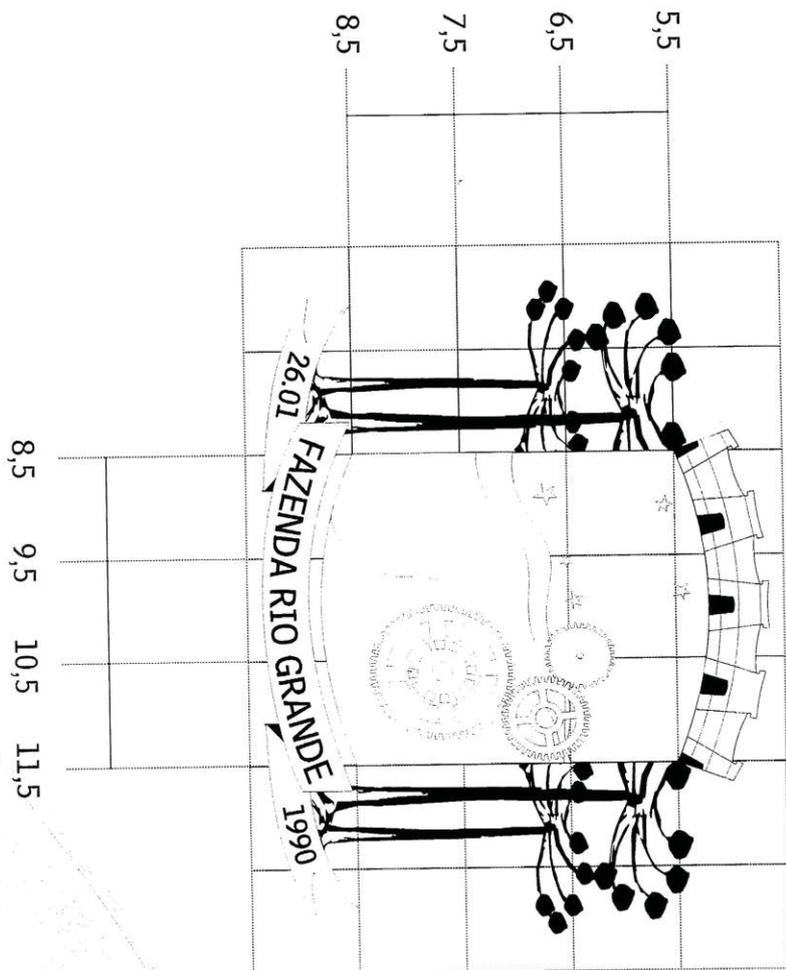
ANEXO I

A BANDEIRA

07

ANEXO 3

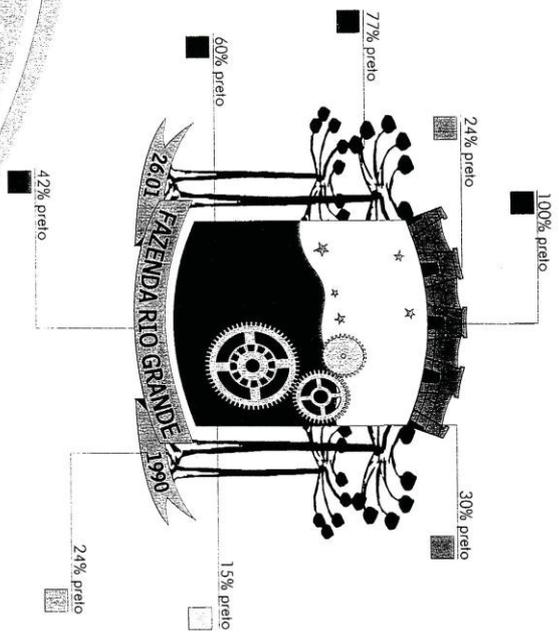
MALHA DE CONSTRUÇÃO DO BRASÃO



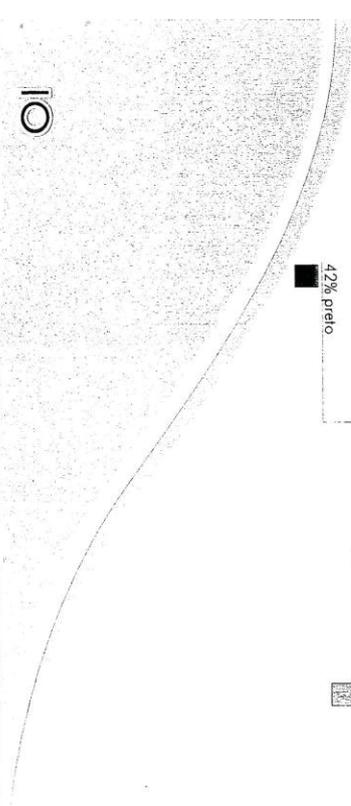
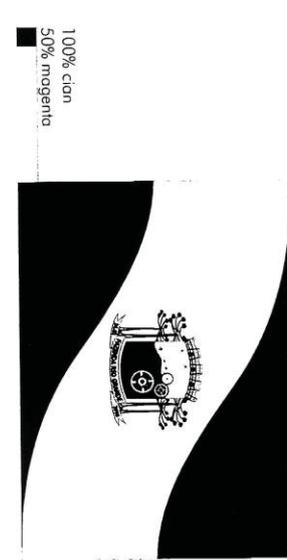
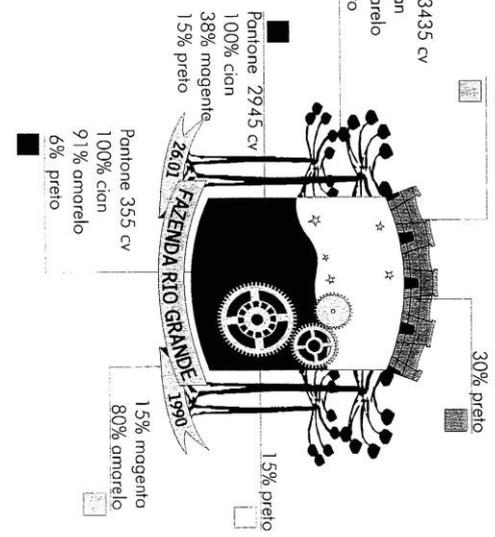
09

BRANCO, PRETO E CORES

ANEXO 4



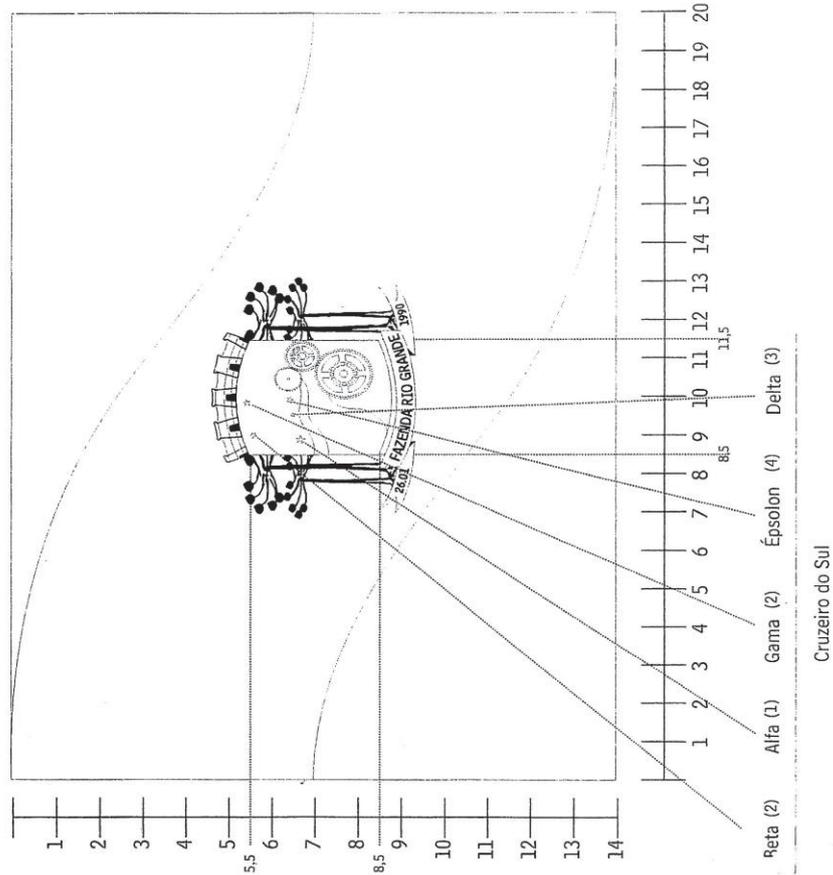
- Pantone 3435 cv
100% cian
79% amarelo
60% preto
- Pantone 122 cv
18% magenta
83% amarelo



IO

DESENHO
MODULAR

ANEXO 2



8

Projeto de Lei disponível no acervo da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande.

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE

SALA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 012/99

PROJETO DE LEI Nº 008/99

INICIATIVA: Executivo Municipal

PARECER Nº 021/ 99.

Súmula: “Dispõe sobre a forma dos símbolos Municipais e dá outras providências.”

Em exame ao projeto de autoria do Sr. Prefeito Municipal, no que diz respeito a esta Comissão, quanto ao mérito, com as informações contidas no projeto, e quanto à legalidade do processo, pode o projeto ter sua tramitação regimental, nada existindo que impeça a sua aprovação.

Assim formalmente, consideramos que a proposta está em condições de ser apreciada, discutida e votada em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, 11 de maio de 1999.


Joel de Quêroz
Presidente

José Sidirlei Claudino
Relator


Antonio Acioli Baldan
Membro

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE

SALA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE Obras e Serviços Públicos

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 012/99

PROJETO DE LEI Nº 008/99

INICIATIVA: Sr. Prefeito Municipal

PARECER Nº 023/99.

Súmula: "Dispõe sobre a forma dos símbolos Municipais e dá outras providências."

No que diz respeito a esta Comissão, quanto as informações contidas no processo pode o projeto ter sua tramitação regimental, nada existindo que impeça sua aprovação.

Assim formalmente consideramos que o projeto este em condições de ser apreciado, discutido e votado em Plenário

É o parecer

Salã das Comissões, 12 de maio de 1999.


Valdir Miranda
Presidente

Francisco Luis dos Santos
Relator


Amilton José da Silva
Membro

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE

SALA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E SERVIÇO SOCIAL.

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 012/99

PROJETO DE LEI Nº 008/99

INICIATIVA: Sr. Prefeito Municipal

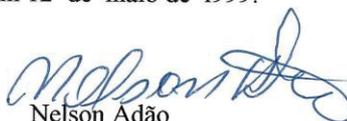
PARECER Nº 024/99.

Súmula: “Dispõe sobre a forma dos símbolos Municipais e dá outras providências .”

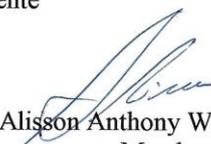
A Comissão de Educação, Cultura, Saúde e serviço Social, após analisar o Projeto de Lei nº 008/99, opina favoravelmente pela sua tramitação regimental em Plenário.

É o parecer

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1999.


Nelson Adão
Presidente


Pedro Eloir dos Santos
Relator


Alisson Anthony Wandscheer
Membro

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE

SALA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 012/99

PROJETO DE LEI Nº 008/99

INICIATIVA: Sr. Prefeito Municipal

PARECER Nº 022/ 99.

Súmula: "Dispõe sobre a forma dos símbolos Municipais e dá outras providências."

Em exame o projeto de autoria do Sr. Prefeito Municipal, no que diz respeito a esta Comissão, quanto as informações contidas no processo pode o projeto ter sua tramitação regimental, nada existindo que impeça sua aprovação.

Assim, formalmente, consideramos que a proposta está em condições de ser apreciada, discutida e votada em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, 11 de maio de 1999.


Edmar Alcides Dal Forno
Presidente


Maria Aparecida Fernandes
Relator


Pedro Quirino Leal Junior
Membro

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE

Processo N° 012 / 199 9 Projeto de Lei nº 008 /199 9

Iniciativa: Sr. Prefeito Municipal

Ementa: " Dispõe sobre a forma dos símbolos Municipais e e dá outras providências."

Leitura do Dia em, 28 / 04 / 1999

Discussão / Votação	
1° Turno:	12 / 05 / 1999 <i>Aprovado</i>
2° Turno:	19 / 05 / 1999 <i>Aprovado</i>
3° Turno:	/ / 1999
Redação Final :	19 / 05 / 1999

Encaminhado para sanção em: / / 1999

Data da Autuação	Sanção	* Promulgação
Em: ___ / ___ / 1999	Em: ___ / ___ / 1999	Em: ___ / ___ / 1999
Ass. _____	Ass. _____	Ass. _____

Ocorrências	
Retirado Data: ___ / ___ / 1999	Arquivado
	Data: ___ / ___ / 1999

Publicações / Edital	Veto
Data: ___ / ___ / 1999	Integral <input type="checkbox"/> Parcial <input type="checkbox"/>
Parecer das Comissões	
Ordem do Dia :	
C.J.R. Data: 11 / 05 / 1999	Data: ___ / ___ / 1999
C.F.O. Data: 11 / 05 / 1999	
C.E.C.S. Data: 12 / 05 / 1999	Rejeitado <input type="checkbox"/> Mantido <input type="checkbox"/>
C.O.S.P. Data: 12 / 05 / 1999	Data: ___ / ___ / 1999
Parecer da Comissão sobre o Veto	
C.J.R. Data: ___ / ___ / 1999	

Fazenda Rio Grande, Pernambuco

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE

ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA, DO 1º PERÍODO DA 2ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 1999.

Aos doze dias do mês de maio, do ano de hum mil novecentos e noventa e nove às dezenove horas, na sala das Sessões da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, sob a Presidência do Vereador Elvis Roberto Maioky e secretariada pelo Vereador Antonio Acioli Baldan, realizou-se a Sessão Ordinária e a ela compareceram os vereadores, Alisson Anthony Wandscheer, Amilton José da Silva, Antonio Acioli Baldan, Edmar Alcides Dal Forno, Elvis Roberto Maioky, Francisco Luis dos Santos, Joel de Queiroz, José Sidirlei Claudino, Maria Aparecida Fernandes, Nelson Adão, Pedro Eloir dos Santos, Pedro Quirino Leal Junior e Valdir Miranda que assinaram o livro de presenças e responderam a chamada nominal, havendo quorum o Sr. Presidente invocando a graça e proteção de Deus deu por aberta a Sessão, determinando os seguintes procedimentos: Leitura do ofício nº 052/99 da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Leitura da indicação nº 035/99 de autoria do Vereador Nelson Adão, solicitando limpeza de valeta e manilhamento na Rua Sicupira nº 154. Leitura da indicação nº 036/99 de autoria dos Vereadores Nelson Adão e Acioli Baldan, solicitando abertura de valeta na Rua Ipê, bairro Eucaliptos. Leitura da indicação nº 037/99 de autoria do Vereador Francisco Santos, solicitando abertura de valeta e construção de boca de lobo na Rua Guatemala. Leitura da indicação nº 038/99 de autoria do Vereador Antonio Acioli Baldan, solicitando patrolamento, ensaibramento e abertura de valeta em diversas ruas do bairro Nações. O Sr. Presidente abriu espaço as lideranças, como nenhuma liderança usou da palavra, passou-se a para os inscritos na Tribuna, sendo o Vereador Francisco o primeiro a fazer uso da palavra: - **Venho fazer comentários referente o que já pude analisar nas prestações de contas do nosso Município até o presente momento o que me chama mais atenção é o problema com a iluminação pública, sendo que o valor cobrado é um dos mais altos de Curitiba e Região Metropolitana e em 1998 nós arrecadamos mais de seiscentos mil reais em iluminação pública e não chegamos a gastar duzentos e cinquenta mil reais, então não é por falta de dinheiro esta faltando administração nesta área porque nós vemos muitas ruas com dificuldade da população se locomover até suas casas devido a escuridão. Hoje fomos convidado pelo Sr. Prefeito a conhecer o nosso Parque industrial, as máquinas começaram a terra- planagem, vemos uma empresa se instalando, outra assinando o protocolo de intenção isto é o que queremos desde o início do nosso mandato, mas a alegria é grande porque as empresas estão chegando e é de grande importância para o emprego da nossa comunidade e para melhoria da arrecadação do nosso Município.** O Vereador Pedro Eloir também fez uso da palavra: **Eu vejo a primeira reclamação de iluminação pública, vejo sim reclamação de reposição de lâmpadas, mas de novas iluminações, eu acho que se este dinheiro esta sobrando ele vai servir em algum lugar, talvez o prefeito mande um projeto de lei para poder manusear esta verba, hoje eu tive o prazer de conhecer o nosso pequeno polo industrial, onde nós vimos máquinas trabalhando, nós vamos ficar com a nossa cidade industrial a 1.200 m da nossa cidade, então nós estamos vendo que a administração atual esta começando a colher os frutos dos primeiros passos da administração, hoje estive também visitando a saibreira e vim um material muito bom saindo de lá. Quero falar mais uma vez sobre a segurança ontem teve um arrastão, onde estava um cidadão em um bar com o capacete na mão, ele chegou guardou a moto nos fundo do bar onde ele mora, e a polícia civil chegou e perguntou da moto e ele mostrou os documentos, mas como a moto estava com o IPVA atrasado a polícia apreendeu a moto que estava guardada na casa do**

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE

ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA, DO 1º PERÍODO DA 2ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 1999.

rapaz, eu acho que não cabe fazer isso, nós temos que dar sustentação ao trabalho deles, mas também temos que confiscar este trabalho. O pedido de informação do vereador Francisco eu levei aos conhecimentos dos Senhor Prefeito, e o Prefeito solicitou que eu pedisse ao Sr. Presidente que retirasse o requerimento que dentro do mais tardar uma semana eu estarei com todos os pedidos em mãos, eu tão eu peço ao vereador que se pudesse aguardar este pedido de informação ou que fosse colocado em plenário o meu pedido para que isso viesse a acontecer. Passou-se para ordem do dia sendo: Projeto de Lei nº 008/99 de autoria do Sr. Prefeito Municipal, com a súmula: “Dispõe sobre a forma dos símbolos Municipais e dá outras providências.” Leitura dos pareceres das comissões de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, Educação, Cultura, Saúde e Serviço Social e Obras e Serviços Públicos. Colocado em discussão o projeto o Vereador Francisco Santos discutiu: - Não sei o que aconteceu, mas eu fui comunicado de última hora que a minha comissão daria parecer deste projeto por isso não costa a minha assinatura no parecer, gostaria que se possível quando tiver parecer de competência da minha comissão que me avisassem para que eu possa fazer o estudo junto com os membros da comissão. Não estou aqui dizendo que o projeto é ruim, na minha análise o projeto é bom a bandeira que temos hoje não agrada a ninguém e até mesmo em nossas festividades não é feito uso dela, plebiscito nós não poderíamos fazer, no meu ponto de vista eu gostei da bandeira mas só gostaria de deixar em ata que seria importante uma discussão com a comunidade, o símbolo do Município precisaria de algumas mudanças para ficar mais apropriado, então com certeza poderia ser melhorado algumas coisas, mas o tempo está curto há pressa na aprovação então novamente nós podemos pecar pela pressa e deixar a perfeição de lado porque o projeto é em regime de urgência. O Vereador Pedro Eloir discutiu: - O Vereador Fala que é para comunica-lo quando houver algo para a sua comissão, eu pedi urgência a este projeto e assim que se peça urgência em plenário automaticamente o projeto passa as comissões que tem o prazo máximo de dez dias para elaborar o parecer, e hoje já fazem 15 dias, nós estamos aqui para aprovar uma bandeira que não houve rejeição alguma até o momento, então eu fico com a maioria e sou favorável a bandeira. Colocado em votação o projeto foi aprovado por unanimidade em primeira votação. Requerimento nº 025/99 de autoria do Vereador Pedro Eloir dos Santos, solicitando um semáforo na esquina da Av. Paraguai com a Av. Brasil. Colocado em discussão o Vereador Pedro Eloir discutiu: Varias vezes fizemos o pedido de semáforo e até o momento não temos nenhum, mas se formos analisar no horário de pico, a cada cinco minutos passa sete ônibus, se os vereadores me acompanharem talvez nós possamos evitar alguma coisa. Colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Requerimento nº 026/99 de autoria do Vereador Pedro Eloir, solicitando placas indicando a existência de escolas, hospitais e postos de saúde e de velocidade permitida. Colocado em discussão o Vereador Pedro Eloir discutiu: Novamente eu peço a colaboração de vocês, nós temos uma lei onde as lombadas são proibidas então se fosse providenciado placas de sinalização já estaria evitando muitos transtornos e o requerimento está a disposição de quem queira subscrever-se. O Vereador Francisco discutiu: - Parabenizo o Vereador porque é de grande importância este aviso a comunidade mas quero deixar claro que as lombadas tem que continuar com padrão tem que existir porque somente colocando placas, na desordem que está o nosso trânsito não vai resolver o problema, e eu peço para me

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE

ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA, DO 1º PERÍODO DA 2ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 1999.

subscrever ao requerimento. O Vereador Pedro Eloir solicitou uma parte que foi concedida pelo Vereador Francisco e fez uso da palavra: **No meu requerimento não pede a retirada das lombadas eu quero a permanência das lombadas, com uma lombada padrão traz muito mais segurança, pelo que eu sei as lombadas vão ter que ser retiradas.** Colocado em votação foi aprovado por unanimidade. O Sr. Presidente esclareceu que sobre o requerimento nº 028/99 que o vereador citou na tribuna não vai ser posto em votação porque não está na pauta do dia. Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos dando por encerrada a Sessão. Do que para constar eu Vereador Antonio Acioli Baldan, primeiro Secretário da Câmara Municipal, lavrei a presente ata.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1999.-.-.-.

Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande


ELVIS ROBERTO MAIORKY
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande


ANTÔNIO ACIOLI BALDAN
1º SECRETÁRIO

Rua Rio Tâmbisa 179 - Fone: (041) 827-1664 - Fazenda Rio Grande - Paraná

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE

ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA, DO 1º PERÍODO DA 2ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 1999.

Aos dezoito dias do mês de maio, do ano de hum mil novecentos e noventa e nove às dezoito horas, na sala das Sessões da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, sob a Presidência do Vereador Elvis Roberto Maioky e secretariada pelo Vereador Antonio Acioli Baldan, realizou-se a Sessão Ordinária e a ela compareceram os vereadores, Alisson Anthony Wandscheer, Amilton José da Silva, Antonio Acioli Baldan, Edmar Alcides Dal Forno, Elvis Roberto Maioky, Francisco Luis dos Santos, Joel de Queiroz, José Sidirlei Claudino, Maria Aparecida Fernandes, Nelson Adão, Pedro Eloir dos Santos, Pedro Quirino Leal Junior e Valdir Miranda que assinaram o livro de presenças e responderam a chamada nominal, havendo quorum o Sr. Presidente invocando a graça e proteção de Deus deu por aberta a Sessão, determinando os seguintes procedimentos: Leitura da ata da 09ª Sessão Ordinária, colocada em discussão ninguém quis discutir e foi aprovada por unanimidade. Leitura da ata da 10ª Sessão Ordinária, colocada em discussão ninguém quis discutir e foi aprovada por unanimidade. Leitura do ofício n 013/99 da Associação de Moradores da Vila Juvenal da Cruz, solicitando que esta casa de Leis encaminhe um projeto de desapropriação de uma área situada na Rua Flamingos e Tucano. O Sr. Presidente comunicou que irá encaminhar o ofício à assessoria jurídica para que o mesmo de um parecer a respeito da nossa competência sobre este assunto. Leitura do ofício da ACAMET, convidando todos os vereadores para reunião da Associação das Câmaras Municipais da Região Metropolitana de Curitiba, que será realizado no dia 28/05/99 às 19h30, nas dependências da Câmara Municipal de Pinhais. Leitura do requerimento n° 029/99 em regime de urgência e de autoria de vários vereadores, solicitando algumas explicações sobre o transtorno que esta sendo criado em torno de ligações de água e luz. Colocado em discussão o regime de urgência, ninguém quis discutir e foi aprovado por unanimidade passando para ordem do dia. Leitura do requerimento n° 030/99 em regime de urgência e de autoria de vários vereadores, solicitando ao DNER que providencie melhoramento da BR. 116 principalmente em parada de ônibus. Colocado em discussão o regime de Urgência ninguém quis discutir e foi aprovado por unanimidade passando para ordem do dia. Leitura do requerimento n° 031/99 de autoria de vários vereadores, solicitando melhoria no acesso que liga a BR. 116 à Av. Nossa Senhora Aparecida. Leitura da indicação n° 032/99 de autoria dos vereadores Joel de Queiroz e Valdir Miranda, solicitando cobertura nos pontos de ônibus da linha Santa Maria e Jardim Colonial. Leitura da indicação n° 039/99 de autoria do Vereador Joel de Queiroz, solicitando patrolamento, limpeza de valetas e manilhamento na Rua Tibagi n° 982. O Sr. Presidente abriu espaço aos líderes dos partidos e ao líder do Prefeito sendo o líder do prefeito o único a fazer uso da palavra: **- Eu acho todos tem direito de ter um teto e se dependesse de mim e eu pudesse, daria um teto para cada um de vocês, mas o movimento não tem o meu total apoio, terá o meu apoio para elaborar um projeto, se o município tiver condições, mas estantaneamente nós vamos ver o que podemos fazer e tenho certeza que o prefeito não tem nada contra a pessoa de vocês, nem os organizadores. Eu gostaria de falar ao Vereador Francisco que quando ele entrou com o pedido de informação eu pedi que fosse retirado que eu traria em mãos as informações, então eu tenho aqui as informações e passo ao Sr. Presidente para que entregue ao vereador.** Não havendo inscritos à Tribuna, passou-se para ordem do dia sendo: Projeto de Lei n° 008/99 de autoria do Sr. Prefeito Municipal, com a súmula: "Dispõe sobre a forma dos símbolos Municipais e dá outras providências." Colocado em discussão foi aprovado por unanimidade em segunda votação e redação final. Requerimento n° 028/99 de autoria do Vereador Francisco Luis dos Santos, solicitando algumas informações sobre o comprometimento do Município com financiamentos e empréstimos. O Vereador

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE

ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA, DO 1º PERÍODO DA 2ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 1999.

Francisco Santos autor do requerimento retirou de pauta para análise das informações apresentadas pelo líder do prefeito, caso não seja as informações necessárias o requerimento voltará a plenário na pauta da próxima Sessão Legislativa. O Sr. Presidente comunicou o Vereador que o requerimento já está em pauta e caso for retirado só poderá voltar à Plenário após um ano. O Vereador pediu então que fosse votado o requerimento porque não fez análise dos documentos. Foi colocado em discussão o requerimento e o vereador Joel discutiu: **Eu vou votar contra este requerimento porque o líder do Prefeito se propôs a trazer a documentação e esta documentação já encontra-se em mãos, por isso eu sou contra o requerimento.** O Vereador Valdir Miranda discutiu: **Quero parabenizar o Prefeito pela informação imediata, e como já estamos com as informações eu não sou favorável.** A Vereadora Maria Fernandes discutiu: **Hoje antes das 18h eu liguei para a Câmara para saber se este requerimento seria colocado na pauta novamente e caso não fosse colocado em pauta eu iria para tribuna, porque eu achei muito estranho que na última sessão o vereador Eloi que é o líder do Prefeito não usou o espaço como líder do prefeito para pedir a retirada do requerimento no momento em que ele poderia ter feito isso, e sim na tribuna, talvez até mesmo por não ter usado o espaço, sendo que este requerimento naquele dia já não estava em pauta e o presidente disse que teria até 30 dias para responder. como é um pedido de informação que diz respeito a toda população e inclusive é um direito e um dever do vereador de fiscalizar eu observei que esta informação só chegou neste momento eu sei com certeza não só o vereador Francisco mais nenhum outro vereador deve ter conhecimento das informações contidas nestes documentos, eu voto a favor porque eu também não conheço estas respostas.** O Vereador Francisco pediu uma parte a qual foi concedida pela Vereadora e fez uso da palavra: **Por uma questão de ordem eu gostaria de saber em qual artigo do regimento interno estipula aquele prazo de trinta dias.** O Sr. Presidente discutiu: **Na verdade não existe um artigo não é trinta dias eu me baseei no artigo 132 e quero dizer ao Senhor que eu só retirei da pauta o requerimento porque eu havia conversado com o secretário de finanças e já tinha passado a ele este pedido de informação, e ele me falou que antes que fosse votado iria fornecer isto, inclusive ele tem que constar na prestação de contas que vai para o tribunal de contas, e como ele falou isso eu resolvi tirar da pauta o líder do Prefeito foi até a tribuna se propôs a trazer na próxima sessão e esta aqui eu já li e as informações estão todas aí e se faltar alguma coisa o Senhor pode pedir ao líder do Prefeito que ele vai fornecer, agora o que não podemos ficar e com mesquinhas pedindo isso e aquilo para tornar mais difícil as coisas.** O Vereador Francisco voltou a falar: **Eu só quero argumentar o seguinte se esta chegando o requerimento e vai ser respondido eu não vejo o porque não votar o requerimento, eu acho que se foi feita leitura do requerimento e o mesmo não foi votado, vamos votar e analisar as respostas e ver se bate com o requerimento se não bater nós encaminhamos é somente isso que eu preciso.** O Vereador Magrão discutiu: **Eu acho que não está correto porque quando se fala de informações, eu tinha pedido algumas informações no seu mandato de presidente, o seu mandato passou e eu não obtive resposta e no entanto você fez um pedido e esta aí a resposta, quando a vereadora Maria falou que não é de conhecimento eu acho que todos tem direito a cópias qualquer cidadão pode passar aqui e pegar cópia, eu vou votar contra porque no seu mandato eu não obtive resposta do meu pedido de informação.** O Vereador Alisson discutiu: **Eu só quero fazer uma pergunta: O requerimento só poderá voltar daqui um ano se for votado e negado se ele retirar antes de ser votado ele pode entrar com o requerimento na semana que vem, então pode ser retirado o requerimento para ser**

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE

ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA, DO 1º PERÍODO DA 2ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 1999.

analisado a resposta se não constar o que realmente foi pedido, volta o requerimento e nós votamos, eu acho que assim nós vamos ser mais querentes. O Sr. Presidente atendeu o pedido do Vereador e retirou o requerimento da pauta. Requerimento nº 029/99 de autoria de vários vereadores, solicitando algumas explicações sobre o transtorno que esta sendo criado em torno de ligações de água e luz. Colocado em discussão ninguém quis discutir e foi aprovado por unanimidade. Requerimento nº 030/99 de autoria de vários vereadores, solicitando ao DNER que providencie melhoramento da BR. 116 principalmente em para de ônibus. Colocado em discussão o Vereador Francisco Santos discutiu: - Novamente como no ano passado já entramos com este requerimento, e realmente é de grande importância para cobrar mais uma vez o DNER, porque até o presente momento não fez nada por estes acostamentos o problema esta se agravando dia a dia por isso é de grande importância este requerimento em uma outra ocasião o Prefeito colocou saibro, não segura porque o peso é muito, mas ajuda e se fizesse novamente amenizaria um pouco o problema, mas o requerimento novamente é bom para pressionar o DNER a consertar definitivamente o nosso acostamento. O Vereador Pedro Eloir discutiu: Eu agradeço os vereadores que acompanharam o requerimento, eu queria fazer mais um pedido ao Sr. Alfredo da Leblon, que tire os pontos de ônibus das esquinas e ruas que dá entrada à BR., por exemplo a rua Rio Mississippi, aquele ponto de ônibus é um problema, então se O Sr. Alfredo pudesse nos atender e retirar estes pontos de ônibus das esquinas e ruas que ligam a Br. ficaria bem mais fácil o acesso. Colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos dando por encerrada a Sessão. Do que para constar eu Vereador Antonio Acioli Baldan, primeiro Secretário da Câmara Municipal, lavrei a presente ata.

Sala das Sessões, 19 de maio de 1999.-----

Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande


ELVIS ROBERTO MAIORKY
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande


ANTONIO ACIOLI BALDAN
1º SECRETÁRIO

Anexo 2 – Matéria do Jornal “Tribuna da Fazenda” de Abril de 1998.
Disponível no acervo da Biblioteca Pública do Paraná





Movimento Histórico na Fazenda



Mais de 2500 pessoas saíram de seus lares no domingo, dia 22 de março, para protestar contra o descaso do governo Celso Rocha e dos vereadores.

O movimento, organizado por lideranças comunitárias e movimentos sociais, contou com a participação expressiva dos moradores do Bairro Gralha Azul e Nações e demais

moradores de F.R.G.

O objetivo da manifestação, que foi atingido com sucesso era fazer um protesto ao desgoverno e exigir: manilhamento das valetas a céu aberto; anti-pó nas ruas, coleta de lixo com equipamento adequado, segurança, integração interna do Transporte Coletivo, abastecimento de água, saúde e educação.

É claro que o povo sabia que dificilmente encontraria Celso Rocha, até porque era domingo e ele, não morando na Fazenda, com certeza não iria aparecer.

O que as pessoas não esperavam é que ele mandasse a tropa de choque, armada até os dentes, com escudos, coletes a prova de balas e armas pesadas, para afastar principalmente crianças e mães da escadaria da prefeitura.

Esta foi uma mostra clara de que Celso Rocha não conhece a Fazenda, e o que é pior, não conhece o povo daqui - por isso o medo. Será que ele imaginou que destruiriam a "sua prefeitura". É claro que não, pois todos, Celso Rocha, conseguem compreender - embora vocês substimem a inteligência da população - que a prefeitura é de todos, e não de um grupo fechado,

de turistas, muitos dos quais não moram aqui.

Um prefeito que queira trabalhar e que tenha boa fé não precisa ter medo da população. Se escondendo atrás de seguranças e tropa de choque, o que conseguiu foi chocar a população.

Parece que estamos voltando aos velhos tempos da ditadura Cartão, quando a polícia saía pelas ruas dando choque nos cidadãos da Fazenda.

Orlando Bonette, presidente da Associação de Moradores do Juvenal, foi muito feliz quando, percebendo o povo sendo afastado pela polícia, gritou no microfone do caminhão de som: "Que bom se essa polícia estivesse sempre aqui para defender o povo da Fazenda, e não apenas nestes momentos".

No
reafir
resol
na F
A
Juve
sent
de
cor
foi
os

de choque

Como moram algumas pessoas em Fazenda Rio Grande

Esta foto mostra a situação de alguns moradores do Bairro Iguaçu que tiveram suas casas invadidas pelas águas das fortes chuvas no final de fevereiro. Os moradores tiveram de sair para a rua ainda de madrugada para livrarem-se do risco de serem engolidos pela água que entrava dentro das casas.

Desesperados diante da situação e já que estavam na rua resolveram fazer um protesto. Protestavam a demora do corpo de bombeiros para chegar ao local e a falta de atendimento da administração municipal às famílias desoladas e sem ter para onde ir.

Infelizmente, estas famílias não sabem que elas não tem moradia. Que elas foram usadas por politiqueiros da gestão anterior que trouxeram muitas destas famílias e deram a elas um pedaço de terra para construir suas "casas". Só que os terrenos só foram doados a algumas destas famílias porque eles não servem para moradia e ninguém que pudesse pagar

por um lote, compraria um terreno num lugar desses que é considerado área de risco para se morar. Pois as casas estarão sempre dentro da água quando houverem chuvas fortes. Estas famílias devem ser retiradas desse local para outro que não tenha risco de enchentes e alagamento. A administração municipal deve ter um programa de habitação popular. E os politiqueros aproveitadores da pobreza que trazem famílias para locais como esses devem ser condenados e responsabilizados pelos danos causados às famílias. E famílias sem moradia devem procurar o Movimento de Luta pela Moradia para se somarem na luta por moradia digna, para construir suas casas sem ter a preocupação de vê-las dentro da água e perdendo o pouco que tem e devem perguntar aos politiqueros que lhes "deram" estes terrenos: Se este é lugar para gente morar, e se tem lotes urbanos vazios ideais para moradia porque levam pessoas para áreas de risco?



Você que não tem moradia, procure o MLM na Associação de moradores Juvenal da Cruz - Gralha Azul.

Imagens de Fazenda Rio Grande

Conta a história que no princípio Deus criou as coisas e tudo que criou disse que era bom. Porém o homem tomou conta do espaço designando-se administrador e isso é ruim. A população de nossa cidade vem afogando em seu peito todos os sonhos que tenta realizar na luta do dia-a-dia. Isto porque confiou no passado em pessoas que afirmaram serem salvadores da Fazenda, e o que estão realizando é

mandá-la rio abaixo. Não bastasse ruas intransitáveis, transporte caro, insegurança, falta de água, de iluminação, impostos exorbitantes, também inundação. E, esta inundação ocorrendo tão somente pela péssima conservação. Na rua mostrada não existe limpeza, conforme foto (e no imposto é cobrado taxa de limpeza pública). O córrego que acompanha a BR 116 desaguando no



Parque Verde tem aproximadamente dois metros de largura e assim mesmo cobertos pela vegetação. O vereador que reside nas proximidades, cuja Plataforma de campanha foi doação de área de sua propriedade para Escola e Posto de Saúde e a canalização do córrego, hoje preocupa-se com a balança da BR e da promessa esqueceu. Quanto aos moradores, serão

lembrados nas eleições. Já o Prefeito, quando é encontrado limita-se a dizer: "estamos tentando". Enquanto isso a população continua lutando para sobreviver. Chega um tempo em que iremos pagar impostos de até R\$ 400,00 e ficarmos como diz o velho ditado popular: "a ver navios". Se observar pela foto ele já está aproximando-se e vai atracar.

22 de março
Manuel Messias Vilela, pároco da
Igreja Nossa Senhora da Luz.



Foi extremamente importante para a nossa comunidade. O povo mostrou que, embora a Fazenda Rio Grande carregue o estigma de "cidade dormitório", o povo está acordado e atento aos problemas do Município.

Penso que manifestações bem organizadas e ordeiras como estas devem acontecer sempre até que as autoridades resolvam de vez os nossos problemas, anseios e desejos.

Para mim esta passeata teve o sabor de desabafo e protesto! Sem dúvida, foi um verdadeiro exercício de cidadania, recheado de simplicidade,, educação, respeito e muita classe.

O povo sabe o que quer! Falsas promessas, enganação e justificativas de erros passados, não nos convencem mais.

Cobrar soluções e respostas, faz parte da democracia.

Queremos viver felizes sem o constrangimento de dizer: "Sou morador de Fazenda Rio Grande".

...na a
...mas
...ides
...ndo
...do
...s do
...e e
...sol
...sô
...do
...ma
...a
...da

...dimento em
Salete - Bairro Eucaliptos



Quero dizer que participei da
passeata no domingo - dia 22 de
março.

Vitória é a palavra para simplificar
tudo. "Sr". Prefeito nós moradores de
F.R.G. estamos insatisfeitos com o
abandono da Prefeitura com o
município. Então ou o "Sr". acorda
ou o povo vai acordar o "Sr". O que
pedimos nada mais é que nossos
direitos de cidadão e moradores.
Água, luz, saúde, educação,
segurança, lazer. É o mínimo que
pedimos, e nem isso consegue nos
dar.

**Povo Unido, Jamais Será Vencido!
Reaja Povo Fazendense.**

Jornal disponível no acervo da Biblioteca Pública do Paraná